

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

GABRIEL CAMPELO BARROS

**CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASOS NOS ESTADOS DO PARANÁ E CEARÁ**

LARANJEIRAS DO SUL

2023

GABRIEL CAMPELO BARROS

**CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASOS NOS ESTADOS DO PARANÁ E CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janete Stoffel

Coorientadora: Prof.^a Dr^a. Anelise Graciele Rambo

LARANJEIRAS DO SUL

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Barros, Gabriel Campelo
CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE EM ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASOS NOS ESTADOS DO
PARANÁ E CEARÁ / Gabriel Campelo Barros. -- 2023.
174 f.:il.

Orientadora: Dr^a Janete Stoffel
Co-orientadora: Dr^a Anelise Graciele Rambo
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,
Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

1. Juventude assentada. 2. Indicadores. 3.
Desenvolvimento Rural Sustentável. I. Stoffel, Janete,
orient. II. Rambo, Anelise Graciele, co-orient. III.
Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

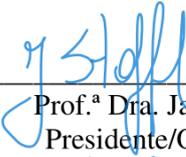
GABRIEL CAMPELO BARROS

CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO DE CASOS NOS ESTADOS DO PARANÁ E CEARÁ

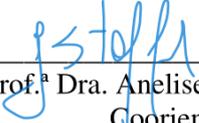
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/02/2023.

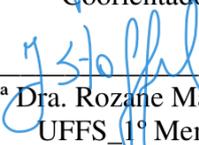
BANCA EXAMINADORA



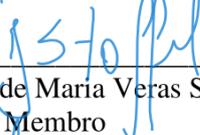
Prof.ª Dra. Janete Stoffel
Presidente/Orientadora



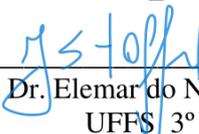
Prof.ª Dra. Anelise Graciele Rambo
Coorientadora



Prof.ª Dra. Rozane Márcia Triches
UFFS_1º Membro



Prof.ª Dra. Celecina de Maria Veras Sales
UFC_2º Membro



Prof. Dr. Elemar do Nascimento Cezimbra
UFFS_3º Membro

Prof.ª Dra. Líria Ângela Andrioli
UFFS_Suplente

“Em virtude da realização de banca online, este documento foi assinado pela Presidente e pela Coordenadora do PPGADR, como representantes dos demais membros, mediante suas autorizações”.

Dedico este trabalho a todos e todas que me
acompanharam e me fortaleceram nessa
trajetória, em especial a minha mãe e todos
que batalham todos os dias por um futuro de
esperança em nosso País.

AGRADECIMENTOS

Alegria e gratidão são sentimentos importantes de serem cultivados no coração. Por isso, quero demonstrar minha profunda gratidão, primeiramente a Deus e a toda a minha família pelo apoio necessário para concluir mais essa etapa em meus estudos, em especial a minha mãe Helena, que não mediu esforços durante toda a sua vida para que eu pudesse estudar. Esse diploma também é seu!

Os laços de amor e amizade também foram necessários para que eu pudesse concluir esta pesquisa, tanto no Ceará como no Paraná. Por isso, quero agradecer ao meu companheiro de vida Leonardo, por todo o incentivo e carinho dado, e a minha amiga Gleyciane, pelo apoio durante a aplicação da pesquisa no Assentamento Maceió, além dos queridos Bia, Miguel e Lurdes, essenciais na minha pesquisa na etapa do Assentamento 8 de Junho.

Aos amigos e amigas, em nome do Prefeito de Itapipoca, Felipe Pinheiro, Cristina, Juliano, Anna Lívila, Vagner, Suzane, Aroldo, Juscilene, Celina e Regila, que muitas vezes foram a base de apoio e de compreensão tão necessárias para que essa conquista se tornasse uma realidade. Ninguém é tão bom quanto todos nós juntos.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul, em especial a minha orientadora Janete Stoffel e coorientadora Anelise Graciele Rambo. Mais que professoras, vocês foram amigas incondicionais, tendo papéis fundamentais para a conclusão e a qualidade desse trabalho, onde mais que uma pesquisa, foi um sonho que sonhamos juntos desde 2021.

Meu agradecimento também a todas as instituições, organizações e movimentos sociais que me ajudaram na execução deste estudo, a quem cito o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) e a Prefeitura de Itapipoca. Agradeço também a Fundação Araucária, órgão de fomento do Estado do Paraná que concedeu a bolsa de estudos neste mestrado.

Por fim, mas não menos importante, minha mais profunda gratidão a todos os agricultores e agricultoras assentados/as, principalmente os jovens, do Assentamento 8 de Junho e Assentamento Maceió, que abriram suas casas e confiaram a mim informações sobre aspectos tão importantes de suas vidas. Por vocês sigo firme no meu compromisso em defesa da agricultura familiar, da agroecologia e de um futuro de esperança para todos e todas!

"Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar." (PAULO FREIRE, 1997, p. 79)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral propor e analisar indicadores que caracterizam as condições de vida da juventude rural que vive em assentamentos de reforma agrária nos estados do Paraná e do Ceará, observando aspectos econômicos, ambientais, culturais, políticos e sociais do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). Para isto, foram selecionados 40 jovens que vivem nos Assentamentos 8 de Junho/PR e Maceió/CE, com idades entre 18 a 29 anos e distribuídos igualmente quanto ao gênero, com os quais foram realizadas entrevistas e aplicados dois instrumentais estruturados. O trabalho sistematizou 39 indicadores relacionados às condições de vida dos jovens, distribuídos nas dimensões do DRS e em instâncias relacionadas às condições de vida dos jovens assentados. Na análise dos indicadores, foram observados resultados que indicam potencialidades de ambos os assentamentos com relação as temáticas de trabalho e renda, educação, cultura, acesso à internet, equipamentos tecnológicos, desporto, lazer e saúde. Também foram encontradas diferenças em termos de limitações e potencialidades entre os assentamentos analisados, como em aspectos da pluriatividade, nível de renda familiar e individual, emprego, uso de agrotóxicos na propriedade, diversificação da unidade familiar, acesso à saneamento básico, desmatamento na propriedade, participação nas decisões de gestão do agroecossistema, acesso à internet e participação em grupos ou atividades culturais. Considerando a percepção dos jovens entrevistados, foram identificados resultados semelhantes quanto a satisfação em relação as dimensões do DRS entre as duas parcelas analisadas, apontando que, apesar de estarem localizados em regiões e unidades da federação distintas, a satisfação com as condições de vida é semelhante.

Palavras-chave: Juventude assentada; Indicadores; Desenvolvimento Rural Sustentável.

ABSTRACT

The present study has the general objective of proposing and analyzing indicators that characterize the living conditions of rural youth living in agrarian reform settlements in the states of Paraná and Ceará, observing economic, environmental, cultural, political and social aspects of Sustainable Rural Development (DRS). For this, 40 young people who live in the Settlements 8 de Junho/PR and Maceió/CE, aged between 18 and 29 years old and equally distributed according to gender, were selected, with whom interviews were conducted and two structured instruments were applied. The work systematized 39 indicators related to the living conditions of young people, distributed in the dimensions of the DRS and in instances related to the living conditions of young settlers. In the analysis of the indicators, results were observed that indicate the potential of both settlements in relation to the themes of work and income, education, culture, internet access, technological equipment, sports, leisure and health. Differences were also found in terms of limitations and potentialities between the analyzed settlements, such as aspects of pluriactivity, level of family and individual income, employment, use of pesticides on the property, diversification of the family unit, access to basic sanitation, deforestation on the property, participation in agroecosystem management decisions, access to the internet and participation in groups or cultural activities. Considering the perception of the young people interviewed, similar results were identified regarding satisfaction with the dimensions of the DRS between the two analyzed plots, pointing out that, despite being located in different regions and federation units, satisfaction with living conditions is similar.

Keywords: Settled youth; Indicators; Sustainable Rural Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Espacialização dos assentamentos rurais no Brasil.....	34
Figura 2 – Mapa de localização do Assentamento 8 de Junho no município de Laranjeiras do Sul/PR.....	53
Figura 3 – Mapa de localização do Assentamento Maceió no município de Itapipoca/CE	54
Figura 4 – Culturas agrícolas produzidas, citadas com mais frequência pelos jovens pesquisados no Assentamento 8 de Junho	69
Figura 5 – Culturas agrícolas produzidas, citadas com mais frequência pelos jovens pesquisados no Assentamento Maceió.....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão econômica entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho.....	59
Gráfico 2 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão ambiental/ecológica entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho.....	64
Gráfico 3 – Avaliação dos jovens do Assentamento 8 de Junho quanto à disponibilidade de água para consumo e produção.....	65
Gráfico 4 – Destino dos produtos comercializados pelas famílias dos jovens do Assentamento 8 de Junho.....	70
Gráfico 5 – Práticas conservacionistas utilizadas com maior frequência no Assentamento 8 de Junho.....	72
Gráfico 6 – Alternativas de saneamento utilizadas pelas famílias dos jovens pesquisados no Assentamento 8 de Junho.....	74
Gráfico 7 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão política entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho.....	76
Gráfico 8 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão cultural entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho.....	80
Gráfico 9 – Meios de acesso à informação citados pelos jovens do Assentamento 8 de Junho.....	81
Gráfico 10 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho a partir da instância relacionada a educação no campo ou para o campo.....	84
Gráfico 11 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho a partir da instância relacionada a identidade e diversidade dos jovens.....	88
Gráfico 12 – Jovens que presenciaram situações de discriminação no Assentamento 8 de Junho.....	89
Gráfico 13 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho a partir da instância relacionada ao acesso à terra, moradia, mobilidade, saúde, desporto e lazer.....	91
Gráfico 14 – Condições relacionadas à moradia para os jovens do Assentamento 8 de Junho.....	92

Gráfico 15 – Acesso aos bens nas moradias dos jovens do Assentamento 8 de Junho.....	93
Gráfico 16 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão econômica entre jovens que vivem no Assentamento Maceió.....	101
Gráfico 17 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão ambiental/ecológica entre jovens que vivem no Assentamento Maceió.....	105
Gráfico 18 – Avaliação dos jovens do Assentamento Maceió quanto à disponibilidade de água para consumo e produção.....	107
Gráfico 19 – Destino dos produtos comercializados pelas famílias dos jovens do Assentamento Maceió.....	111
Gráfico 20 – Práticas conservacionistas utilizadas com maior frequência no Assentamento Maceió.....	112
Gráfico 21 – Alternativas de saneamento utilizadas pelas famílias dos jovens pesquisados no Assentamento Maceió.....	114
Gráfico 22 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão política entre jovens que vivem no Assentamento Maceió.....	117
Gráfico 23 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão cultura entre jovens que vivem no Assentamento Maceió.....	122
Gráfico 24 – Meios de acesso à informação citados pelos jovens do Assentamento Maceió....	123
Gráfico 25 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento Maceió a partir da instância relacionada a educação no campo ou para o campo.....	126
Gráfico 26 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento Maceió a partir da instância relacionada a identidade e diversidade dos jovens.....	129
Gráfico 27 – Jovens que presenciaram situações de discriminação no Assentamento Maceió.....	131
Gráfico 28 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento Maceió a partir da instância relacionada ao acesso à terra, moradia, mobilidade, saúde, desporto e lazer.....	132
Gráfico 29 – Condições relacionadas à moradia para os jovens do Assentamento Maceió.....	133
Gráfico 30 – Acesso aos bens de moradia dos jovens do Assentamento Maceió.....	133
Gráfico 31 – Síntese das Dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da percepção dos jovens dos Assentamentos 8 de Junho/PR e Maceió/CE.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Condicionantes e ações para a saída e permanência dos jovens rurais	32
Quadro 2 – Sistematização das principais categorias de definição de juventude.....	36
Quadro 3 – Descrição das dimensões, instâncias e indicadores propostas para a análise das condições de vida dos jovens rurais em assentamentos dos Estados do Ceará e do Paraná	50
Quadro 4 – Escala implementada para alocação de pesos e determinação do grau de satisfação nos indicadores propostos.....	51
Quadro 5 – Escala implementada para a avaliação dos indicadores propostos.....	52
Quadro 6 – Síntese dos resultados quanto a percepção dos jovens nos Assentamentos 8 de Junho/PR e Maceió/CE, considerando as dimensões, instâncias e indicadores propostos para a análise das condições de vida	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pluriatividade no Assentamento 8 de Junho	60
Tabela 2 – Ocupação atual dos jovens entrevistados no Assentamento 8 de Junho, em números absolutos e relativos	61
Tabela 3 – Trajetória de instituições de ensino entre os jovens do Assentamento 8 de Junho	85
Tabela 4 – Raça e etnia autodeclarada dos jovens no Assentamento 8 de Junho.....	89
Tabela 5 – Pluriatividade no Assentamento Maceió	101
Tabela 6 – Ocupação atual dos jovens entrevistados no Assentamento Maceió, em números absolutos e relativos	103
Tabela 7 – Trajetória de instituições de ensino entre os jovens do Assentamento Maceió....	127
Tabela 8 – Raça e etnia autodeclarada dos jovens entrevistados no Assentamento Maceió..	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCIMA	Associação Comunitária do Imóvel Maceió
ASPIM	Associação dos Pescadores do Imóvel Maceió
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
DS	Desenvolvimento Sustentável
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SISAR	Sistema de Saneamento Rural
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	INTERFACES ENTRE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E O PAPEL DA JUVENTUDE ASSENTADA: CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS	26
2.1	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E OS ATORES SOCIAIS DA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO.....	26
2.2	SUCESSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR, REPRODUÇÃO SOCIAL E DINÂMICAS NOS TERRITÓRIOS A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	30
2.3	JUVENTUDE RURAL: APROFUNDANDO CONCEITOS	35
2.4	INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL PARA JUVENTUDE RURAL	39
2.4.1	Dimensão econômica	41
2.4.2	Dimensão ambiental/ecológica	42
2.4.3	Dimensão política	43
2.4.4	Dimensão cultural	44
2.4.5	Dimensão social	45
3	METODOLOGIA	47
3.1	DEFINIÇÃO DA PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS	47
3.2	CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES DE ESTUDO	52
4	AS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	56
4.1	BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO/PR	56
4.2	A DIMENSÃO ECONÔMICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO	58
4.3	A DIMENSÃO AMBIENTAL/ECOLÓGICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO.....	63
4.4	A DIMENSÃO POLÍTICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO	75

4.5	A DIMENSÃO CULTURAL NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO	79
4.6	A DIMENSÃO SOCIAL NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO	83
5	AS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL NO ASSENTAMENTO MACEIÓ SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	97
5.1	BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO MACEIÓ/CE.....	97
5.2	A DIMENSÃO ECONÔMICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO MACEIÓ.....	100
5.3	A DIMENSÃO AMBIENTAL/ECOLÓGICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO MACEIÓ	104
5.4	A DIMENSÃO POLÍTICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO MACEIÓ.....	116
5.5	A DIMENSÃO CULTURAL NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO MACEIÓ.....	121
5.6	A DIMENSÃO SOCIAL NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO MACEIÓ.....	125
6	LIMITES E POTENCIALIDADES NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS JOVENS DOS ASSENTAMENTOS MACEIÓ/CE E 8 DE JUNHO/PR.....	137
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICE A – Roteiro para aplicação em entrevistas estruturadas com os jovens assentados.....	160
	APÊNDICE B – Roteiro para aplicação em entrevistas estruturadas com os jovens assentados (percepção).....	170

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a juventude que vive no meio rural representa importante parcela da população do território nacional. Jovens rurais, jovens camponeses ou do campo, diversos são os termos utilizados por autores para tratar da categoria.

Dados mais recentes do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apontam para uma realidade preocupante acerca da população jovem nas faixas etárias menores de 25 anos e de 25 a 35 anos. O número de jovens que vivem e realizam atividades produtivas no campo, reduziu de 16,9% no ano de 2006 para 11,3% no ano de 2007, ao passo que a população acima de 65 anos apresenta índices crescentes (IBGE, 2017). Informações anteriores do último Censo Demográfico (IBGE, 2010) retratam que, até o final da primeira década dos anos 2000, cerca de 7,8 milhões de pessoas, com idade entre 15 e 29 anos, vivendo em áreas rurais.

As informações revelam impactos negativos para a categoria juventude rural, ao considerarmos que está em curso, cada vez mais, a saída dos jovens de suas comunidades enquanto a população camponesa que permanece no campo segue envelhecendo. A afirmação pode encontrar respostas nos estudos sobre êxodo rural, este caracterizado como as movimentações de saída da população que vive na zona rural em direção à região urbana (RODRIGUES *et al.*, 2020), assunto comumente presente em pesquisas sobre jovens e processos migratórios.

Somado a esta realidade, presente nas mais diversas áreas rurais das regiões brasileiras, o debate sobre a permanência da juventude no campo se apresenta como elemento de estudo fundamental. Afinal, além da efetiva necessidade de conhecer e compreender as contradições inerentes ao processo de saída dos jovens do campo, é notadamente importante entender o papel destes atores na construção de uma perspectiva de Desenvolvimento Rural Sustentável no campo.

Wanderley (2007) aprofunda esta visão na perspectiva dos estudos sobre a juventude rural, destacando que ocorre uma dupla dinâmica social na vida destes atores, sendo elas a espacial e a temporal.

Na primeira, estão envolvidas a casa (família), a vizinhança (ou comunidade local) e a cidade (o meio urbano-industrial), e na segunda estão o passado – e as tradições geracionais na família –, o presente – e os desafios de socialização e questões como educação e trabalho –, e o futuro, que envolve estratégias nas relações de patrimônio, as matrimoniais e escolhas profissionais. Para a autora, esses espaços “se entrelaçam e (...) dão conteúdo à experiência dos jovens e à sua inserção na sociedade” (WANDERLEY, 2007, p.23)

Esta constatação, quando vai ao encontro dos índices crescentes de êxodo rural e das dificuldades encontradas na permanência da juventude no campo, pode revelar uma realidade preocupante para a agricultura familiar e camponesa, em que “a ausência de jovens coloca em risco a existência da unidade de produção, pois a falta de sucessor impossibilita a reprodução social dessa categoria” (SAVIAN, 2021, p. 2).

Para Bourdieu (1994), reprodução social representa um sistema onde diversas estratégias são acionadas, sejam elas biológicas, de sucessão, educacionais, econômicas e simbólicas. A agricultura familiar e camponesa, enquanto categoria, se coloca neste papel, o qual tem se relacionado com diversas estratégias para garantir sua continuidade, sendo entendidas como centrais na compreensão das dinâmicas de mudança nas famílias que vivem no meio rural onde os jovens estão inseridos.

Desta forma, podemos considerar que, o debate sobre Desenvolvimento Rural Sustentável está intimamente relacionado com a presença da juventude no meio rural, uma vez que estes são parte indissociável na continuidade dos processos de desenvolvimento e reprodução social em seus próprios núcleos familiares ou comunidades.

Assim, se faz necessário não somente nos debruçarmos sobre a discussão dos processos de saída do campo, mas também sobre as questões relacionadas à continuidade da *sucessão rural*, ou sucessão geracional, visando a ‘permanência’ da juventude na construção ativa de mudanças benéficas ao seu território.

Abramovay (1998) destaca, por exemplo, que a sucessão geracional não ocorre de forma abrupta, mas sim a partir de um processo que envolve a transferência patrimonial de forma legal da terra da família para o jovem; a sucessão profissional, ou seja, a entrega do ‘poder’ e da ‘capacidade’ para a próxima geração, sendo também influenciada pelo afastamento dos mais idosos das atividades produtivas no campo.

Quando a sucessão não acontece, as famílias agricultoras passam por maiores dificuldades em estabelecer um processo de continuidade nos seus territórios, que podem ocorrer por diferentes aspectos, com destaque para as motivações econômicas, sociais e ambientais que vêm impactando, no Brasil, os crescentes índices de migração do campo para a cidade (FROEHLICH *et al.*, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2020).

Estas motivações podem não estar, na maioria das vezes, na agência¹ destes núcleos familiares e conseqüentemente dos jovens inseridos nesse contexto, onde a dinâmica de trabalho e os parentescos são determinantes para o desenvolvimento da reprodução social (PLOEG, 2008).

A valorização do rural pode se configurar de forma positiva ou negativa para os jovens, estando a permanência no campo condicionada, por exemplo, às questões materiais, presença de espaços de socialização e de possibilidades para continuar os estudos sem a necessidade de mudanças para outro território (REDIN, 2012). Desta forma, é necessário pensar uma perspectiva de Desenvolvimento Rural Sustentável, ancorada na necessidade de processos de organização coletiva, que amplie os horizontes da juventude que vive no campo, em todos os aspectos, e que permita a construção de seus projetos de vida e futuro.

Martins (2021) afirma, por exemplo, que a construção social da juventude acontece a partir de um ‘rito de passagem’, e de formas diferentes entre os que vivem no campo e na cidade. O autor discute que, parte considerável da juventude que vive no meio urbano tem como marcador determinante da chegada à vida adulta, a conclusão dos estudos ou à inserção no mercado de trabalho. Este processo ocorre de forma diferenciada com os jovens que vivem no meio rural, onde o casamento se coloca como um dos fatores dessa transição.

Em consonância com o que foi afirmado no parágrafo anterior, Loiola (2021) aprofunda a discussão a partir da questão de gênero, que se apresenta como parte importante a ser discutida, afirmando que a ‘tradição da autoridade masculina’, as relações patriarcais e a pressão relacionada aos papéis de gênero ainda são muito presentes no campo e nos núcleos familiares.

¹Long e Ploeg (2011) discutem a visão de agência, ao considerar que este conceito se coloca quando uma ação dos atores leva a uma transformação “em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas” (p. 10), destacando a importância da capacidade de organização nesse processo.

Somado a todos estes elementos, cabe refletir que a juventude rural ainda é considerada uma categoria social em construção (STROPASOLAS, 2006), que se complexifica à medida que compreendemos estes atores a partir de diferentes realidades.

Entre pesquisadores, instituições e movimentos sociais que estudam ou atuam junto à temática, a discussão se dá historicamente a partir de diferentes abordagens que levam em consideração a faixa etária, ciclo de vida, geração, representação social, cultura ou modo de vida (MANNHEIN, 1968; WEISHEIMER, 2005; TROIAN *et al.*, 2018). Essas formas de análise podem determinar diferentes critérios e olhares sobre esses atores sociais, a partir de formulações objetivas ou subjetivas. Quando falamos das questões objetivas, podemos evidenciar a amplitude e diferentes faixas etárias consideradas para essa categoria, e, quando falamos de questões subjetivas, outros assuntos são destacados na transição do jovem, como contextos culturais e familiares.

Ressalta-se ainda que, no Brasil, são inúmeros e diversos os jovens vivendo em áreas de assentamentos, reassentamentos, acampamentos, comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, extrativistas, e outros espaços existentes (LOPES, 2015; SILVA, 2019; SILVA, 2018; COSTA, 2019). Todos com realidades distintas entre si, e que para além disso, tem necessidades que se diferenciam daquelas dos jovens que vivem nos territórios urbanos, ou mesmo daqueles que estão em zonas rurais diferentes.

Para a CONTAG (2014) e para Comparin (2015), grande parcela da juventude que vive no meio rural sai de seus territórios no intuito de acessar melhores condições de vida nos grandes centros urbanos. Esta questão também é reafirmada a partir da ausência de políticas públicas voltadas para essa parcela da população, tornando os processos de saída do campo uma questão condicionante e não ‘de vontade própria’.

Castro (2009) aprofunda a análise ao considerar que os aspectos relacionados entre a permanência e a saída do campo vão muito além de uma 'atração do jovem pela cidade', estando ligada à realidade de todo o contexto da pequena produção familiar. Ou seja, o jovem rural vem sendo impactado pelas próprias mudanças e crises que ocorrem no campo brasileiro.²

O Diagnóstico da Juventude Rural, publicado em 2018 pela Secretaria Nacional de Juventude, é uma das sistematizações mais recentes do ponto de vista governamental sobre a

²O estudo de Guilherme Delgado intitulado ‘A questão agrária no Brasil, 1950-2003’ traz importantes apontamentos sobre o assunto, discutindo as mudanças ocorridas no campo brasileiro nas últimas décadas.

temática, e apresenta uma série de temas essenciais para o aprofundamento destas afirmações (SNJ, 2018). O documento foi construído a partir da realização de Conferências Territoriais com a participação de jovens entre 15 e 29 anos, de diversas realidades e comunidades, a exemplo de assentados, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e extrativistas.

Entre os fatores que estiveram no debate e construção do diagnóstico destacam-se: a) O acesso ao trabalho e renda; b) Acesso à educação; c) A participação política e social; d) Acesso à saúde de qualidade no campo; e) A possibilidade de construção e fortalecimento de suas identidades envolvendo questões de gênero, sexualidade, raça e etnia; e f) Acesso à cultura e a comunicação (SNJ, 2018).

Configuram-se então, em torno destas temáticas, elementos relevantes a serem estudados a partir da realidade da juventude rural e de uma pesquisa voltada para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Se faz necessária, portanto, a determinação da seguinte pergunta-problema: Como se caracterizam as condições de vida da juventude rural, considerando fatores relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável, com base na realidade daqueles que vivem em assentamentos de Reforma Agrária localizados nos Estados do Ceará e do Paraná?

Desta forma, o objetivo central do estudo é propor e analisar indicadores que caracterizam as condições de vida da juventude rural que vive em assentamentos de reforma agrária nos estados do Paraná e do Ceará, observando aspectos econômicos, ambientais, culturais, políticos e sociais do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Buscando alcançar o objetivo geral, a pesquisa também se desenvolve a partir dos seguintes objetivos específicos: a) Identificar, teoricamente, aspectos econômicos, ambientais, culturais, políticos e sociais que influenciam nas condições de vida da juventude rural, sob a perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável; b) Verificar e comparar sob os mesmos aspectos, as condições de vida da juventude rural nos dois assentamentos analisados, considerando os diferentes Estados e Regiões em que estão inseridos; e c) Analisar as potencialidades e limitações das condições de vida da juventude pesquisada, no contexto das dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável, com vistas à reprodução social deste grupo no meio rural.

O estudo tem como motivações iniciais a observação do pesquisador em sua trajetória profissional e na atuação política. A trajetória profissional inclui trabalhos desenvolvidos a partir de projetos de extensão rural com famílias agricultoras familiares, considerando a observação a partir de visitas domiciliares e atividades comunitárias. Já a atuação política considera a convivência do autor em movimentos sociais do campo, tais como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras organizações sociais de juventude.

No processo de atuação com assistência técnica, via extensão rural no campo, chamaram atenção as constantes ausências de participação dos jovens nas atividades coletivas ou individuais desenvolvidas com as famílias. Sem saber ao certo se a não participação tinha relação com sua vontade ou não, frequentemente se ouvia da juventude que a única solução para a vida era a migração para a cidade visando o trabalho em atividades fabris ou outros serviços nas sedes urbanas de seus municípios.

As ações governamentais ou da sociedade civil, em termos de pesquisas e projetos desenvolvidos ou na construção de políticas públicas, muitas vezes colocam os jovens rurais como interessados em áreas temáticas restritas, como lazer, cultura e educação. Entretanto, o contato com jovens envolvidos nos movimentos e organizações sociais mostrou ao pesquisador o interesse da juventude que vive no campo em participar de forma ativa dos processos de mudança em seus territórios. Sendo este interesse impactado pelas inúmeras contradições em suas condições materiais ou subjetivas de vida.

Por este motivo, e com base nestas vivências e experiências, a pesquisa aqui proposta questiona a falta de iniciativas que tragam a relação desses atores com outros aspectos da sua vida, tais como a ocupação/emprego e a renda no campo, acesso às tecnologias, acesso à saúde, entre outras.

A juventude rural é, portanto, um elemento de grande centralidade para a discussão do desenvolvimento sustentável no campo e a constatação de que ocorre um distanciamento permanente dos jovens com o meio rural deve ser elemento de constante reflexão e diagnóstico no meio acadêmico. Destaca-se que essa problemática afeta não apenas o núcleo familiar rural, mas toda a sociedade brasileira, pois, na medida em que os jovens rurais/do campo decidem não permanecer nestes espaços, a reprodução social da propriedade familiar fica comprometida

e para o futuro há dúvidas se teremos, por exemplo, quem produza alimentos e alimentos saudáveis para a sociedade.

Destaca-se que no caso dos assentamentos rurais de reforma agrária, sendo parcelas de terras conquistadas a partir da organização política e coletiva de seus integrantes, a não continuidade dos processos de reprodução social poderá impactar de forma permanente o futuro de toda a comunidade. Para além da transferência da propriedade e das responsabilidades no núcleo familiar, o aprendizado herdado do processo de conquista pela terra pode se perder com a possibilidade da não permanência dos jovens nos processos de organização social em seus territórios.

Neste sentido, são necessárias pesquisas que aprofundem e correlacionem a permanência da juventude no campo a partir de uma visão mais abrangente, e que possam ir além da conclusão de que a saída da propriedade é uma decisão que está exclusivamente nas mãos do jovem ou da família. Desta forma, desconsiderando outros aspectos condicionantes que não estão na agência destes atores sociais e que podem ser essenciais para a consolidação de processos de desenvolvimento, como os contextos econômicos, ambientais, culturais, políticos e sociais no qual os atores estão inseridos.

No caso deste estudo, realizado nos estados do Paraná e do Ceará, respectivamente região Sul e Nordeste do País, foram escolhidos municípios que possuem assentamentos rurais em seus territórios. Nesta perspectiva, foram selecionados para a pesquisa o Assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul/PR e o Assentamento Maceió em Itapipoca/CE. A escolha também se deu a partir da correspondência às possibilidades de deslocamento do pesquisador, sobretudo em termos de localização e devido à presença de jovens para a aplicação da pesquisa nos dois territórios.

Vale ressaltar que, no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao pesquisarmos o termo ‘juventude rural’ somados aos termos ‘indicadores de desenvolvimento rural’ ou ‘indicadores de desenvolvimento rural sustentável’ cerca de 47.844 mil obras são encontradas.

Contudo, ao avaliar alguns dos resumos dos estudos, constata-se que são poucas as pesquisas que discutem de forma ampla, e considerando diferentes dimensões, a construção de indicadores para a juventude correlacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável. Desta forma, a escolha para tratar a pesquisa a partir do conceito de DRS, está intimamente

relacionada com a perspectiva de futuro da juventude rural, sem desconsiderar o seu passado e seu presente tanto em aspectos objetivos, como subjetivos.

A partir da bibliografia analisada para este estudo, entendeu-se, portanto, que o Desenvolvimento Rural Sustentável abrange aspectos que transcendem uma visão meramente econômica ou desenvolvimentista nas condições de vida dos jovens, justificando assim sua aplicabilidade na realidade dos estudos rurais sobre essa categoria social.

Deste modo, a pesquisa se propõe a discutir o assunto, com base no problema, objetivos e justificativa evidenciados anteriormente. Para tal a estrutura desta pesquisa conta, além da introdução (Capítulo 1), com outros quatro capítulos com suas respectivas subseções, considerações finais, referências bibliográficas e apêndices.

No segundo capítulo, são discutidas as interfaces entre o desenvolvimento rural sustentável e a juventude assentada, buscando trazer conceitos e abordagens sobre as temáticas a partir dos autores estudados. Para tanto, o capítulo abriga outras quatro (4) subseções, sendo a) Desenvolvimento Rural Sustentável e os atores da sustentabilidade no campo, b) sucessão rural na agricultura familiar, reprodução social e dinâmicas nos territórios a partir dos assentamentos rurais, c) juventude rural: aprofundando conceitos, e, d) indicadores de desenvolvimento rural sustentável para juventude rural.

No terceiro capítulo, abordamos os aspectos relacionados a metodologia deste estudo. Entre eles, a definição da pesquisa, coleta e análise de dados, bem como a caracterização das regiões de estudo. Ambas buscaram subsidiar as etapas que forem percorridas durante a aplicação da pesquisa.

No quarto e quinto capítulo são discutidos com base nos resultados obtidos, as condições de vida da juventude rural nos assentamentos 8 de Junho/PR e Maceió/CE tendo como base o conceito de desenvolvimento rural sustentável, acompanhado de um breve contexto da formação deste assentamentos.

Por fim, no sexto capítulo são abordados os limites e potencialidades nas condições de vida dos jovens nos assentamentos 8 de Junho/PR e Maceió/CE, buscando relacionar os resultados obtidos nos capítulos anteriores e apontando para a situação presente e futura dos jovens analisados.

2 INTERFACES ENTRE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E O PAPEL DA JUVENTUDE ASSENTADA: CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS

Nesta seção é apresentada a revisão de literatura que norteará as discussões da pesquisa. A revisão se divide em 4 subseções as quais contribuem com as análises do estudo, tendo como temas: a) Desenvolvimento Rural Sustentável e os atores sociais da sustentabilidade no campo; b) Sucessão rural na agricultura familiar, reprodução social e dinâmicas nos territórios; c) Juventude rural: aprofundando conceitos; e d) Indicadores de Desenvolvimento Rural Sustentável para a juventude rural.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E OS ATORES SOCIAIS DA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO

Até o século XIX, predominava no desenvolvimento da agricultura mundial, a difusão de técnicas adaptadas ao meio ambiente, como o respeito ao livre pastejo, a rotação de culturas, integração de atividades agropecuárias vegetal e animal e com uso de alqueives (MAZOYER e ROUDART, 2010). Contudo, com o advento da Revolução Verde (ou ‘Segunda Revolução Agrícola’), como resultado do avanço capitalista e a consequente difusão da química agrícola, vinculada à industrialização, ocorre uma mudança de paradigma onde os valores que norteavam essas regras ecológicas passaram a ser considerados ‘desnecessários’ na agricultura (ASSIS, 2006).

No Brasil, prevaleceu um modelo de produção agrícola em larga escala, que teve suas bases na ‘grande lavoura’, ocupando grandes espaços de terra e de mão de obra, assemelhando-se a uma produção fabril (PRADO JÚNIOR, 1963). Desta maneira, conforma-se uma espécie de empresa agrícola no País, voltada para a monocultura e exploração dos recursos naturais (FURTADO, 1987). Junto à concentração e especulação fundiária e o uso intensivo do solo e de maquinários, os aspectos somados geraram uma redução da mão de obra no campo e consequentemente a expulsão de trabalhadores e trabalhadoras rurais (WAMMES *et al.*, 2013).

No início dos anos 1970, Furtado (1978) já discutia questões relacionadas ao esgotamento dos recursos naturais como impedimento à reprodução social em países como o

Brasil e questionava a estrutura fundiária vigente no País, apontando a iminente acumulação em que a terra se transformara, ganhando aspectos de ‘valor de troca e transações mercantis’.

Nesse processo também ocorre uma mudança em como o uso social da terra é visto a partir do avanço dos grandes latifúndios, ganhando caráter de valoração econômica e produtiva. Para Delgado (2009), a modernização conservadora da década de 70, impulsionada pelo agronegócio, gerou elevados níveis de ‘desemprego de recursos produtivos’ a partir da força de trabalho e da ociosidade das terras. Não obstante, a resultante expulsão de trabalhadores rurais de seus territórios, acaba por impactar relação destes com a propriedade e com seu próprio meio, afetando social e culturalmente estes sujeitos (DELGADO, 2009; WAMMES et. al., 2013).

No bojo dessa perspectiva funcionalista da agricultura, Ramos (2001) discute uma série de questões que nos levam a compreender como se deu esse processo de desenvolvimento

(...) Essa perspectiva “funcionalista” deixou em segundo plano as alternativas de posse e uso do solo no cumprimento daquelas “funções” e acabou contribuindo para consolidar a já mencionada visão de que o desenvolvimento se limita ao processo de urbanização-industrialização: à agropecuária caberia transferir renda e liberar mão-de-obra e, ao mesmo tempo, constituir mercado para aquele processo; gerar divisas para a economia industrializar-se desenvolver-se ao mesmo tempo em que deveria fornecer alimentos e matérias-primas em quantidade e a preços adequados para tanto etc. (RAMOS, 2001, p. 146)

Medeiros e Almeida (2010), apontam que este desenvolvimento promovido historicamente no campo brasileiro e que se dissemina a partir da Revolução Verde, se colocou como ‘insustentável’. O modelo implementado gerou injustiça social e impactou a concepção de desenvolvimento rural predominante, - o qual entrou em crise -, sendo ponto de partida determinante para emergir discussões sobre uma perspectiva de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Assis (2008), ao destacar as questões desenvolvimentistas tradicionais no Brasil, acrescenta à discussão aspectos sobre o momento em que ocorre um ponto de virada nos debates

Os enfoques tradicionais desenvolvimentistas consideram que se pode elevar indefinidamente o nível de riqueza material, sendo o crescimento econômico um desejo que a maioria das sociedades atuais aspiram para alcançar o seu desenvolvimento econômico, e não há dúvidas de que é uma condição essencial para atingir esse objetivo. No entanto, a partir da crise da década de 1980 e do surgimento da questão ecológica, explicitando custos não

contabilizados dos processos produtivos, aprofundou-se uma visão crítica à ideia de que o crescimento econômico seria condição suficiente para o desenvolvimento econômico, percebendo-se que o crescimento econômico por si só podia ser extremamente excludente (ASSIS, 2006, p. 80).

Na mesma reflexão, Gregolin et. al. (2019) questionam essa concepção de desenvolvimento vigente ao refletir que esta deve superar uma lógica unicamente econômica, a qual sozinha não é ‘sinônimo de desenvolvimento’. Para os autores, olhar de forma centrada para o desenvolvimento econômico gera isolamento de outras questões que estão fora do status de “mercado”, como as potencialidades socioculturais, ambientais e territoriais. Sachs (2009) argumenta ainda que é necessário conciliar de forma 'viável' a economia e a ecologia, destacando a importância das ciências naturais e sociais no processo de transição para o desenvolvimento sustentável.

O debate de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) tem sua premissa ligada a discussão da concepção de Desenvolvimento Sustentável³ em um contexto mais amplo e destaca-se na consolidação desse conceito, às iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) nas últimas décadas.

A Rio +10, (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável) realizada em 2002 foi fundamental ao definir o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) sob três pilares (social, econômico e ambiental). De forma adicional a Rio +20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável) ocorrida no ano de 2012 culminou em um importante documento intitulado ‘*O futuro que queremos*’ com foco nas necessidades das gerações futuras (FEIL et al., 2016; SOUZA et al., 2020).

Ressalta-se que o conceito de DRS está intimamente ligado às discussões sobre sustentabilidade. Para Dahl (2012) citado por Souza et al. (2020), o Desenvolvimento Sustentável é um processo para chegar à sustentabilidade, tendo como princípios o bem-estar das pessoas. Os dois conceitos se diferenciam entre si, uma vez que a sustentabilidade é entendida como esse resultado de longo prazo, qualitativo e passível de ser analisado a partir de indicadores ou índices.

³ Autores como John Bellamy Foster (Freitas et al., 2012) e Euclides Mance (Peruzzo e Volpato, 2019) – este último que discute sobre o conceito de *Buen Vivir* –, destacam contrapontos relacionados a um modelo de desenvolvimento sustentável na sociedade atual.

Maluf (2010) sistematiza e reafirma estes entendimentos em três pontos, discutindo que o Desenvolvimento Sustentável é um processo de longo prazo no qual ocorrem conflitos e negociações em sua construção, e que a sustentabilidade se encaixa na compreensão das dimensões econômicas, sociais e ambientais, sendo a coerência entre si um elemento dependente de marcos legais ou movimentos entre os atores sociais envolvidos.

Furtado (1992, p. 75) argumenta que “o verdadeiro desenvolvimento se dá nos homens e nas mulheres e tem importante dimensão política”, apontando o papel das pessoas nas mudanças necessárias na sociedade. Em consonância com esse entendimento, podemos apontar que o desenvolvimento sustentável tem papel preponderante na promoção da qualidade de vida dos seres humanos dentro das limitações ecológicas, sendo as pessoas beneficiadas e parte da construção do desenvolvimento (ASSIS, 2006).

Se considerarmos o meio rural, a agricultura familiar deve ser compreendida em um importante espaço enquanto atores sociais na análise do Desenvolvimento Sustentável. Na década de 1990, o agrupamento passa a ser refletido como uma ‘categoria sociopolítica’, sobretudo a partir da atuação de organizações sociais, pesquisadores e gestores públicos (SCHNEIDER, 2003; MALUF, 2010; MATTEI, 2014; GRISA e SCHNEIDER, 2015).

É nesta categoria ampla e complexa, que, até os dias de hoje, estão homens, mulheres e jovens, com necessidades e relações sociais singulares em seus territórios e localidades. A agricultura familiar é, portanto, fundamental “na reprodução de conhecimentos e modos de vida tradicionais” (ASSIS, 2006, p. 82), devendo ser compreendida na sua diversidade, no qual destacamos o entendimento de Schneider (2010), ao refletir que

A diversidade é entendida como uma condição que se realiza segundo diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, estrutura fundiária, entre outras. A diversidade manifesta-se por meio de um repertório de iniciativas individuais ou familiares que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades, muitas vezes decorrentes da falta de opções, mas, não raro, também em decorrência dos erros e equívocos provocados pela especialização (SCHNEIDER, 2010, p. 89).

Para Sachs (2001), está nos agricultores familiares o protagonismo da ‘transição à economia sustentável’, tendo eles o papel de guardiões de todo o ecossistema em que estão inseridos e configurando-se nesta categoria um tipo de ocupação territorial que dá respostas a uma série de vantagens sociais e ambientais, citando a geração do autoemprego como um dos exemplos.

Complementando, Medeiros e Almeida (2010) definem o Desenvolvimento Rural Sustentável a partir de uma perspectiva local, ao destacar que

(...) baseia-se no descobrimento, sistematização, análise e fortalecimento dos elementos de resistência específica de cada identidade local ao processo modernizador do espaço agrário, fortalecendo as formas de ação social que possuam um potencial transformador. Portanto, não se trata de levar soluções prontas para a localidade, senão de se detectar as que ali existem, como por exemplo, experiências de manejo ecológico dos recursos naturais locais. Isso significa transferir o núcleo de poder baseado no conhecimento científico para o núcleo do conhecimento local, que geralmente responde diretamente às prioridades e capacidades das comunidades rurais em questão. (MEDEIROS, M.; ALMEIDA, J., 2010, p.113)

Maluf (2010) aprofunda o debate através de uma série de estudos de caso no Brasil, onde relaciona DRS e sustentabilidade em um contexto local ou regional. Em um de seus exemplos, aponta que, enquanto no Nordeste o referencial está ligado à Convivência com o Semiárido promovida por organizações da sociedade civil ou iniciativas públicas, no Sul este referencial muda, predominando na região uma ‘agricultura familiar consolidada e produtivista’. Desta forma, evidenciando as diferentes realidades a partir dos contextos analisados no mesmo País.

Um outro estudo, de Aquino *et al.* (2017), realizado em áreas rurais no Sul e Nordeste do Brasil, encontrou semelhanças e diferenças no contexto da população entrevistada nos estados do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. Dificuldades de transporte e acesso à serviços foram identificadas nos agricultores sulistas, ao passo que a seca segue sendo uma questão relevante para os nordestinos. Apesar disso, muitas contradições são semelhantes, contudo, agravadas quando observamos a região Nordeste.

Na próxima seção serão discutidos aspectos sobre o papel da sucessão rural na agricultura familiar e quais seus desdobramentos nos processos de reprodução social e nas dinâmicas territoriais. Discutimos motivações e possibilidades que levam a juventude rural a permanecer ou ficar no campo, trazendo reflexões a partir do contexto dos assentamentos rurais.

2.2 SUCESSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR, REPRODUÇÃO SOCIAL E DINÂMICAS NOS TERRITÓRIOS A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.

Os debates acerca da sucessão rural vêm passando por transformações no Brasil, acompanhadas pelos processos de modificações estruturais ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, impactando o meio rural e o modo de vida das famílias agricultoras. Quando

se fala em ‘problema da questão sucessória’ na agricultura, entende-se que ele está relacionado com as mudanças de padrões em relação à ‘formação de uma nova geração de agricultores’ (CARNEIRO, 1998). Essa mudança está diretamente relacionada a discussão sobre a reprodução social dessas famílias, uma vez que estão acontecendo mudanças na forma em que ocorrem os processos sucessórios dos núcleos familiares no meio rural (TROIAN e BREITENBACH, 2020).

Stoffel (2013) menciona em seus estudos o debate sobre reprodução social ‘de longo prazo’, onde considera-se reprodução intergeracional aquela relacionada a pontos como sucessão, herança e afastamento da gestão ou aposentadoria dos pais. Ao considerar de grande importância o ‘processo sucessório’ na agricultura familiar, apontam alguns estágios com os quais as famílias no meio rural, e conseqüentemente os jovens inseridos nesse contexto, passam para garantir a manutenção da categoria. Um desses exemplos é a transferência do aprendizado das técnicas produtivas dos pais para os filhos (SPANVELLO, 2008).

Para Spanevello (2008), os padrões sucessórios podem estar ligados a um ou mais de um elemento, seguindo de acordo com as particularidades das famílias agricultoras e seus filhos, podendo abranger questões geográficas e temporais, por exemplo. Destaca ainda que, em processos de transferência de patrimônio, a questão econômica - relacionada a diversificação produtiva, tamanho da área também pode favorecer ou não a sucessão rural.

Apesar de um problema relevante e sempre presente nos estudos sobre o meio rural, é salutar observar que a reprodução da agricultura familiar em longo prazo depende diretamente da continuidade dos jovens em seus territórios rurais (STOFFEL, 2013). Coincidindo com este entendimento, Troian e Breitenbach (2020, p. 28), destacam que o processo sucessório, quando estabelecido, “contribui para a reprodução dos estabelecimentos familiares e para o desenvolvimento como um todo”.

Com base nessa afirmação, no estudo realizado por Troian e Breitenbach (2020), as autoras refletem sobre uma série de ‘particularidades, interesses e motivações’ relacionadas ao contexto em que os jovens rurais estão inseridos, sistematizando diversos fatores que levam a permanência ou a saída do meio rural, conforme é possível observar através do Quadro 1.

Quadro 1 – Condicionantes e ações para a saída e permanência dos jovens rurais

Condicionantes e ações para permanência dos jovens no meio rural	Condicionantes e ações para saída dos jovens no meio rural
<ul style="list-style-type: none"> - Instituições de caráter técnico e promoção da extensão rural (atuando como fornecedoras de crédito, assistência técnica, aperfeiçoamento produtivo, informacional e fomento social); - Fortalecimento de grupos locais e das organizações de agricultores familiares, com atividades voltadas para o lazer; - Tecnologia, modernização, máquinas e equipamentos que facilitem a realização de atividades agrícolas/redução da penosidade do trabalho; - Valorização dos espaços rurais e reconhecimento da importância da agricultura; - Políticas voltadas para a juventude rural, incluindo educação de qualidade, estímulo à projetos inovadores que façam do meio rural uma opção de vida; - Condições das famílias, tanto econômicas quanto sociais: viabilidade econômica, qualificação para a entrada de novos mercados, estratégias de obtenção de rendas complementares, relação entre pais e filhos, questão de gênero e escolha profissional; - Opção por cursos na área agrícola maximiza suas chances de retorno ao meio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho penoso e difícil na agricultura; - Incertezas e dificuldades do trabalho agrícola; - Não participação e envolvimento nas atividades relacionadas à gestão e produção na propriedade; - Especificamente para as mulheres pela precariedade de perspectivas, assim como pelo papel de submissas que continuam a ter as moças no interior das famílias agrícolas; - A constante recomendação que os pais dão aos filhos de irem em busca de estudo e opções de trabalho diferentes e a dificuldade que os pais encontram em motivar os filhos para o trabalho pesado na roça; - Maiores possibilidades de escolarização, maior integração cidade-campo, insatisfação dos ganhos, a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola; - As famílias que possuem condições financeiras para oferecer apoio educacional acabam induzindo o jovem a migrar parcialmente para os centros urbanos, com o propósito de melhor qualificação de nível superior.

Fonte: Elaboração de Troian e Breitenbach (2020), com base nos autores: Abramovay *et al.* (1998); Brumer *et al.*, (2000); Abramovay (2005); Barral (2005); Mendonça *et al.*, (2008); Alves; Marra (2009); Moraes (2011); Troian *et al.*, (2011); Spanevello, Drebes, Lago (2011); Redin (2012); Breitenbach; Giaretta (2015); Breitenbach; Corazza (2017); Troian, Breitenbach (2018b).

Stoffel (2013) se aproxima deste debate ao considerar que todo o núcleo familiar, - crianças, jovens, mulheres, homens e idosos – possui expectativas e comportamentos próprios, devendo ser objeto de análise as suas ‘especificidades’. Com o passar do tempo e as mudanças em termos de idade, mudam também as perspectivas de projetos de vida e as condições concretas de permanência no campo.

Doula *et al.* (2019) abordam estas motivações, ao falar sobre os deslocamentos espaciais do meio rural para às cidades e a relação direta com os projetos de vida dos jovens e das famílias agricultoras. Para os autores, as possibilidades de deslocamento dos jovens estão ligadas aos investimentos econômicos das famílias, que são vistos majoritariamente como um sacrifício. Somado a isto, a ausência destes jovens nos estabelecimentos para estudar ou

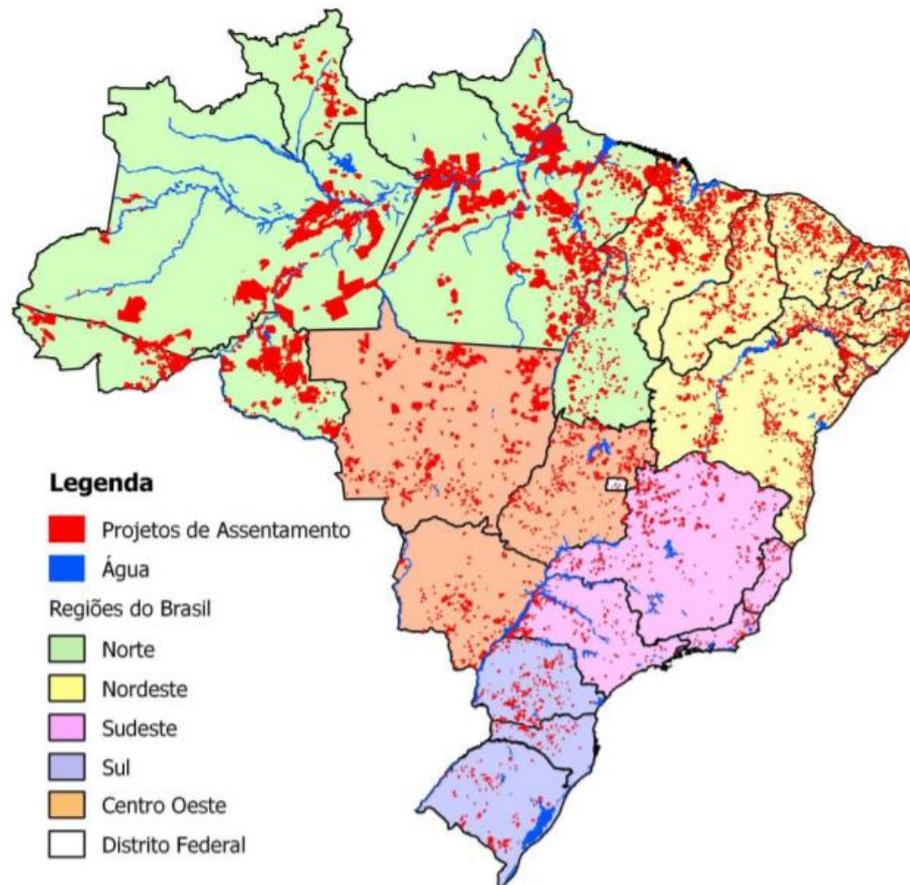
trabalhar fora, geram sobrecarga para outros membros do grupo familiar e uma incerteza em relação ao retorno do jovem à agricultura ou à propriedade.

A reforma agrária é inserida neste debate, ao ser considerada uma política importante para a consolidação do desenvolvimento rural sustentável, garantindo acesso à terra e consequentemente permitindo o envolvimento dos diversos atores na construção de processos de desenvolvimento e fortalecimento das economias locais. Apesar disso, uma parcela da população agrária segue ‘à margem da sociedade’, sem acesso à terra e condições dignas de trabalho (ROMEIRO, 1994; VEIGA, 2000; GUANZIROLI *et al.*, 2001; ASSIS, 2006).

Considerando o contexto histórico da questão agrária brasileira, o Brasil segue sem política estrutural de Reforma Agrária, restringindo-se às políticas agrárias voltadas para a criação de assentamentos em áreas de conflito (ALENTEJANO, 2020). Mais do que isso, para Delgado (2009) o País passou, nas últimas décadas, por uma ‘modernização técnica’ imposta pelo agronegócio, visando a exportação de *commodities*, ampliação do lucro e ocupação de terras. Esta problemática favoreceu o crescimento de “uma massa de trabalhadores desocupados e camponeses sem excedentes” (DELGADO, 2009, p. 79), ampliando as contradições no campo.

Se considerarmos a distribuição especial dos assentamentos rurais pelo Brasil, Gosch (2020) aponta que a maior parte das áreas de reforma agrária estão localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, representando juntas 97% do total da área incorporada e 91% das famílias assentadas (Figura 1). Esta é uma questão significativa, se compararmos com a realidade da região Sul e Sudeste, apresentando-se como importante elemento de aprofundamento para este estudo.

Figura 1 – Espacialização dos assentamentos rurais no Brasil



Fonte: Gosch (2020)

Ao falarmos de estratégias de reprodução social nos assentamentos rurais, alguns pontos são destacados a partir de pesquisas sobre a temática. Para Gazola e Schneider (2007), por exemplo, a produção para autoconsumo é uma importante estratégia de reprodução social deste núcleo, ao retirar das famílias a dependência das condições externas de mercado.

Outro ponto é afirmado por Ploeg (2008) e reforçado por Alende (2006), está ligado a diversificação produtiva como estratégia para garantir mais autonomia e renda, reduzindo suas possibilidades de perdas. A garantia de renda no campo é um elemento relevante para a manutenção da reprodução social das famílias agricultoras. Troian e Breitenbach (2018) complementam este aspecto ao destacar o cooperativismo e o associativismo como outra importante estratégia identificada em seus estudos na região Sul do Brasil.

O acesso às políticas públicas também aparece nos estudos sobre a reprodução social nos assentamentos rurais. Políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Habitação Rural, o Programa “Minha Casa, Minha vida” e políticas a nível municipal, são consideradas necessárias para o fortalecimento destas estratégias (CUPSINKI, 2015). Outras políticas compreendidas como importantes para a agricultura familiar também são citadas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em suas mais diversas modalidades (GREGOLIN *et al.*, 2017; GREGOLIN *et al.*, 2018).

Na próxima seção serão abordados os conceitos relacionados à juventude, especialmente a juventude rural. Serão destacados os principais autores que abordam a categoria e as temáticas discutidas nas últimas décadas no Brasil.

2.3 JUVENTUDE RURAL: APROFUNDANDO CONCEITOS

Entender o conceito de juventude sempre foi elemento de reflexão entre pesquisadores de estudos relacionados à temática, não existindo uma visão única estabelecida. Para Castro (2004), o entendimento sobre a existência de apenas um ser “jovem” homogeneiza a categoria e impacta na construção do conceito, gerando imprecisão a partir de diferentes termos como jovem, juvenil, juventude e adolescente.

Para Van de Velde (2015), citada por Martins (2020), os estudos sobre juventude possuem três grandes abordagens, as quais são definidas como prismas. Estes prismas de compreensão sobre o que é a categoria estão divididos em idades, trajetórias e gerações, tendo cada um o seu significado na construção sobre a temática. A idade, relacionada aos três momentos da vida (juventude, fase adulta e velhice); a trajetória, ligada a um ‘regime biográfico’ onde instituições e políticas públicas tem papel fundamental; e a de gerações, que aborda uma visão sócio-histórica e multigeracional da vida em sociedade.

Troian e Breitenbach (2018) aprofundam esta visão a partir de um importante esforço de sistematizar as principais abordagens de juventude nas pesquisas, concluindo que existem cinco pontos organizados em torno da temática. Estes pontos são: faixa etária, ciclo de vida, geração, cultura/modo de vida e representação social, conforme exemplificado no Quadro 2.

Quadro 2 – Sistematização das principais categorias de definição de juventude

Abordagens de juventude	Definição de juventude e critérios de categorização
Faixa Etária	O critério é a idade dos pesquisados, indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais.
Ciclo de Vida	Período de transição, fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade. Perspectiva adotada pela UNESCO.
Geração	Jovens são inerentemente contestadores, essa rebeldia é necessariamente transitória, como a juventude. Juventude passa a ser vista a partir de seus potenciais de mudança, pela sua capacidade criadora e inventiva.
Cultura ou modo de vida	Definida por critérios culturais, destacando-se a importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades. Estreita relação com a mídia, essa juventude está ligada à sociedade de consumo, vestimentas, acessórios, linguagem particulares.
Representação social	Condição juvenil como uma posição hierárquica social fundada em representações sociais, ou seja, na busca de responder aos significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural.

Fonte: Troian e Breitenbach (2018) a partir de Mannheim (1968) e Weisheimer (2005)

Castro (2009) ao citar Abramo (1997), reforça que no debate sobre juventude, geralmente ocorre uma ‘construção socialmente informada’ ligada às temáticas de educação e lazer, mencionando que

Para a autora essa seria uma concepção que trata a juventude como aqueles que estão em processo de formação e que ainda não têm responsabilidades, principalmente por não estarem inseridos no mercado de trabalho. Com isto se exclui o jovem das classes trabalhadoras da concepção de juventude. Esta é uma contribuição importante para percebermos juventude como construção social. (CASTRO, 2009, p. 7)

Troian e Breitenbach (2018), quando tratam de idade, por exemplo, apontam que não é possível estabelecer um conceito universal de seus limites para a juventude. Neste contexto, quando estratificamos o conceito de ‘juventude’, destacando os jovens rurais, estes podem amadurecer mais cedo que outros jovens, devido a diversas motivações, entre elas as ‘responsabilidades vinculadas ao processo de trabalho’.

Um estudo realizado por Castro (2004), discute o campesinato irlandês a partir do trabalho de Arensberg e Kimball (1968), apontando elementos sobre a construção da categoria jovem no núcleo familiar e em um contexto de comunidade rural. No entendimento da autora a pesquisa mostra questões mais profundas do que os limites da caracterização a partir da faixa etária, ou seja, para a definição do que é jovem ou velho naquele espaço, outras relações – sobretudo hierárquicas, relacionadas a posse da terra – podem determinar quem ainda é considerado jovem rural ou não.

No Brasil, podemos considerar que os grandes debates acerca da juventude rural se dividem em duas fases: uma acerca da ‘saída’ dos jovens do campo e outra relacionada a discussão sobre permanência destes atores no campo.

A primeira se dá a partir da segunda metade da década de 1990, e é considerada a “gênese dos estudos sobre juventude rural” no País, tendo como destaque as pesquisas voltadas à “saída” do jovem do campo e quais os impactos nos processos de sucessão rural (MARTINS, 2020). Nesta perspectiva, diversos autores aprofundaram-se no contexto em seus estudos, dos quais aponta-se Abramovay *et al.* (1998), Carneiro (1998), Stropasolas (2002), Wanderley (2006), entre outros.

A segunda fase teve seu início na segunda metade dos anos 2000, com estudos organizados por pesquisadoras como Brumer (2007), Castro (2009) e Doula (2019). Estas autoras possuem discussões pautadas em um contexto em que ocorria uma mudança conjuntural socioeconômica no país e nos rumos das políticas de governo sobre a temática, direcionadas à emergência da perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Os estudos deste último período debruçaram-se especificamente sobre os motivos que levam os jovens a ‘permanecer’ (MARTINS, 2020), e conforma-se como uma mudança de visão sobre o jovem rural, que passa a ser construído e entendido como ‘ator político’.

A construção desse jovem rural enquanto ‘ator político’ é aprofundada em Castro (2009), ao refletir que no período recente estes jovens estão se reordenando enquanto categoria. Esta constatação leva em conta a observação em movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a exemplo do MST, sindicatos rurais e grupos locais ligados à religião nas comunidades. Este novo sujeito, portanto, “se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma a sua identidade como trabalhador, camponês, agricultor

familiar, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos” (CASTRO, 2009, p. 183).

Esses novos atores políticos também buscam ultrapassar a visão de que há uma única juventude rural, reforçando o debate sobre juventudes, ‘no plural’. Barcellos (2015) relata em um de seus estudos, a partir da sua observação da II Conferência Nacional de Juventude, que os jovens do campo se entendiam naquele momento para além desse conceito, e essa visão uníssona sobre ‘jovens rurais’ é reforçada por uma atuação do Estado Brasileiro na construção de políticas públicas.

(...) foi notado que o sentido dado à categoria juventude rural, ou jovens do campo, os quais o Estado passou a selecionar como público-alvo ou beneficiário para as políticas públicas, tentou unificar grupos sociais e identitários distintos que têm como unidade a identidade cultural com a terra e o direito ao reconhecimento como cidadão, e que vivem do campo e da floresta, como extrativistas, seringueiros/as, quebradeiras de coco babaçu, pescadores/ras, marisqueiros/as, agricultores/as familiares, trabalhadores/as assalariados/as rurais, meeiros, posseiros, arrendeiros, acampados e assentados da reforma agrária, artesãos/ãs rurais. (BARCELLOS, 2015, p. 19)

Essa diversidade de jovens que vivem no campo é uma realidade no país, sendo um debate cada vez mais crescente e impondo desafios no entendimento das suas necessidades e anseios.

Castro (2009), ao tratar especificamente de jovens rurais assentados e acampados, a partir de um estudo etnográfico (CASTRO, 2005), conclui que as questões enfrentadas pelos jovens rurais não podem ser separadas das questões enfrentadas pela agricultura familiar, ou ‘pequenos produtores familiares’, ou seja, pelas famílias nas quais os jovens vivem ou das quais se originam. Os mesmos problemas - relacionados à condição de vida material e subjetiva, bem como as relações de produção - interferem de muitas formas em sua reprodução, e, muitas delas, impactam diretamente na vida da juventude rural.

Outro ponto de discussão está na própria definição de juventude como um fator importante, mas não pacificado nos estudos sobre a temática. No País, o conceito possui diversas abordagens, sendo identificadas neste estudo pelo menos três entre as mais difundidas sendo: a) a visão utilizada pelo Estado Brasileiro, que considera a idade entre 15 e 29 anos a partir do Estatuto da Juventude (SENADO FEDERAL, 2013; SNJ, 2018), b) a visão da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG, 2014), que utiliza o termo ‘juventude rural’ e considera as pessoas de 16 a 32 anos, e c) o entendimento do

Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), que caracteriza sua juventude acampada e assentada como uma identidade, denominada ‘juventude camponesa’ ou ‘juventude assentada/acampada do MST (JANATA, 2013).

Além das visões já citadas, Pochmann (2007) trata dessa questão a partir de uma compreensão em que pode haver um ‘alargamento’ da faixa etária em que se enquadra a juventude (em seu sentido mais amplo), apontando a categoria dos 16 aos 34 anos ao considerar o aumento da expectativa de vida após o nascimento que vem crescendo com o passar das décadas. Além disso, no campo dos estudos rurais, conceitos como ‘juventudes rurais’ – na busca de abranger a diversidade dos atores –, e ‘juventude do campo, das águas e florestas’ também vem sendo utilizados nos últimos anos por organizações, instituições e movimentos sociais (SNJ, 2016).

Ao falar dos jovens assentados do MST, por exemplo, Janata (2013) descreve a categoria como atores que “são o elo de continuação das lutas no assentamento e no próprio Movimento” (p. 35), portanto, parte importante dos processos de participação política, e conseqüentemente, da reprodução social no assentamento. Considerando esse contexto, cabe ressaltar que a juventude também é atravessada pelos mesmos dilemas do conjunto da sua categoria, como preocupações sobre futuro, trabalho e educação (JANATA, 2013).

Na próxima seção serão aprofundadas as reflexões acerca das multidimensões da sustentabilidade e como elas estão conectadas com o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável. Além disso, aponta-se sínteses relacionadas aos indicadores que serão trabalhados, identificando como sujeito o jovem rural inserido no contexto da agricultura familiar.

2.4 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL PARA JUVENTUDE RURAL

Como mencionado em seções anteriores, o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável está intimamente ligado ao entendimento do que é sustentabilidade. Caporal e Costabeber (2002), Sachs (2008) e Gregolin et. al. (2019) são alguns dos autores que propõem uma abordagem multidimensional da sustentabilidade a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Para Caporal e Costabeber (2002), a sustentabilidade possui três níveis hierárquicos, e apontam as dimensões ecológica, econômica e social (em um primeiro nível), as dimensões cultural e política (no segundo nível) e a dimensão ética (no terceiro nível). Para os autores, ainda que todos os níveis façam parte de uma única relação sobre o conceito de sustentabilidade, as dimensões que seguem no mesmo nível se apresentam desta forma por possuírem relação íntima com seus pares.

A visão de Sachs (2008) também referenda esta formulação e acrescenta, ao considerar a multidimensionalidade a partir do entendimento que

(...) o desenvolvimento sustentável implica em cinco pilares: a) Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social, que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta; b) Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para disposição de resíduos); c) Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos das populações e das atividades; d) Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam; e) Político, governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 2008, p.15).

Gregolin *et al.* (2019), aproximam-se da visão de Sachs (2008) considerando as mesmas dimensões como necessárias para se alcançar a sustentabilidade. Para os autores, estas múltiplas dimensões são de grande importância para a ‘reconstrução e transformação’ da sociedade sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Estas dimensões ou temáticas são comumente avaliadas pela estratégia de índices e indicadores, que possuem diferentes abordagens em pesquisas sobre desenvolvimento rural, mas também pontos em comum. Alguns dos exemplos metodológicos já foram apresentados com base em dados primários ou secundários, e estão presentes em sistematizações ou pesquisas realizadas por Kageyama (2004), Sepúlveda (2005), Waquil *et al.* (2007), Kageyama (2008), Melo e Parré (2007), Conterato (2008), Rambo *et al.* (2015) e Radomsky *et al.* (2015).

Nas próximas subseções, são apresentadas as dimensões da sustentabilidade que serão trabalhadas na perspectiva da construção de Indicadores de Desenvolvimento Rural Sustentável para a juventude rural que vive em assentamentos de reforma agrária. Destaca-se nessa oportunidade, que o estudo não irá abranger as dimensões Ética e Territorial, delimitando esse estudo nas dimensões: a) Econômica, b) Ambiental/Ecológica c) Política d) Cultural e e) Social. Destaca-se que na seção da metodologia (Capítulo 4), serão apresentados de forma mais detalhada as variáveis que serão estudadas nas cinco dimensões propostas neste estudo.

2.4.1 Dimensão econômica

Para Caporal e Costabeber (2002, p. 77), "estudos têm demonstrado que diversos resultados econômicos obtidos pelos agricultores são elementos-chave para fortalecer estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável.". A partir deste entendimento, podemos destacar a relevância da dimensão econômica para avaliação de indicadores de DRS no contexto deste estudo.

Dentro da perspectiva da sustentabilidade proposta, a dimensão econômica se coloca para além da geração de lucro e pode estar perfeitamente relacionada com a agricultura familiar de subsistência. Aspectos que muitas vezes não podem ser monetizados podem estar incluídos nesta dimensão, uma vez que sejam "importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família" (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 78).

Do ponto de vista da juventude rural, a dimensão econômica pode estar relacionada aos aspectos como sua ocupação ou atividade laboral na propriedade ou fora dela, no nível de renda que possui, no tempo de trabalho dedicado a sua propriedade rural familiar, dentre outros.

Para Bellen (2006), a sustentabilidade econômica do ponto de vista do desenvolvimento rural sustentável envolve a distribuição eficiente dos recursos naturais em uma quantidade racional, socializando de forma equitativa o que se produz. Assis (2006) complementa ao destacar que "é necessário, para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, o resgate histórico-cultural das formas de relacionamento dos seres humanos entre si e com o meio ambiente nas diferentes sociedades como forma de definir o padrão de bem-estar adequado a estas" (ASSIS, 2006, p. 81).

Apesar da relevância da dimensão econômica, a mesma não pode ser pensada de forma separada de outras dimensões. Quando discutimos Desenvolvimento Rural Sustentável, os aspectos ambientais e ecológicos possuem grande importância para entender os processos de transformação nos territórios e na vida da população envolvida na construção do desenvolvimento.

2.4.2 Dimensão ambiental/ecológica

Entende-se como dimensão ambiental ou ecológica os atributos relacionados aos cuidados com o meio ambiente e, conseqüentemente, ao agroecossistema. Um território sustentável possui relação direta com a preservação e a manutenção da biodiversidade (solo, plantas, animais) que está inserida em determinado espaço, mas também está ligada à ação humana, ou seja, com as pessoas que vivem e interferem nesse ambiente.

O núcleo familiar - incluindo o jovem que está presente nesse contexto - tem papel fundamental neste processo. Interferindo de forma benéfica ou não no ambiente ao seu redor, esta ação pode ser determinante para os processos sucessórios. Do ponto de vista do desenvolvimento rural sustentável, a continuidade da reprodução social naquele território só faria sentido em um espaço que possui capacidade de recursos naturais disponíveis para uso das famílias e suas futuras gerações.

Gregolin *et al.* (2019), discute o entendimento sobre o que é o conceito de dimensão ambiental e sua relação com o desenvolvimento sustentável, ao entendá-la como

(...) precursora das discussões concernentes à sustentabilidade, carrega em seu âmago as demais nuances do desenvolvimento sustentável. Nessa conjuntura, para conferir a devida atenção ao meio ambiente, há que se ponderar uma nova forma de integrar o meio em que se vive, e usufruir dos serviços e bens que a natureza nos proporciona (GREGOLIN *et al.*, 2019, p. 58).

Para Rutherford (1997), entende-se como sustentabilidade ambiental aquela que está relacionada com a ação do mundo junto a sociedade, interferindo na existência dos seres humanos e no sustento a partir da natureza. Destaca ainda a relação desta sustentabilidade com a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, de forma a satisfazer as necessidades das pessoas sem comprometer o futuro das novas gerações.

A Agroecologia como ciência também se coloca como uma estratégia central para orientar processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2002), sendo um importante ponto de aprofundamento das discussões que ganha maior destaque nesta dimensão.

No quadro sistematizado na metodologia (Capítulo 4), são apresentados de forma mais detalhada as variáveis que serão estudadas na dimensão ambiental/ecológica. Na próxima seção, são apresentados alguns dos aspectos relacionados a dimensão social da sustentabilidade.

2.4.3 Dimensão política

A dimensão política da sustentabilidade é aprofundada por Caporal e Costabeber (2002), ao afirmarem que

A dimensão política da sustentabilidade tem a ver com os processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural. Nesse contexto, o desenvolvimento rural sustentável deve ser concebido a partir das concepções culturais e políticas próprias dos grupos sociais, considerando-se suas relações de diálogo e de integração com a sociedade maior, através de representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais, numa lógica que considera aquelas dimensões de primeiro nível como integradoras das formas de exploração e manejo sustentável dos agroecossistemas (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 78).

Sachs (2008, p. 62) complementa ao refletir que “o empoderamento das comunidades e a abertura de espaços para a democracia direta constitui a chave para as políticas de desenvolvimento”, uma vez que a comunidade pode exercer a força necessária para efetivação destas políticas e garantir o desenvolvimento rural compatível à sua necessidade e a do país.

Outra questão preponderante, vinculada ao debate de juventude rural, está na participação e engajamento político destes atores sociais. A participação dos jovens em associações comunitárias, cooperativas, movimentos sociais, sindicatos e outras formas de organização, sejam elas religiosas ou culturais, são importantes elementos de análise para este estudo.

Castro (2008) argumenta que, atualmente, os movimentos sociais brasileiros estão no centro das mudanças em relação à organização da juventude. Para a autora, o Brasil vivencia uma reordenação dessa categoria, a partir da importante contribuição das mais diversas organizações sociais. Com isso, ocorre, portanto, uma primeira geração de jovens dentro dos movimentos sociais, que passam a incidir com maior força na construção de políticas públicas (CASTRO, 2016).

A importância da participação social, relacionada diretamente com a dimensão política, se relaciona com o envolvimento dos atores com agrupamentos locais, que muitas vezes estão enraizados a partir de questões culturais do cotidiano destes atores.

2.4.4 Dimensão cultural

A cultura é um importante aspecto a ser percebido, pois, “na sua capacidade de unir as pessoas, cada qual com sua especificidade, em um ideal coletivo comum, figura-se como um forte elo social na promoção do novo paradigma de desenvolvimento” (GREGOLIN *et al.*, 2019, p. 56).

Ao tratar de aspectos culturais, Caporal e Costabeber (2002) destacam que os processos de desenvolvimento rural estão relacionados com os saberes, conhecimentos e valores locais dos atores, sendo estes importantes pontos de partida para se pensar o desenvolvimento. Sendo assim, se referenciar na ‘identidade cultural’ da população que vive e trabalha em determinado agroecossistema torna-se essencial para a discussão.

A juventude rural e suas condições de saída ou permanência do campo, estão permeadas sob este contexto, uma vez que as questões culturais afetam diretamente estes atores. Um exemplo disso é a relação espacial do campo com a cidade, e como a juventude rural vê esses diferentes espaços a partir de seu ponto de vista.

Apesar da sua importância, as dinâmicas culturais e tradicionais dos povos têm sido destruídas com o passar dos séculos a partir de uma visão de expansão do setor agrícola vinculado ao agronegócio, que desconsidera o aprendizado popular passado através das gerações e fortalece uma lógica de mercado (GREGOLIN *et al.*, 2019).

Bellen (2006) acrescenta que a sustentabilidade cultural é uma das mais difíceis de serem concretizadas. Uma dessas relações são explicadas a partir do avanço da modernização e as dificuldades desse processo visando o não rompimento das identidades culturais em ‘contextos espaciais específicos’ (SACHS, 1997).

Em estudos realizados sobre Índices de Qualidade de Vida, a participação em grupos culturais e atividades correlatas, por parte da população rural, é considerado um dos pontos a serem estudados no campo sociocultural (RADOMSKY *et al.*, 2015).

As dimensões cultural e social também interagem, possuindo proximidades na discussão do papel sociocultural dos atores envolvidos nos processos de desenvolvimento. Alguns dos elementos relacionados a dimensão social estão elencados a seguir.

2.4.5 Dimensão social

Nesta dimensão, Caporal e Costabeber (2002) defendem que os produtos gerados em agroecossistemas sustentáveis só fazem sentido dentro de uma percepção de equidade, ou seja, considerando as especificidades de cada sujeito em seu contexto para a socialização de ativos, capacidades e oportunidades.

Ao falar sobre o ponto de vista temporal, os autores apontam que essa noção de equidade se relaciona com "a perspectiva intrageracional (disponibilidade de sustento mais seguro para a presente geração) e com a perspectiva intergeracional (não se pode comprometer hoje o sustento seguro das gerações futuras)" (SIMÓN FERNÁNDEZ e DOMINGUEZ GARCIA, 2001 *apud* CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 77), ambas intimamente ligadas ao debate da juventude que vive no campo.

Para Freitas (2011), a dimensão social da sustentabilidade reflete serviços como a educação, a saúde e a segurança, tendo como premissa básica a importância do entendimento de sua universalização. Estes pontos estão intimamente ligados à discussão sobre qualidade de vida, no qual entende-se como todo e qualquer aspecto relacionado à geração de bem-estar do sujeito inserido no território.

Em um contexto no qual falamos não apenas de uma juventude, mas de "juventudes" rurais, sejam elas assentadas, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, entre outras, diferentes percepções de qualidade de vida podem estar relacionadas, bem como se compararmos diferentes comunidades ou regiões inteiras. Esse bem-estar pode se apresentar de forma diferente, de acordo com o espaço ou tempo, estando ligado as condições objetivas ou subjetivas dos jovens analisados.

Bellen (2006) analisa esta perspectiva a partir de sua concepção sobre sustentabilidade social, ao definir que esta é relacionada com o bem-estar da população e com todos os meios necessários para garantir a qualidade de vida dos envolvidos. Em Sachs (1997) observa-se um complemento uma vez que o autor afirma que se trata de um 'processo de desenvolvimento' que garante a mitigação das diferenças sociais e das disparidades nas condições de vida.

Na próxima seção são sistematizados os principais pontos acerca do percurso metodológico que o estudo irá seguir, tendo como base a revisão de literatura proposta e a

conexão com os objetivos gerais e específicos desta pesquisa com vistas ao alcance do problema de pesquisa estabelecido.

3 METODOLOGIA

Nesta seção é apresentado o percurso metodológico em que se assenta o estudo, trazendo informações sobre a caracterização da pesquisa a partir de suas definições, questões relacionadas ao levantamento e a coleta dos dados, bem como sobre as regiões que serão estudadas, com mapas e contextos atualizados.

3.1 DEFINIÇÃO DA PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Seguindo o referencial teórico de Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa possui características mistas (aspectos quantitativos e qualitativos) quanto à abordagem, apresentando uma predominância qualitativa, tendo sua natureza no tipo de pesquisa básica, que “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista, e envolve verdades e interesses universais” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 34). Além disso, o estudo é do tipo exploratório quanto a natureza de seus objetivos, propondo-se a realizar um levantamento bibliográfico, entrevistas através da aplicação de instrumentais e posterior análise dos resultados (GIL, 2017).

Em termos de estrutura esta pesquisa se deu em 4 (quatro) etapas: a) Revisão Bibliográfica, b) Construção de indicadores, c) Elaboração e aplicação dos roteiros junto aos jovens selecionados e d) Sistematização e análise dos dados.

Na **primeira etapa**, foi realizada uma revisão bibliográfica de autores e pesquisas relacionados aos temas: Juventude rural ou do campo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Os assuntos foram aprofundados e correlacionados a partir das dimensões propostas para o estudo (Econômica, Ambiental/Ecológica, Cultural, Política e Social), buscando referências que colaborem para as bases teóricas, elaboração de indicadores, definição das perguntas dos roteiros e discussão dos resultados que serão analisados. Esta etapa buscou, principalmente, fornecer elementos para alcançar o primeiro objetivo específico deste estudo.

A **segunda etapa** foi de construção dos indicadores, considerando a sistematização teórica obtida na primeira etapa. Nesta perspectiva, foi definida uma série de indicadores a serem trabalhados, que, na compreensão do autor e da bibliografia estudada, se relacionam com

aspectos da condição de vida dos jovens assentados e poderiam ser pesquisadas a partir das entrevistas.

Na **terceira etapa**, foi realizada a elaboração e aplicação dos roteiros junto aos jovens selecionados para o estudo, onde foram aplicados dois instrumentais de entrevistas estruturadas, sendo um com perguntas objetivas sobre a realidade material e de vida dos jovens (Apêndice A) e outro considerando a sua percepção pessoal sobre essas condições de vida (Apêndice B).

Após a qualificação do projeto de dissertação, os roteiros produzidos foram submetidos em caráter piloto para jovens de 18 a 29 anos que vivem em uma das áreas estudadas, visando realizar ajustes a partir de questões não percebidas em outras etapas da pesquisa. Devido às mudanças realizadas após a aplicação dos roteiros piloto, os mesmos não foram incluídos na análise e discussão final dos dados.

Com os roteiros definidos, os mesmos foram aplicados em entrevistas estruturadas, de forma individual, com 40 jovens em idades entre 18 a 29 anos em cada um dos dois assentamentos analisados, distribuídos de forma igualitária entre homens (20) e mulheres (20).

Para os critérios de definição do número de entrevistados, considerou-se a) disponibilidade de tempo para o alcance dos jovens na aplicação das entrevistas, b) igual quantidade de entrevistados, levando em consideração a disponibilidade das famílias e da população jovem, e c) amostras iguais em termos de gênero em ambos os assentamentos.

A faixa etária dos jovens que participaram deste estudo foi determinada a partir do mínimo de 18 anos, visando garantir respostas adequadas em áreas determinantes, como emprego e renda (na qual essa idade pode marcar a transição para o fim dos estudos e início da vida profissional), tendo seu limite de 29 anos por considerarmos o Estatuto da Juventude (SENADO FEDERAL, 2018) um documento institucional que vem definindo as políticas para essa parcela da população no Brasil.

Para alcançar o objetivo proposto, o estudo contou com o apoio de lideranças de organizações e movimentos sociais de ambos os assentamentos, na perspectiva de indicações de informantes-chave, buscando a aplicação do método de amostragem denominado *bola de neve*

Para Vinuto (2014), este método se inicia com a busca por aqueles denominados de *sementes*, buscando listar pessoas com o perfil indicado no estudo, dentro da população geral.

É utilizado quando se torna inviável determinar uma amostra probabilística inicial, e, a partir dos nomes indicados, pergunta-se novos contatos com as características solicitadas, criando uma ampla rede de indicações até que se alcance a necessidade da pesquisa.

Destaca-se, portanto, a colaboração de lideranças do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) que possui histórico de atuação em ambos os assentamentos, além de organizações da sociedade civil, a exemplo do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA).

Na **quarta e última etapa**, foram realizadas a sistematização e análise dos dados, que estão intimamente ligados às dimensões e indicadores. Para Ferreira *et al.* (2009) um indicador pode ser definido como uma relação medida, podendo esta ser quantitativa ou qualitativa, possuindo significado específico e utilizada para organização e captação de informações específicas dos objetos estudados.

Na construção e análise destes indicadores, foram utilizados como base teórica metodológica uma adaptação do estudo de avaliação de Índices de Condição de Vida (IVC) propostos por Rambo *et al.* (2015), Radomsky *et al.* (2015) e dos instrumentais do método LUME de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas⁴ (PETERSEN, 2021).

Com base na adaptação destes estudos, buscou-se trazer uma abordagem multidimensional de análise adaptada à categoria 'juventude rural', a partir da definição de dimensões relacionadas ao DRS, instâncias que agrupam os principais fatores que afetam a reprodução social dos jovens no campo, e indicadores agrupados em aspectos objetivos e subjetivos da realidade dos jovens rurais.

As instâncias e indicadores foram definidas baseadas na compreensão do autor, levando em consideração adaptações das temáticas trazidas no Diagnóstico da Juventude Rural (SNJ, 2018), e nos próprios estudos de Radomsky *et al.* (2015) e Petersen (2021), buscando alinhar com a compreensão deste estudo, que considera a multidimensionalidade do Desenvolvimento Rural Sustentável.

⁴O LUME é um método aplicado em agroecossistemas que busca compreender as mudanças nestes núcleos a partir da superação das diferenças entre os estudos sociais e naturais. Para Petersen (2021), "O método Lume parte da observação de que as teorias econômicas, sociológicas e agrônômicas que fundamentam o projeto de modernização agrícola contradizem amplamente as realidades empíricas da agricultura e do mundo rural (p. 20).

Neste sentido, foram definidos um conjunto de 39 indicadores, distribuídos a partir do entendimento da literatura estudada sobre Desenvolvimento Rural Sustentável e o atual contexto da juventude rural no Brasil. O conjunto de variáveis está sistematizado no Quadro 3.

Quadro 3 – Descrição das dimensões, instâncias e indicadores propostas para a análise das condições de vida dos jovens rurais em assentamentos dos Estados do Ceará e do Paraná

DIMENSÕES	INSTÂNCIAS	INDICADORES
<i>Econômica</i>	Trabalho e renda	1. Nível de renda familiar
		2. Nível de renda individual
		3. Acesso à emprego dentro da comunidade
		4. Acesso à emprego fora da comunidade
		5. Presença de pluriatividade no núcleo familiar
<i>Ambiental/ Ecológica</i>	Preservação e manutenção do meio ambiente local	6. Desmatamento na propriedade
		7. Utilização de práticas conservacionistas na propriedade
		8. Acesso à alimentos sem agrotóxicos ou orgânicos
		9. Uso de agrotóxicos pela família na propriedade
		10. Acesso às tecnologias sociais
		11. Acesso à saneamento básico
		12. Disponibilidade de água para consumo na propriedade
		13. Disponibilidade de água para produção na propriedade
		14. Diversificação da produção na unidade familiar
		15. Envolvimento do jovem no trabalho agrícola familiar
<i>Política</i>	Acesso, participação e representação política	16. Engajamento dos jovens em associações comunitárias
		17. Participação em sindicatos, movimentos sociais e políticos em geral
		18. Envolvimento em cooperativas de produção ou similares
		19. Participação em grupos religiosos locais
		20. Acesso às políticas públicas no núcleo familiar
		21. Acesso às políticas públicas por parte do jovem
		22. Participação nas decisões da gestão do agroecossistema
<i>Cultural</i>	Acesso à cultura, comunicação e informação	23. Participação em atividades ou grupos culturais locais
		24. Acesso à informação
		25. Uso e acesso à internet no assentamento
		26. Acesso aos equipamentos tecnológicos
<i>Social</i>	Acesso à educação no campo ou para o campo	27. Presença de escolas na comunidade
		28. Acesso ao ensino médio
		29. Acesso ao ensino técnico
		30. Acesso ao ensino superior
	Identidade e diversidades dos jovens	31. Discriminação de gênero na comunidade
		32. Discriminação de geração na comunidade
		33. Discriminação por orientação sexual na comunidade
		34. Discriminação por raça/etnia na comunidade

	Acesso à terra, moradia, mobilidade, saúde, desporto e lazer	35. Acesso e disponibilidade de terra para produção
		36. Condições de moradia
		37. Acesso à transporte e mobilidade rural
		38. Participação em ações de desporto e lazer na comunidade
		39. Acesso à serviços de saúde no assentamento

Fonte: Elaborado pelo autor com adaptações a partir de Rambo *et al.* (2015), Radomsky *et al.* (2015), SNJ (2018) e Petersen (2021).

As dimensões estão relacionadas ao conjunto de fatores e indicadores, considerando a discussão da multidimensionalidade da sustentabilidade e do Desenvolvimento Rural Sustentável. As instâncias representam as temáticas agrupadas, identificadas pelo autor como pontos importantes relacionados a fatores considerados centrais na vida dos jovens no campo com base em SNJ (2018), e os indicadores são as variáveis a serem analisadas, considerando a percepção do autor sobre diversas temáticas a serem analisadas sob os aspectos das condições de vida dos jovens rurais.

Na coleta de dados, o primeiro instrumental (Apêndice A) apresenta perguntas abertas ou com opções pré-definidas, buscando alcançar informações mais detalhadas sobre a condição de vida dos jovens, que, de outra forma, não são possíveis obter.

De forma complementar, o segundo instrumental, relacionado à percepção (Apêndice B), foi organizado de forma a quantificar, a partir da escala *Likert*, cinco (5) escores que vão de ‘completamente insatisfeito’ a ‘completamente satisfeito’, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Escala implementada para alocação de pesos e determinação do grau de satisfação nos indicadores propostos

ESCORE	DEFINIÇÃO
1	Completamente insatisfeito
2	Insatisfeito
3	Mais ou menos satisfeito
4	Satisfeito
5	Completamente satisfeito

Fonte: Adaptado de Petersen (2021)

Com base na determinação da escala *Likert* e para fins de discussão dos resultados, também foi elaborada a classificação do grau de satisfação dos jovens analisados, baseado em

estudos com finalidade semelhante a esta pesquisa, conforme visto em Brandalise (2008) e Nascimento *et al.* (2017). Desta forma, a análise dos indicadores seguiu conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Escala implementada para a avaliação dos indicadores propostos

GRAU DE SATISFAÇÃO	DEFINIÇÃO
Até 1,8	Completamente insatisfeito
Entre 1,9 e 2,6	Insatisfeito
Entre 2,7 e 3,4	Mais ou menos quanto à satisfação
Entre 3,5 e 4,2	Satisfeito
Entre 4,3 e 5	Completamente satisfeito

Fonte: Adaptado de Brandalise (2008) e Nascimento *et al.* (2017)

A sistematização das respostas obtidas através dos roteiros ocorreu com o auxílio do programa Microsoft Office Excel. Os resultados foram tabulados e gerados a partir de uma adaptação dos instrumentais de ‘Avaliação regressiva de atributos sistêmicos’ e ‘Avaliação comparativa de atributos sistêmicos’ do método LUME de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas (PETERSEN, 2021). Nestes instrumentais, são considerados atributos relacionados a todo o agroecossistema analisado, contudo, os mesmos foram reestruturados para abranger os aspectos propostos neste estudo, que são restritos aos indicadores de condição de vida da juventude rural.

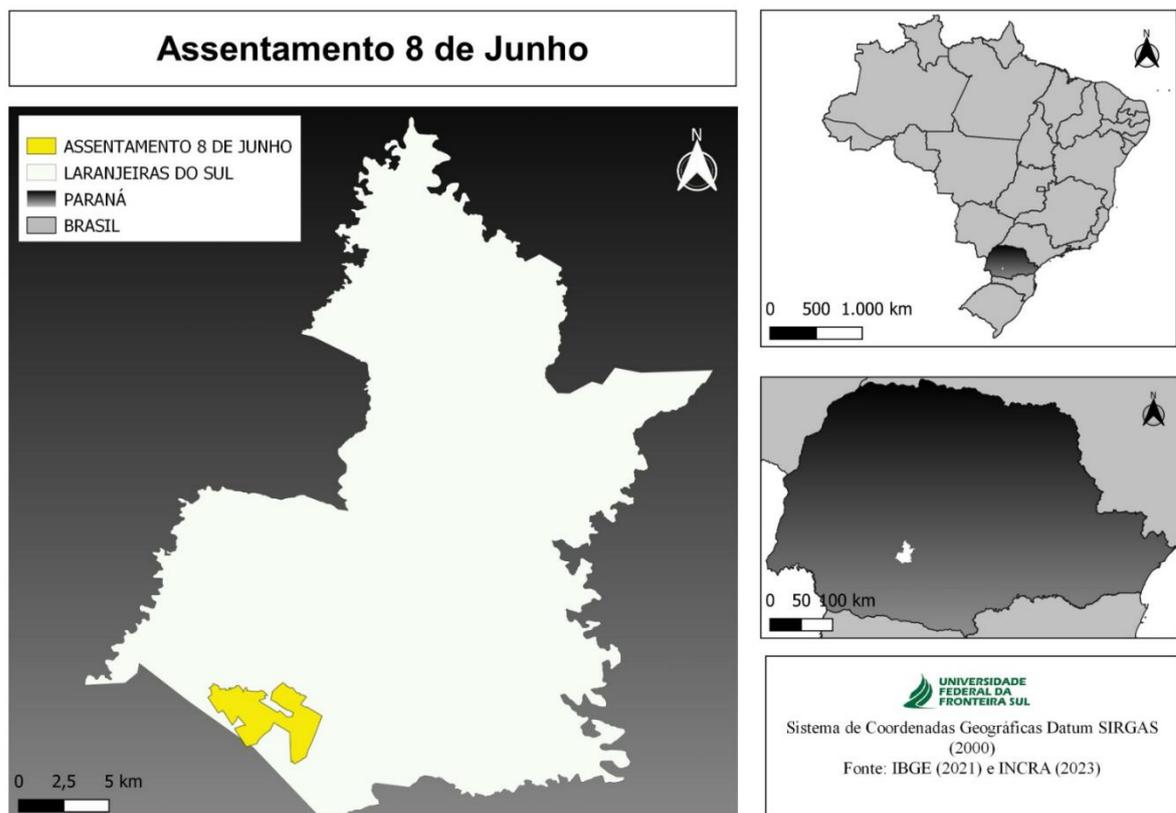
A pesquisa se deu em assentamentos localizados em dois estados pertencentes a duas regiões diferentes do País, com contextos próprios, considerando semelhanças e diferenças, buscando aprofundar aspectos comparativos entre a realidade dos jovens nos dois locais analisados. Para uma demonstração inicial destes locais, na próxima seção serão abordadas as características das regiões de estudo, a partir de dados secundários e informações de autores pesquisados até o momento.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES DE ESTUDO

O estudo foi realizado em assentamentos rurais da reforma agrária nos Estados do Paraná e do Ceará, nos municípios de Laranjeiras do Sul e Itapipoca, respectivamente. Segundo dados preliminares do Censo Demográfico (IBGE, 2023), a população estimada em 2021 do município de Laranjeiras é de 31.953 habitantes, enquanto a população estimada de Itapipoca somava 132.711 mil habitantes.

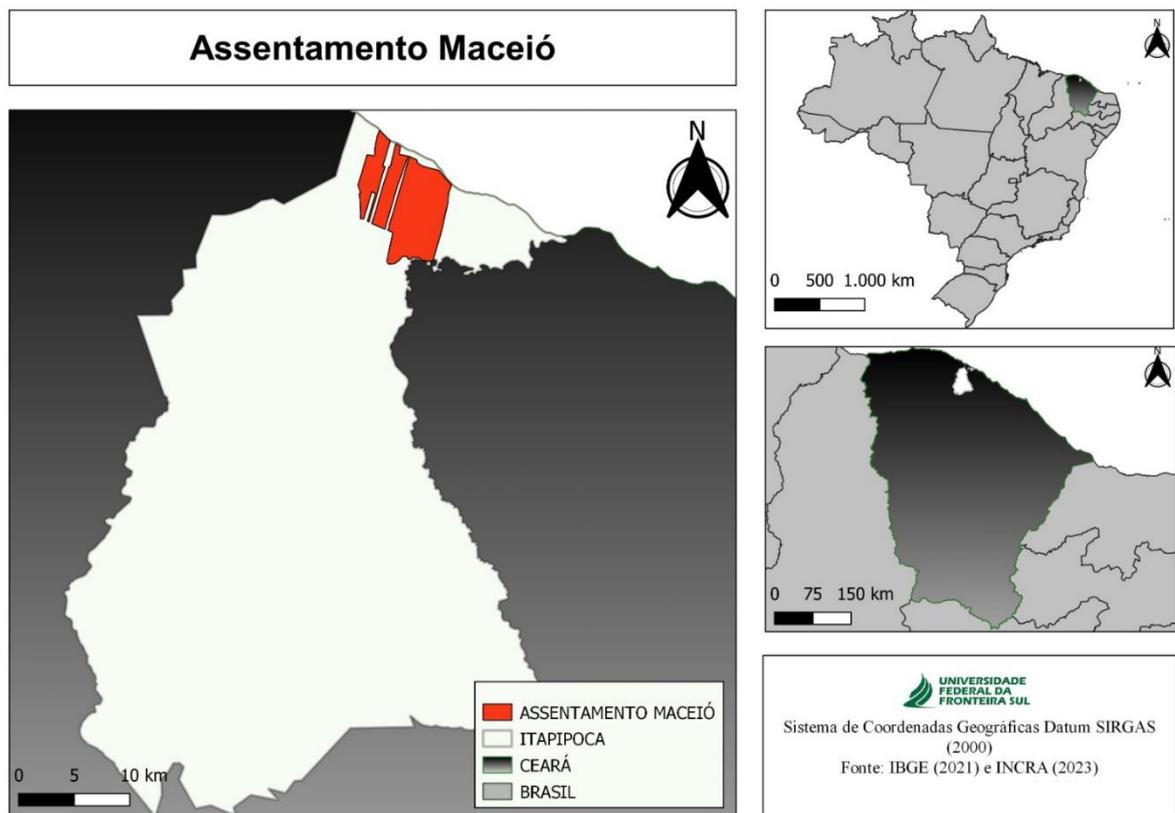
Os assentamentos selecionados foram o Assentamento 8 de Junho (Laranjeiras do Sul/PR) e o Assentamento Maceió (Itapipoca/CE). Os locais foram escolhidos a partir da aproximação do autor com ambas as realidades, considerando a proximidade para a realização da pesquisa e a boa interlocução com lideranças na região. Com estas áreas de estudo nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, também buscou-se identificar e evidenciar possíveis relações ou diferenças regionais entre a relação dos jovens e o meio em que vivem a partir dos resultados que serão analisados.

Figura 2 – Mapa de localização do Assentamento 8 de Junho no município de Laranjeiras do Sul/PR



Fonte: Elaborado pelo software QGIS com base em IBGE (2021) e INCRA (2023)

Figura 3 – Mapa de localização do Assentamento Maceió no município de Itapipoca/CE



Fonte: Elaborado pelo software QGIS com base em IBGE (2021) e INCRA (2023)

O Assentamento 8 de Junho situa-se na região que constituiu o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu no Paraná, e possui proximidade em torno de dez quilômetros da sede urbana de Laranjeiras do Sul, tendo a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) dentro de sua área territorial. Cerca de 75 famílias foram assentadas no local, mas estima-se que, atualmente, esse número é ainda maior, a partir de diálogos com lideranças locais. A produção de leite se destaca na região, além do cultivo de hortifrutigranjeiros, mandioca e batata doce (CEZIMBRA, 2013).

O Assentamento Maceió está localizado na região Litoral Oeste do Ceará, com distância aproximada de 60 km da sede urbana do município de Itapipoca. Estima-se que possuam cerca de 354 famílias assentadas, distribuídas em 12 comunidades, sendo elas: Apiques, Bom Jesus, Mateus, Córrego Novo, Córrego da Estrada, Barra do Córrego, Sítio Coqueiro, Humaitá, Lagoa Grande, Maceió, Jacaré e Bode. A maioria da população vive da agricultura familiar, pesca artesanal, pecuária e artesanato (MONTEIRO, 2018).

Os resultados apresentados neste estudo foram obtidos a partir da busca ativa de jovens moradores em toda a delimitação territorial do Assentamento 8 de Junho, e, no caso do

Assentamento Maceió, foram buscados jovens no perfil selecionado nas comunidades de Apiques, Barra do Córrego e Sítio Coqueiro, considerando a impossibilidade de alcançar os jovens de todas as comunidades.

Os dados obtidos foram sistematizados, tendo seus resultados discutidos visando o alcance dos objetivos propostos, sendo apresentados nas seções seguintes.

Os resultados foram alcançados por meio de dados primários, obtidos através da aplicação das entrevistas estruturadas realizadas na pesquisa de campo entre novembro e dezembro de 2022. Somado a isso, também foram utilizados dados secundários oriundos de outros estudos realizados na região, visando aproximar as discussões sobre os objetos de pesquisa, além do diálogo com as abordagens teóricas sistematizadas no Capítulo 2.

A discussão se baseia na metodologia apresentada anteriormente, sendo ordenada a partir das dimensões, instâncias e indicadores relacionados às condições de vida do público pesquisado. Buscou-se, portanto, identificar a realidade dos jovens assentados em ambas as regiões sob os aspectos econômicos, ambientais/ecológicos, culturais, políticos e sociais.

Destaca-se ainda que o conteúdo é apresentado considerando a compreensão do autor, a partir do referencial teórico acessado, sobre o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável. Desta forma, também identificando aspectos individuais de suas realidades, bem como o contexto do seu núcleo familiar.

4 AS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Nesta seção será apresentado um breve contexto histórico da formação do Assentamento 8 de junho e outras características relevantes para o estudo, além de dados e informações sobre as condições de vida da juventude rural que vivem neste território. Ressalta-se que alguns aspectos de caracterização do Assentamento foram abordados na seção de metodologia, a partir da caracterização das áreas de estudo.

Os resultados desta seção foram alcançados por meio de dados primários, obtidos através da aplicação das entrevistas estruturadas realizadas na pesquisa de campo em novembro de 2022. Somado a isso, foram utilizados dados secundários oriundos de outros estudos realizados na região, visando complementar e aproximar as discussões sobre o objeto de pesquisa, apresentando um diálogo entre os resultados e as abordagens teóricas presentes no Capítulo 2.

Os dados são discutidos considerando a compreensão do autor, a partir do referencial teórico acessado, sobre o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável, buscando identificar a realidade dos jovens assentados sob os aspectos econômicos, ambientais/ecológicos, políticos, culturais e sociais. Para tanto, buscou-se identificar aspectos individuais de suas realidades, bem como o contexto do seu núcleo familiar, organizadas nas dimensões do DRS, instâncias e indicadores observados.

4.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO/PR

Localizado na região Centro-sul do Paraná, o Assentamento 8 de Junho se originou a partir de um acampamento que se iniciou na mesma data, no ano de 1997, por famílias sem-terra nas margens⁵ da BR-158, em frente da então Fazenda Rio Leão, localizada no município de Laranjeiras do Sul (FABRICIO, 2016; CEZIMBRA, 2013).

⁵ Segundo Cezimbra (2013), o motivo da ocupação especificamente neste local se deu considerando a improdutividade da área e pela margem da BR-158 ser um domínio da União.

A Fazenda Rio Leão tratava-se de uma área improdutivo de mais de 1.400 hectares, adquirida por latifundiários a partir de processos ilegais de grilagem de terras (FABRICIO, 2016; CEZIMBRA, 2013). Neste contexto, e a partir da atuação do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), inicialmente cerca de 17 famílias excedentes do Assentamento Ireno Alves ocuparam o local, número que cresceu gradativamente para cerca de 73 famílias em meados de 1998 (FOLLMAN, 2019).

A trajetória de luta pela terra nessa área foi marcada por diversos episódios de resistência dos trabalhadores acampados. Destacam-se pelo menos duas tentativas de saída das margens da BR-158 para ocupar as terras da Fazenda Rio Leão que foram duramente reprimidas (FABRICIO, 2016). Apesar dessa realidade, a organização social do acampamento seguiu, fortalecida pelo grande número de outros acampamentos em terras da região, que segundo Cezimbra (2013), chegaram a somar cerca de 8 mil famílias entre os anos de 1996 e 2003.

A Fazenda Rio Leão só foi desapropriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), três anos depois do início do acampamento, no dia 11 de novembro de 1999, e beneficiando originalmente 74 famílias que receberam lotes de aproximadamente 14 hectares cada uma (FABRICIO, 2016; FOLLMAN, 2019). Em abril do ano 2000 foram emitidos os documentos de posse para todos os assentados (CAMPOS, 2011).

Atualmente o número de assentados é maior, estimando-se - a partir do diálogo com as lideranças locais durante esta pesquisa -, que existam aproximadamente 100 famílias, considerando novos núcleos familiares que foram se constituindo. A relevante presença de famílias agregadas foi constatada durante as visitas realizadas pelo autor desta pesquisa, destacando-se núcleos familiares que se originaram a partir de jovens que são filhos e filhas dos primeiros assentados que receberam parte da terra a partir da doação de seus pais.

Ao observarmos a realidade social da localidade, destaca-se que o Assentamento 8 de Junho está situado na região paranaense de Cantuquiriguaçu, região que constituiu um Território da Cidadania e caracterizada como sendo a segunda região do estado com o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (CEZIMBRA, 2013). Desta forma, condicionando os assentados a um contexto adverso em termos de condições de vida e oportunidades, impactando diretamente no Desenvolvimento Rural Sustentável da região nas suas diversas dimensões.

Entre a parcela dos 20 jovens analisados no Assentamento 8 de Junho, a maioria vive somente no meio rural, se autodeclarada branca, com idades entre 18 e 29 anos. O gênero dos entrevistados foi distribuído igualmente entre homens e mulheres, conforme explicado na seção de metodologia.

A maioria dos jovens possuem ensino médio completo ou incompleto. Não foram identificados jovens analfabetos, e há casos em que possuem ensino superior completo ou incompleto entre os entrevistados. Além disso, também foram observados jovens que são agregados de suas famílias, passando a construir outros núcleos familiares com residência fixa na parcela de terra de seus familiares.

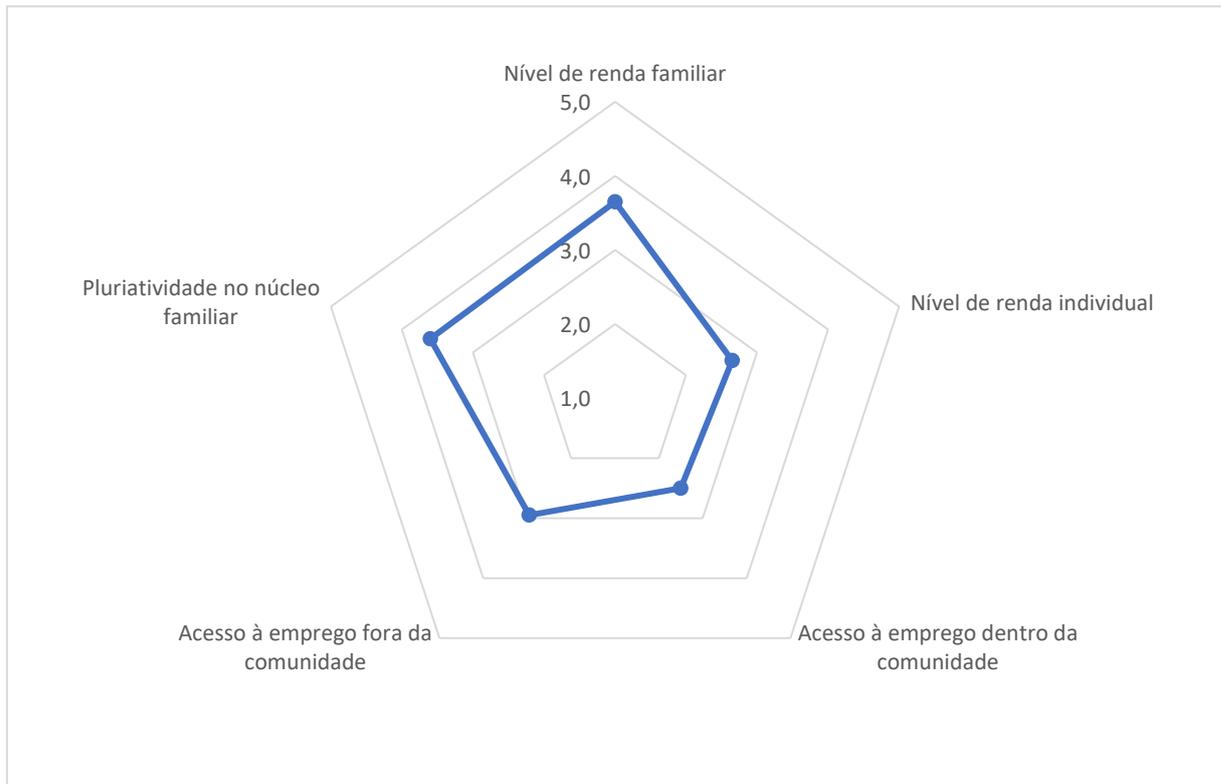
Considerando estes aspectos, cabe ainda destacar que foram encontrados poucos estudos sobre o Assentamento 8 de Junho no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, somando um total de cinco (5) autores, sendo estes: Campos (2011), Cezimbra (2013), Fabrício (2016), Follmann (2019) e Menegas (2021).

Na próxima seção serão apresentados os resultados desta pesquisa, realizada com vinte (20) jovens rurais do Assentamento 8 de Junho e considerando a dimensão econômica do Desenvolvimento Rural Sustentável.

4.2 A DIMENSÃO ECONÔMICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

Na dimensão econômica foi analisada a instância ligada aos fatores relacionados ao trabalho e a renda dos jovens e suas famílias, considerando cinco (5) indicadores, sendo eles: a) Nível de renda familiar, b) nível de renda individual, c) acesso à emprego dentro da comunidade, d) acesso à emprego fora da comunidade (considerando a delimitação territorial do município de Laranjeiras do Sul) e f) pluriatividade no núcleo familiar. A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento 8 de Junho nesta dimensão estão presentes no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão econômica entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico mostra que os maiores graus de satisfação dos jovens entrevistados estão relacionados aos indicadores ‘Nível de renda familiar’ e ‘Pluriatividade no núcleo familiar’, com valores de 3,7 e 3,6 respectivamente. Seguidos de ‘Acesso à emprego fora da comunidade’ (3), ‘Nível de renda individual’ (2,7), sendo o indicador ‘Acesso à emprego dentro da comunidade’ (2,5) com pior grau de satisfação entre a juventude do Assentamento 8 de Junho.

Em relação ao nível de renda familiar⁶ (bruta), a média entre os entrevistados foi de 5.899,00 reais/mês, representando um valor aproximado de cinco salários mínimos. Em estudo realizado por Cezimbra (2013) com famílias assentadas no 8 de Junho, o nível de renda familiar foi de 2.718,00 reais/mês, que, convertendo em valor do período em que a pesquisa foi realizada⁷, representava cerca de quatro salários mínimos.

⁶ Assim como em Cezimbra (2013), os resultados neste indicador apresentam limites metodológicos de pesquisa, uma vez que as respostas são obtidas a partir da avaliação pessoal dos entrevistados.

⁷ Dados do Governo Federal apontam que em 2013 o salário mínimo foi de R\$ 678,00 reais (BRASIL, 2012), em 2023 este valor é de R\$ 1.302 reais.

O avanço positivo de agricultores a partir de resultados econômicos, como é o exemplo do incremento de renda identificado, já foi destacado como importante para o fortalecimento na construção do Desenvolvimento Sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2002). Os resultados evidenciam esse aumento, e, desta forma, entende-se que o alto grau de satisfação entre os jovens com sua renda familiar pode estar diretamente relacionado com o crescimento da renda nos últimos anos.

Contudo, assim como identificado no estudo de Cezimbra (2013), a média apresentada segue ocultando as desigualdades no nível de renda familiar entre as famílias entrevistadas. No presente estudo, as respostas dos jovens partiram de um mínimo de 1.200,00 reais (cerca de um salário mínimo), chegando até 25.000,00 mil reais em alguns núcleos familiares. Os principais fatores que justificam essa diferença podem estar relacionados ao arrendamento⁸ de lotes de terceiros (CEZIMBRA, 2013) e o desenvolvimento da cadeia produtiva da bovinocultura leiteira, muito presente na região.

Em relação ao indicador ‘Pluriatividade no núcleo familiar’ (3,6), o segundo maior grau de satisfação entre os jovens nesta dimensão, se observa que estes encontram-se satisfeitos com a temática. Vale ressaltar que realizando a estratificação dos dados, estes apresentaram uma aproximação na quantidade de famílias que praticam pluriatividade e as que não praticam. Apesar disso, há uma maior frequência de jovens entrevistados que apresentaram um ou mais membros do núcleo familiar com atividades não-relacionadas com a prática agropecuária, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Pluriatividade no Assentamento 8 de Junho

Quanto à pluriatividade	Frequência	(%)
Presença de pluriatividade no núcleo familiar	11	55%
Ausência de pluriatividade no núcleo familiar	9	45%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

De acordo com Cezimbra (2013), cerca de 44% das famílias entrevistadas no Assentamento 8 de junho relataram desenvolver atividades fora do lote - sejam eles trabalhos permanentes ou temporários. O autor destaca a proximidade do assentamento com a cidade de

⁸ Arrendamento é a prática em que um proprietário disponibiliza parcelas de terra de sua posse para terceiros, recebendo remuneração para a permissão de utilização destes bens.

Laranjeiras do Sul, somada a flexibilidade dos trabalhos que surgem fora da propriedade e o arrendamento para terceiros como fatores que justificam a forte presença da pluriatividade nos núcleos familiares. Se comparados com os resultados da pesquisa de Cezimbra (2013) e a atual, observa-se o aumento da presença da estratégia de pluriatividade entre as famílias do assentamento (55% dos entrevistados).

A pluriatividade e diversificação das estratégias de renda pela agricultura familiar são citados por autores nos últimos anos como importantes na garantia da reprodução social (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; SCHNEIDER, 2010; HENIG, 2019; KAWANO *et al.*, 2020). A maior presença dessa prática entre a parcela analisada pode apontar para uma maior busca desta estratégia no Assentamento, e, conseqüentemente, pode vir a contribuir para uma relação positiva quanto ao Desenvolvimento Rural Sustentável na região.

Apesar disso, cabe considerar que, o grau de satisfação em relação ao indicador de ‘Pluriatividade no núcleo familiar’ somado ao número aproximado entre núcleos familiares com presença e ausência dessa estratégia, expressam uma análise mais complexa. Entende-se que, em geral, os jovens que vivem em ambos os contextos estão próximos do escore ‘Satisfeito’, e, portanto, pouco diferem no grau de satisfação analisados, sendo a presença ou ausência de pluriatividade um fator que sofre poucas variações quanto a satisfação dos jovens analisados, independente da sua realidade atual.

Em ‘Acesso à emprego fora da comunidade’ (3) e ‘Nível de renda individual’ (2,7), os jovens analisados apresentam um resultado de ‘Mais ou menos quanto a satisfação’. Enquanto em e ‘Acesso à emprego dentro da comunidade’ (2,5), o grau de satisfação dos jovens está em ‘insatisfeito’. Os dados obtidos a partir de pergunta acerca das suas ocupações atuais nos ajudam a compreender esse cenário, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Ocupação atual dos jovens entrevistados no Assentamento 8 de Junho, em números absolutos e relativos

OCUPAÇÃO ATUAL	Nº DE JOVENS ENTREVISTADOS	%
Agricultor(a)	7	35
Estudante	8	40
Emprego dentro da comunidade	1	5
Emprego fora da comunidade	4	20
TOTAL	20	100

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A maioria dos jovens entrevistados no Assentamento 8 de Junho declararam ser ‘estudantes’ (8 entrevistados), seguidos da ocupação de ‘agricultor’ (7 entrevistados). Destaca-se, portanto, que a ocupação de estudante não configura uma relação empregatícia, mas pode influenciar positivamente na melhoria dos indicadores relacionados ao emprego e renda no momento presente.

Um dos exemplos a esta afirmação pode se relacionar com os jovens que estudam atualmente em universidades públicas, que dispõem de oportunidades de bolsas e auxílios estudantis. Contudo, a ocorrência de jovens realizando ensino superior nestas instituições só foi identificada em um (1) dos entrevistados, que não relatou receber algum tipo de benefício da universidade.

O emprego fora da comunidade só é identificado em 4 dos 20 jovens entrevistados. Apesar disso, o grande número de jovens desempenhando alguma ocupação, especialmente estudos ou trabalho na agricultura, pode ter levado o grau de satisfação para a faixa de ‘Mais ou menos quanto a satisfação’. Afinal, mesmo que ocorra uma necessidade de busca por emprego fora do assentamento, atualmente estes jovens estão se mantendo ocupados com alguma das duas atividades (estudante ou agricultor/a). Destaca-se que somente um (1) jovem entrevistado declarou possuir emprego dentro da comunidade. Essa realidade pode ter impactado diretamente no grau de ‘Insatisfação’ evidenciada pelos resultados do indicador ‘Acesso à emprego dentro da comunidade’, uma vez que a maioria dos jovens entrevistados não desenvolve nenhuma atividade com vínculo empregatício dentro do assentamento.

Entre estes que possuem emprego dentro ou fora da comunidade, os trabalhos relatados foram em atividades não agrícolas, a exemplo da atuação em uma empresa de processamento de resíduos de abatedouros nas proximidades, além de atividades de serviços gerais na UFFS ou em municípios vizinhos.

A estratégia de trabalho em atividades não agrícolas por parte da agricultura familiar é relatada por autores em diversos estudos, e se caracteriza como uma importante alternativa na complementação de renda dos núcleos familiares (TOLEDO e ZONIN, 2021). Apesar da relação positiva, cabe ressaltar os relatos dos que trabalham na empresa de processamento de resíduos de abatedouros com os riscos e ferimentos da atividade laboral. Em relação ao nível de renda individual, 11 jovens declararam receber alguma renda a partir do desenvolvimento de suas funções, sejam elas empregos formais ou trabalho na agricultura. A média de renda

bruta entre os que afirmaram possuí-la ficou em 1.766,00 reais, pouco mais de um salário mínimo, que em 2023 representa um valor de 1.302,00 reais, e bem abaixo da renda média mensal bruta se considerarmos todo o núcleo familiar, discutida anteriormente.

Entre os entrevistados, 9 jovens declararam não possuir nenhum tipo de renda individual. A aproximação quantitativa entre os jovens que possuem renda e os que não possuem pode justificar o grau ‘Mais ou menos quanto a satisfação’ por parte dos jovens.

A importância do trabalho, ou a necessidade de meios de se obter renda a partir de algum tipo de vínculo empregatício, por parte dos jovens, tem sido destacado em diversos estudos (PLOEG, 2008; SNJ, 2018; MARTINS, 2021). No estudo realizado por Toledo e Zonin (2021) com agricultores familiares de cinco estados, incluindo o Paraná, a geração de renda monetária foi fator importante para o debate da sucessão geracional, uma vez que a busca por trabalho e renda regular tem se mostrado como uma das causas de abandono dos estabelecimentos, evidenciando assim a necessidade de busca por estratégias que fortaleçam a geração de renda dentro do próprio Assentamento.

Os graus de ‘Mais ou menos quanto a satisfação’ em relação aos indicadores de acesso à renda individual e acesso a emprego (dentro ou fora da comunidade) na parcela analisada pode apontar para dificuldades futuras nos processos de reprodução social, e conseqüentemente, na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

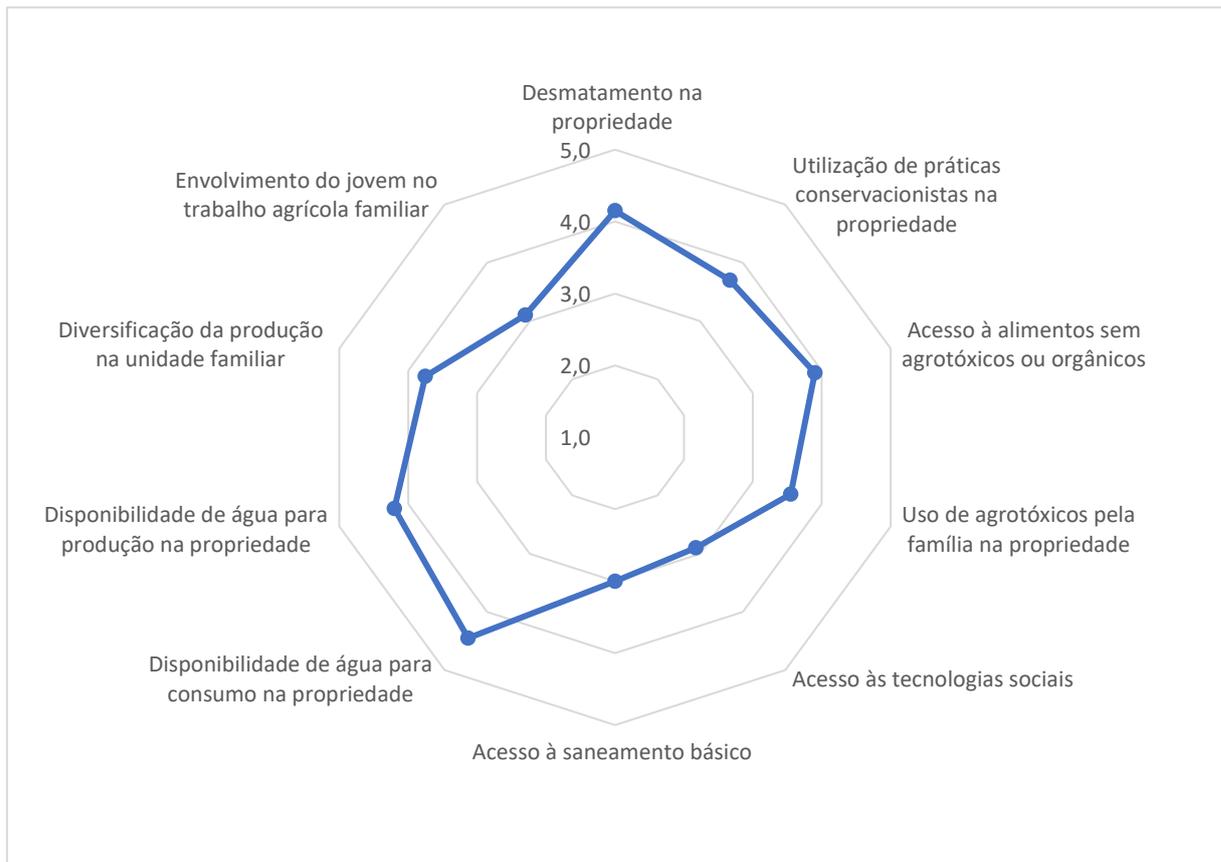
4.3 A DIMENSÃO AMBIENTAL/ECOLÓGICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

Na dimensão ambiental/ecológica foi analisada a instância relacionada fatores de preservação e manutenção do meio ambiente local, contando com dez (10) indicadores, sendo eles: a) Desmatamento na propriedade, b) Utilização de práticas conservacionistas na propriedade, c) Acesso à alimentos sem agrotóxicos ou orgânicos, d) Uso de agrotóxicos pela família na propriedade, e) Acesso às tecnologias sociais, f) Acesso à saneamento básico, g) Disponibilidade de água para consumo na propriedade, h) Disponibilidade de água para

produção na propriedade, i) Diversificação da produção na unidade familiar e, j) Envolvimento do jovem no trabalho agrícola familiar⁹.

A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento 8 de Junho nesta dimensão está presente no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão ambiental/ecológica entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 2 mostra que os maiores graus de satisfação dos jovens entrevistados estão relacionados aos indicadores ‘Disponibilidade de água para consumo na propriedade’ (4,5), ‘Disponibilidade de água para consumo na propriedade’ (4,2) e ‘Desmatamento na propriedade’ (4,2). Na sequência, os indicadores ‘Acesso à alimentos sem agrotóxicos ou orgânicos’ (3,9), ‘Diversificação da produção na unidade familiar’ (3,8), ‘Utilização de práticas

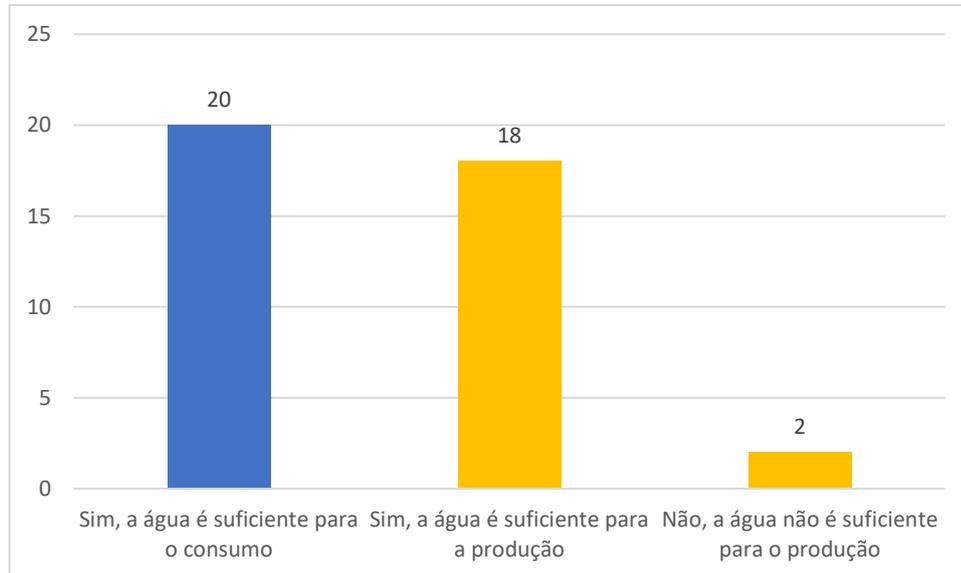
⁹ O indicador ‘Envolvimento do jovem no trabalho agrícola familiar’ se relaciona com a dimensão Ambiental/Ecológica, uma vez que representa o tempo em que o jovem se dedica nas ações produtivas e/ou ambientais em sua propriedade.

conservacionistas na propriedade’ (3,7) e ‘Uso de agrotóxicos pela família na propriedade’ (3,6).

Os menores graus de satisfação entre os jovens analisados estão em ‘Envolvimento do jovem no trabalho agrícola familiar’ (3,1), ‘Acesso à saneamento básico’ (3) e ‘Acesso às tecnologias sociais’ (2,9).

Os dois indicadores relacionados ao acesso à água estão dentro da percepção de ‘Completamente satisfeito’. Durante as visitas para a aplicação das entrevistas, foi possível perceber a boa relação de satisfação quanto ao acesso a este insumo nas propriedades, tanto para consumo como para produção. Na ocasião, os jovens foram perguntados se a água disponível para as duas finalidades era suficiente para as necessidades da família, e as respostas dialogam positivamente com o grau de satisfação alcançado neste estudo, conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Avaliação dos jovens do Assentamento 8 de Junho quanto à disponibilidade de água para consumo e produção



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Todos os 20 jovens entrevistados responderam que a água disponível na propriedade é suficiente para o consumo de toda a família. Uma leve mudança ocorreu quando perguntados se a água era suficiente para a produção, com 18 jovens respondendo que sim e 2 jovens respondendo que não. Apesar da variação, ambos os resultados são elevados quanto ao acesso à água nas duas modalidades perguntadas e, com isso, dialogando positivamente com o grau de

satisfação no escore ‘Completamente satisfeito’ atingido na média total de avaliação das respostas dos entrevistados.

Em relação ao indicador ‘Desmatamento na propriedade’ (4,2), o grau de satisfação dos jovens está em ‘Satisfeito’ em relação ao desenvolvimento de práticas de florestamento e reflorestamento na propriedade, indicando que estes possuem uma percepção de que a família aplica essas práticas na propriedade. Durante as entrevistas, foi perguntado sobre o uso da madeira e 19 jovens responderam que a família faz uso do insumo disponível na propriedade, e apenas 1 jovem relatou que a família compra a madeira. O principal destino do insumo é para o consumo, contudo, 3 das propriedades analisadas também realizam a venda de madeira oriunda do agroecossistema. O uso da madeira para obter lenha é frequente na região, com ênfase no autoconsumo¹⁰. A partir dos relatos, identificou-se que a espécie florestal mais comum é o Eucalipto, seguido de Pinus, Cinamomo, Uva Japão, Pessegueiro e Chorão. A maioria dos jovens entrevistados (14) respondeu que a lenha é obtida de espécies plantadas, quatro (3) jovens responderam que utilizam espécies nativas, um (1) utiliza espécies nativas e plantadas e dois (2) não souberam responder.

Para Toleto e Zanin (2020), o desmatamento é uma das alternativas na busca de renda monetária pelos agricultores familiares, mas em todos os seus aspectos, pode representar um risco a sustentabilidade do agroecossistema. No caso do Assentamento 8 de Junho identificou-se que ocorre na maioria das propriedades a prática do reflorestamento, mas predomina a utilização do Eucalipto, exótica no Brasil, e que consome grandes quantidades de água dos lençóis freáticos. O avanço do plantio do eucalipto nas parcelas analisadas pode representar um grande risco ambiental, causando erosão hídrica (CÂNDIDO *et al.*, 2014) e podendo impactar futuramente nos indicadores de acesso à água para consumo e produção, já discutidos neste estudo.

Os indicadores ‘Acesso à alimentos sem agrotóxicos ou orgânicos’ (3,9), ‘Diversificação da produção na unidade familiar’ (3,8), ‘Utilização de práticas conservacionistas na propriedade’ (3,7) e ‘Uso de agrotóxicos pela família na propriedade’ (3,6) também se encontram no grau de ‘Satisfeito’ a partir da resposta dos entrevistados.

¹⁰ A lenha para autoconsumo é utilizada nas propriedades rurais do assentamento, principalmente, para garantir o funcionamento dos fogões e fornos à lenha, com o objetivo de preparar alimentos. Em algumas residências, também foi identificado o uso da madeira para a produção de cercas e outras infraestruturas rurais.

A maioria dos jovens (19) declarou que a família consome, em algum nível, alimentos sem agrotóxicos e/ou orgânicos. A principal fonte de alimentos saudáveis dessas famílias está nas hortas disponíveis nas propriedades, com ênfase em culturas como a alface, couve, tomate, abobrinha, cenoura, cebola, pepino, acelga, salsa, cebola, alho, cebolinha, almeirão, repolho, brócolis, entre outras.

O consumo livre de agrotóxicos também se mostrou presente em frutíferas como morango, laranja, uva, pêssego, bergamota e melancia. Além de tubérculos, como a batata doce, batata inglesa, mandioca/aipim, etc.

Apesar do importante indicativo de consumo desses alimentos, 14 jovens declararam que suas famílias fazem uso de agrotóxicos na propriedade. Entre estes, quando perguntados em quais áreas ou culturas os produtos são utilizados, a resposta frequente foi ‘na lavoura’, ou seja, onde as famílias produzem grãos como milho, feijão e soja.

As respostas evidenciaram uma aparente divisão espacial nas áreas em que as famílias utilizam ou não estes produtos, destacando uma consciência coletiva em relação a mitigação do uso de agrotóxicos. Essa percepção pode nos ajudar a compreender o grau de ‘Satisfeito’ obtido na parcela analisada em relação ao indicador ‘Uso de agrotóxicos pela família na propriedade’, uma vez que os jovens podem não considerar danosa a utilização destes insumos químicos nas áreas mais distanciadas da propriedade, e consideraram suficientes as medidas de redução no uso destes produtos

Segundo André *et al.* (2022), o uso de agrotóxicos nos estabelecimentos da agricultura familiar do Paraná cresceu de 54,6% para 64,2% entre os anos de 2006 e 2017, e no período o estado ocupava a terceira posição (14%) dentre aqueles que mais comercializavam estes tipos de insumos no Brasil. Os autores apontam o avanço da monocultura com cultivos transgênicos, altamente dependentes destes produtos, como uma das causas para o avanço.

Os dados dialogam com a predominância no uso de agrotóxicos, nas unidades familiares nas quais os jovens foram entrevistados, no Assentamento 8 de Junho, podendo ser um fator de risco na saúde dos jovens e suas famílias, bem como no aumento da dependência nestes produtos, que podem ocasionar problemas econômicos, ambientais e sociais.

No indicador ‘Diversificação da produção na unidade familiar’ (3,8), perguntamos aos jovens quais as principais culturas agrícolas, pecuária e outros serviços relacionados, como artesanato e beneficiamento de produtos desenvolvidas na unidade de produção.

No caso dos cultivos agrícolas, foram citados uma diversidade de pelo menos 56 diferentes espécies, a exemplo do milho, feijão, arroz, mandioca, batata doce, cenoura, beterraba, pêssego, laranja, poncã, aveia, alface, abobrinha, pepino, batata inglesa, milho pipoca, amendoim, alface, rabanete, couve, melancia, pepino, tangerina, manga, pitanga, morango, brócolis, acelga, abóbora, soja, trigo, tomate, cebola, salsa, alho, pimentão, cebolinha, arroz, repolho, almeirão, beterraba, banana, ameixa, abacate, bergamota, morgote, limão, couve-flor, lima laranja, abobrinha, mexirica, nêspira, figo, acerola, uva e plantas medicinais diversas.

Entre as citadas, as mais relatadas pelos entrevistados foram milho, alface, mandioca, feijão, batata inglesa ou doce e aveia. A frequência em que o conjunto das culturas agrícolas foram respondidas pelos entrevistados pode ser observada na Figura 4.

citar o beneficiamento do leite (queijos, nata, entre outros), fabricação de pães e geleias e artesanato.

A diversificação produtiva é uma estratégia relevante para garantir autonomia e renda das populações rurais (ALLENDE, 2006; PLOEG, 2008), e também pode colaborar com o fortalecimento da sucessão familiar (SPANVELLO, 2008). Considerando o alcance do grau ‘Satisfeito’ neste indicador, podemos afirmar que os processos de reprodução social a partir deste contexto podem ser favorecidos a partir da realidade apresentada pelo Assentamento 8 de Junho.

Durante o trajeto da pesquisa, também foi possível identificar que existem obras de um laticínio de leite orgânico na área do assentamento, que havia previsão de conclusão para 2013 conforme dados de Cezimbra (2013). Contudo, a obra encontra-se parada, e, desta forma, condicionando os produtores da região a vender o leite produzido para outros laticínios privados do Cantuquiriguaçu, ou buscar outras formas de comercialização de seus produtos.

Dados sobre comercialização nas famílias que afirmaram vender sua produção, e obtidos nesta pesquisa, corroboram com esta realidade. Vale ressaltar que dos 20 jovens entrevistados no Assentamento 8 de Junho, 17 relataram que suas famílias vendem parte da produção, principalmente leite, grãos e hortaliças. As informações sobre o destino desta comercialização estão presentes no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Destino dos produtos comercializados pelas famílias dos jovens do Assentamento 8 de Junho



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Entre as propriedades em que os jovens relataram ocorrer venda da produção, a frequência de venda direta ao consumidor e a venda para laticínios são as maiores. A venda para atravessadores também se destaca, além da comercialização para cooperativas para onde destinam-se, principalmente, os grãos produzidos (soja, milho, feijão). Lactopar, Szura, São Leopoldo e Mineiro são os laticínios para onde se destina a produção de leite e que foram citados pelos entrevistados. Enquanto as cooperativas citadas, na comercialização de grãos, foram Cooprossel, Coopersul e Coasul.

Em relação à venda direta ao consumidor e a venda em feiras, destaca-se a dinâmica de venda de produtos no pavilhão do Assentamento¹¹, a partir da atuação da Cooperjunho sob coordenação de militantes do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). A comercialização através de programas governamentais, como o PAA e o PNAE, foi citada com menos frequência e pode estar relacionada diretamente com a redução da incidência das políticas públicas para a agricultura familiar nos últimos anos.

Coletti e Perondi (2015), ao comparar o destino da comercialização do leite em produtores familiares no Rio Grande do Sul e Paraná, apontam que a venda direta ao consumidor ou para programas de governo são estratégias que garantiram um maior rendimento financeiro em comparação aos agricultores que se inserem em cadeias mais longas, como a venda para laticínios. Em um dos casos relatados, o leite vendido diretamente teve preço fixo de R\$ 1,50 por litro, enquanto o excedente comercializado aos laticínios teve preço pago de R\$ 0,53 centavos por litro.

Considerando a relevante incidência da modalidade de venda para laticínios entre os entrevistados, percebe-se que os núcleos familiares poderiam obter maiores vantagens se priorizassem canais curtos de comercialização, como a venda direta ao consumidor e as políticas governamentais PAA e PNAE, evidenciada em poucos casos na parcela analisada, e que também representa importantes estratégias de geração de renda na agricultura familiar (ZAIAC *et al.*, 2021).

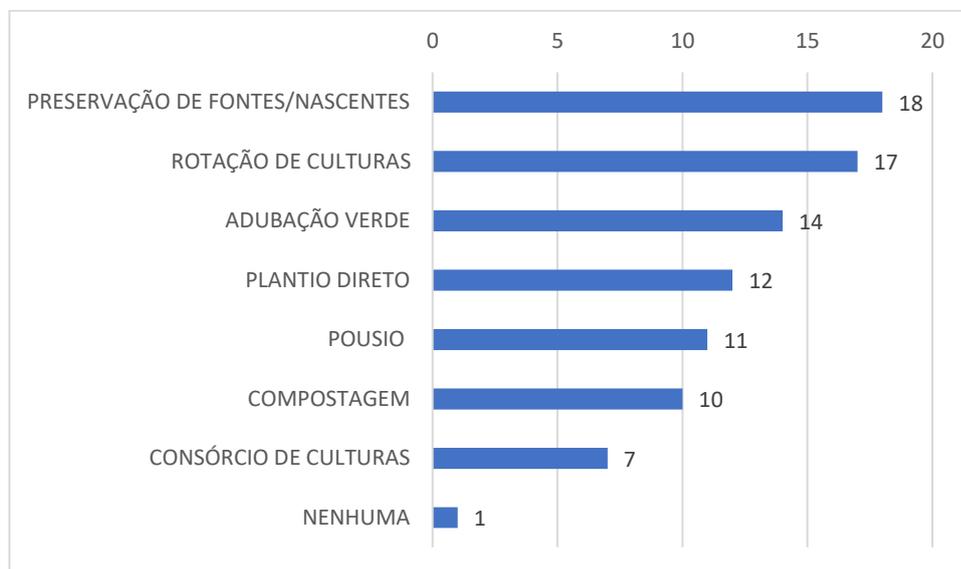
Também perguntamos aos jovens se eles se envolvem nos processos de comercialização destes produtos. Destes, 11 jovens declararam não participar diretamente e 9 jovens afirmaram se envolver, seja diretamente ou em conjunto com sua família. Este é um importante dado, que

¹¹Observou-se durante a pesquisa que esta dinâmica ocorre, predominantemente, em um evento chamado Café Colonial, realizado uma vez ao mês no local.

complementa nossa visão sobre a participação dos jovens nos processos de reprodução do agroecossistema.

Em relação ao indicador ‘Utilização de práticas conservacionistas na propriedade’ (3,7) também com grau de ‘Satisfeito’ pela média dos jovens entrevistados no Assentamento 8 de Junho, foi possível identificar diversas práticas realizadas nas propriedades. Os dados estão sistematizados no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Práticas conservacionistas utilizadas com maior frequência no Assentamento 8 de Junho



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Identificou-se que a prática conservacionista desenvolvida com maior frequência nas propriedades entre os jovens entrevistados é a preservação de fontes/nascentes, com 18 respostas obtidas. Em seguida, a rotação de culturas, a adubação verde, plantio direto, pousio, compostagem e por fim o consórcio de culturas. Apenas um jovem declarou não haver nenhuma das práticas conservacionistas citadas na propriedade.

O destaque para a preservação de fontes e nascentes está intimamente ligada com a realidade dos lotes do assentamento, que possuem presença de cursos naturais de água. Aponta-se ainda as práticas em adubação verde, tendo sido comum perceber a utilização da cultura da aveia para este fim.

Ademais, foi observado uma grande frequência na promoção de pelo menos uma das práticas conservacionistas nas propriedades a partir das respostas de jovens foco deste estudo.

Em Cezimbra (2013), o autor já havia pontuado índices relevantes de utilização de práticas conservacionistas entre os assentados do 8 de Junho, entrevistados à época, com ênfase no plantio direto¹², rotação de culturas e adubação verde.

Os piores indicadores apontados pelos jovens do Assentamento 8 de Junho na dimensão ambiental/ecológica se referem a ‘Envolvimento do jovem no trabalho agrícola familiar’ (3,1), ‘Acesso à saneamento básico’ (3) e ‘Acesso às tecnologias sociais’ (2,9), que apresentaram ‘Mais ou menos’¹³ quanto à satisfação na média geral.

O envolvimento do jovem no trabalho agrícola familiar é apontado como um desafio nos estudos sobre Desenvolvimento Rural, e entre os principais argumentos dessa categoria para não se envolver com as dinâmicas da propriedade está na afirmação da penosidade do trabalho, e, no caso das mulheres, a relação de submissão (TROIAN e BREITENBACH, 2020), que acabam por transferir para elas as responsabilidades domésticas da propriedade.

Entre a juventude rural do Assentamento 8 de Junho, a média de tempo em que se dedicam ao trabalho na propriedade foi de 3h55min/dia, caracterizando uma dedicação de menos de um turno nas demandas do agroecossistema e evidenciando uma baixa participação dos jovens nos afazeres da propriedade.

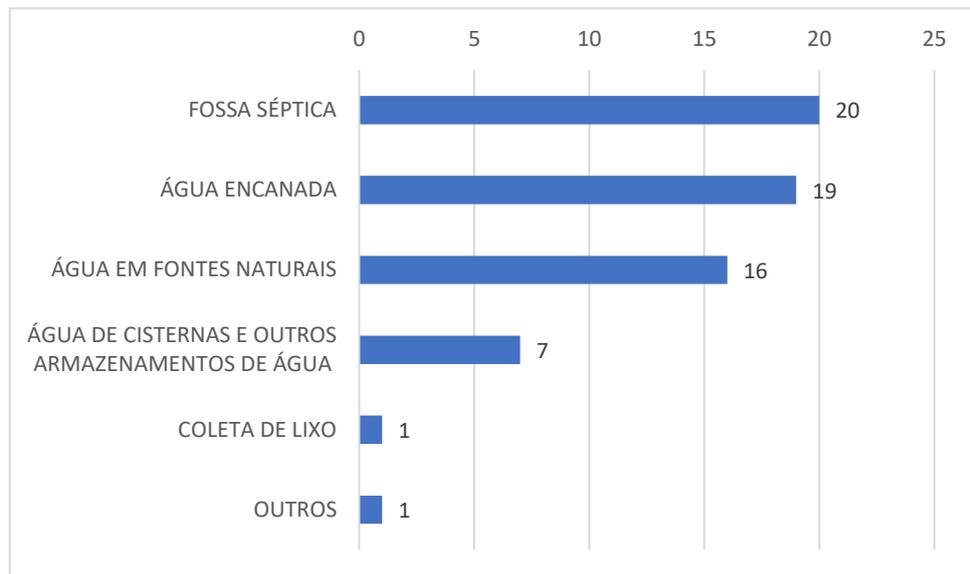
Este resultado pode representar riscos para a reprodução social dos jovens no Assentamento, uma vez que pode ser um indicador de maior tendência à evasão dos jovens com o não envolvimento destes nas práticas cotidianas no agroecossistema.

Em ‘Acesso à saneamento básico’ foi possível identificar os principais meios de acesso a esse direito no assentamento. Neste estudo, indagamos aos entrevistados quais as principais modalidades de saneamento – relacionados a água, esgoto e lixo – presentes na propriedade, e os resultados estão descritos no Gráfico 6.

¹² Estudo realizado por Antoneli e Brandalize (2013) na região Centro-sul do Paraná, aponta que o uso da técnica de plantio direto no cultivo do Milho reduz as perdas de solo e de água em comparação com o cultivo convencional.

¹³ Durante a aplicação dos questionários, foi observado que, em geral, quando os jovens respondiam ‘Mais ou menos quanto à satisfação’, expressava-se uma ideia de indecisão quanto o questionamento. A situação se repete de forma semelhante em outras respostas na sequência deste estudo.

Gráfico 6 – Alternativas de saneamento utilizadas pelas famílias dos jovens pesquisados no Assentamento 8 de Junho



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A fossa séptica é o meio de saneamento básico mais utilizado nas propriedades dos jovens entrevistados no assentamento, estando presente em todas as residências visitadas. Seguido a isto, destacam-se água encanada, presente em 19 residências e água em fontes naturais, com 16 residências. A coleta de lixo só está presente na resposta de um dos jovens, e o único motivo se refere a posição da sua moradia – que fica nas proximidades da BR – e consegue ser recolhida pela empresa contratada junto a Prefeitura.

A universalização das fossas sépticas no Assentamento 8 de Junho já havia sido descrita em estudos anteriores, tais como o de Cezimbra, (2013), contudo, cabe ressaltar a predominância da ausência de tratamento do esgoto relacionado a estes equipamentos. A água encanada está presente na maioria das residências dos entrevistados neste estudo, onde todos relataram que direcionam a água, oriunda da própria propriedade, seja através da construção de poços ou advindas de fontes naturais.

O fato constatado revela uma importante preocupação, uma vez que a falta de tratamento das fossas sépticas pode ocasionar problemas de contaminação da água e do solo, e a consequente ocorrência de problemas de saúde entre a população rural (COSTA e GUILHOTO, 2014). Somado a isto, foi identificada em diversas propriedades, a continuidade de uma política de despejos de detritos de uma empresa de rações localizada nas proximidades do assentamento.

A soma destes fatores pode afetar diretamente a qualidade da água na localidade, impactando na utilização desta para consumo e na saúde das famílias.

A compreensão é de que o Assentamento 8 de Junho ainda tem um longo caminho para percorrer para alcançar uma relação positiva quanto a este indicador. A garantia de infraestruturas rurais, em especial o saneamento básico, é uma demanda comumente apontada pelas juventudes rurais (CONTAG, 2014).

Acesso às tecnologias sociais foi o indicador mais baixo expresso pela percepção dos jovens entrevistados. O resultado pode estar diretamente relacionado à ausência de estratégias que garantam a construção destas tecnologias nas propriedades, seja por parte dos próprios agricultores ou a partir de incentivos externos – governamentais ou da sociedade civil.

Entre os 20 jovens entrevistados, apenas 5 possuem pelo menos um tipo de tecnologia social na sua propriedade, com ênfase em cisternas de segunda água (modelos artesanais), minhocários, casas de sementes, casa de mel ou casa de plantas medicinais. Outros 15 entrevistados não possuem nenhuma tecnologia implementada na propriedade. A realidade leva para uma percepção dos próprios jovens de que não há necessidade ou que, se precisam, não sabem como construir estas estratégias em suas moradias.

A presença de tecnologias sociais pode favorecer a disseminação de práticas ambientais tão necessárias para a construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Em muitos casos, promove inclusão social, redução das desigualdades e melhora a qualidade de vida das populações rurais (OLIVEIRA *et al.*, 2019), mudando a forma como os atores se relacionam com aspectos da natureza.

Deste modo, os baixos resultados no Assentamento 8 de Junho apontam para a necessidade de se pensar formas para ampliar a presença destas nas propriedades, entre elas a maior difusão do conhecimento popular a partir das organizações sociais presentes no local e a necessidade de assistência técnica no território.

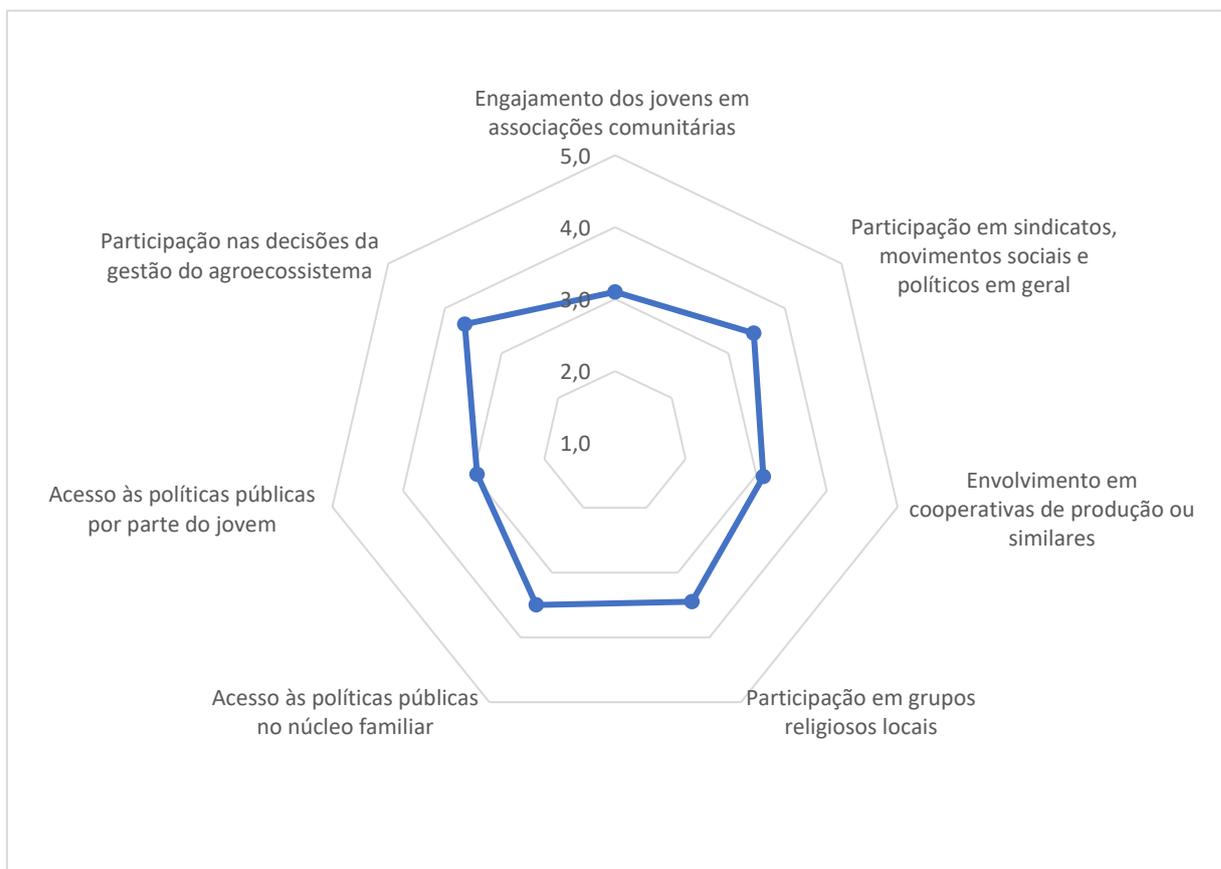
4.4 A DIMENSÃO POLÍTICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

Na dimensão política foram analisados sete (7) indicadores, sendo eles: a) engajamento dos jovens em associações comunitárias, b) participação em sindicatos, movimentos sociais e

políticos em geral, c) envolvimento em cooperativas de produção ou similares, d) participação em grupos religiosos locais, e) acesso às políticas públicas no núcleo familiar, f) acesso às políticas públicas por parte do jovem, e, g) participação nas decisões da gestão do agroecossistema.

A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento 8 de Junho nesta dimensão estão presentes no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão política entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 7 mostra que o maior grau de satisfação dos jovens entrevistados está no indicador ‘Participação nas decisões da gestão do agroecossistema’ (3,7). Seguido a este, temos ‘Participação em sindicatos, movimentos sociais e políticos em geral’ (3,5), ‘Participação em grupos religiosos locais’ (3,5) e Acesso às políticas públicas no núcleo familiar (3,5).

Os indicadores mais baixos estão em ‘Engajamento dos jovens em associações comunitárias’ (3,1), ‘Envolvimento em cooperativas de produção ou similares’(3,1), e ‘Acesso às políticas públicas por parte do jovem’ (3,0).

O indicador ‘Participação nas decisões da gestão do agroecossistema’ está na escala de ‘Satisfeito’ segundo a percepção dos jovens. Quando indagados sobre aspectos relacionados a esta temática, 17 dos 20 jovens entrevistados declararam possuir interesse em participar das tomadas de decisão da propriedade, demonstrando grande interesse com o que acontece em seus agroecossistemas familiares.

Entre os que afirmaram não possuir interesse em participar das tomadas de decisão da propriedade, a justificativa predominante foi “não levar jeito pra roça” ou “para atividades agrícolas em geral”. Outra resposta dada foi relacionada aos estudos, pois estaria cursando ensino superior em outra área e não vê como perspectiva participar de forma ativa das decisões. Também perguntamos se existe espaço para que os jovens participem das decisões, seja por morarem com seus pais, parentes ou cônjuges, e a resposta foi afirmativa em todos os 20 entrevistados.

Desta forma, conclui-se que independente do seu interesse individual com a questão, os jovens têm tido espaço para que participem das instâncias decisórias dos agroecossistemas no Assentamento 8 de Junho. O grau ‘Satisfeito’ alcançado quanto a percepção, pode estar evidenciando uma tranquilidade entre os que possuem ou não interesse com sua vontade e oportunidade de se envolver nas decisões da propriedade.

A participação dos jovens em organizações sociais em geral, merece destaque e discussões conjuntas neste estudo. Os indicadores ‘Participação em sindicatos, movimentos sociais e políticos em geral’ (3,5) e ‘Participação em grupos religiosos locais’ (3,5) apresentaram grau ‘Satisfeito’, enquanto ‘Engajamento dos jovens em associações comunitárias’ (3,1) e ‘Envolvimento em cooperativas de produção ou similares’ (3,1) apresentaram-se como ‘Mais ou menos quanto à satisfação’.

As organizações sociais no Assentamento 8 de Junho existem e estão presentes no Assentamento sob a ótica dos jovens entrevistados. Entre elas, a mais citada foi a COPERJUNHO Alimentação Saudável, uma cooperativa de produção e comercialização fundada pelos próprios assentados, que, além da venda de produtos agropecuários, também desenvolve ações como o Café Colonial, recebendo mensalmente moradores da localidade e

municípios de Laranjeiras do Sul para o consumo dos produtos beneficiados pelos próprios cooperados.

Também foram citadas a Associação Comunitária, Social, Esportiva e Cultural 8 de Junho, a Associação de Tratoristas do Assentamento, o MST (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra), além da presença de grupos religiosos e grupos de mulheres (clube de mães).

Dentre os 20 jovens entrevistados, um número de 18 considera importante que jovens participem de organizações sociais. Contudo, apenas 10 dos 20 entrevistados relataram participar de algum tipo de organização social em sua comunidade, evidenciando que, apesar da maioria considerar importante esse envolvimento, nem todos fazem parte das organizações, seja em movimentos, sindicatos, grupos religiosos, cooperativas ou associações em geral. Entre os jovens que declararam participar de alguma organização social no Assentamento, foram relatadas participações em grupos religiosos (4), na Associação de Tratoristas (2), no MST (2), na Associação Comunitária/COPERJUNHO (1) e em grupo de mulheres (1). Chama atenção o baixo envolvimento dos jovens nas atividades da COPERJUNHO, na Associação e no MST, uma vez que o assentamento se origina e tem se fortalecido a partir da dinâmica política e institucional destes coletivos.

Segundo informações do Diagnóstico da Juventude Rural (SNJ, 2018), a participação social e política está relacionada ao exercício da cidadania e da representação juvenil. Esta é parte integrante da construção de autonomia e favorece a superação de barreiras tão frequentes nas mais diversas áreas para estes jovens, como educação, acesso à terra e à renda. Dada a importância desse envolvimento em organizações sociais para o futuro dos próprios jovens, aponta-se a necessidade de se buscar alternativas para ampliar a participação dos jovens no contexto organizativo do Assentamento 8 de Junho.

Os indicadores relacionados às políticas públicas, 'Acesso às políticas públicas no núcleo familiar (3,5)' e 'Acesso às políticas públicas por parte do jovem' (3,0) mostraram diferenças quanto ao grau de satisfação, enquadrando-se em 'Satisfeito' e 'Mais ou menos quanto à satisfação', respectivamente.

A resposta pode estar nas diferentes oportunidades que surgem quanto ao acesso às políticas públicas para o núcleo familiar e aquelas voltadas diretamente para os jovens. Enquanto 17 dos 20 núcleos familiares dos entrevistados no Assentamento 8 de Junho possuem

ou possuíram acesso às políticas em algum momento dos últimos anos, – PRONAF, Bolsa Família, PAA e PAA-Leite, PNAE–, apenas 2 dos 20 jovens entrevistados relataram ter tido acesso diretamente a essas políticas, ou seja, sendo beneficiários formais. Nenhum entrevistado relatou acessar ou ter acessado políticas públicas a nível estadual e municipal.

Apesar da importância do acesso às políticas públicas para a permanência e reprodução social da agricultura familiar e da categoria jovem rural (CUPSINKI, 2015; TROIAN e BREINTENBACH, 2020), a dificuldade no acesso às políticas públicas para as populações rurais não é uma realidade apenas do Assentamento 8 de Junho, mas está presente em um contexto nacional.

Dados apontam que a falta de conhecimento da existência destas é um fator que reduz o acesso significativamente por parte dos jovens, e poderia ser evitada com estratégias de disseminação da informação a nível local (SNJ, 2018). Além disso, mesmo em políticas públicas que possuem eixos direcionados para jovens, como é o caso do PRONAF, a redução de investimentos somada a desinformação leva a uma dificuldade destes em acessar políticas direcionadas à sua categoria. Desta forma, é justificável o menor grau de satisfação dos jovens quanto ao seu acesso às políticas públicas se comparadas com as políticas que chegam para todo o núcleo familiar.

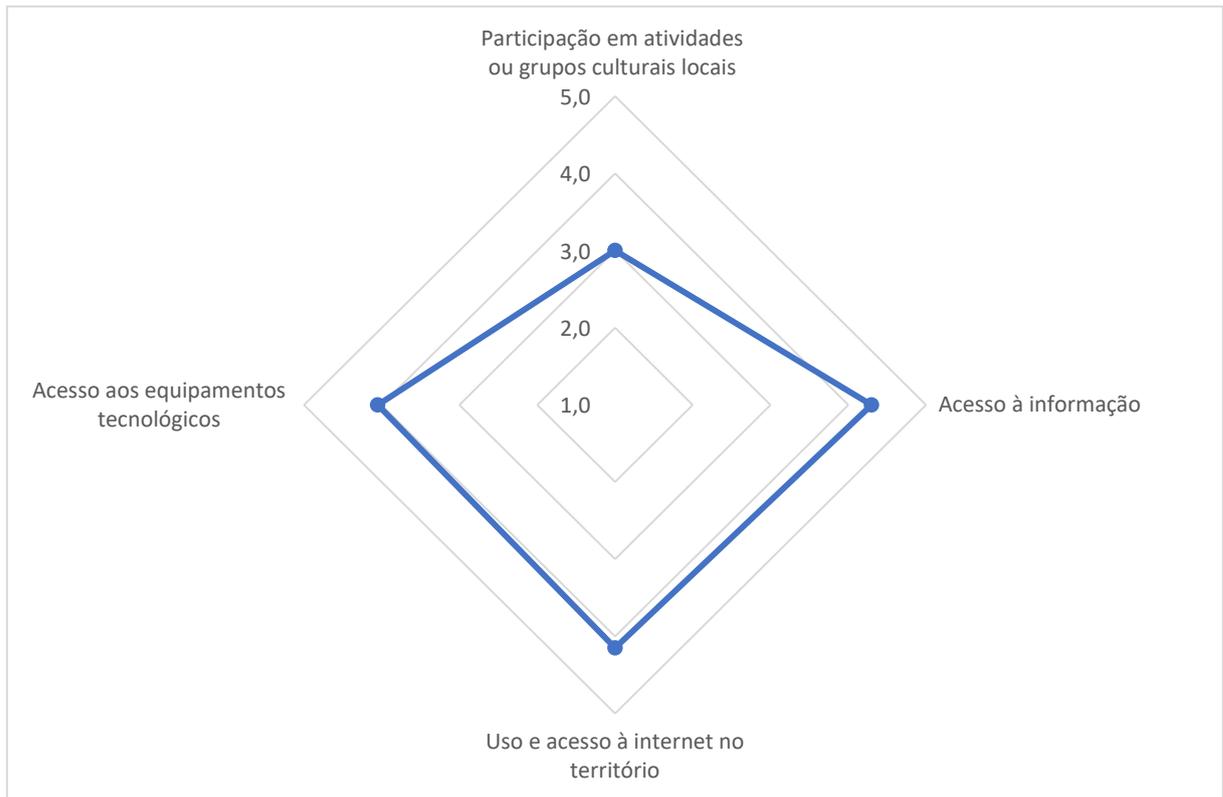
Entidades ligadas a agricultura familiar, a exemplo da CONTAG, vem destacando que os recursos para políticas públicas rurais vêm reduzindo nos últimos anos, principalmente a partir do ano de 2020, onde foram identificados cortes de orçamento federal para políticas de segurança alimentar e nutricional, saneamento básico rural, reforma agrária e consolidação de assentamentos, ações de apoio para a juventude rural nas áreas de esporte, educação e lazer, entre outros (FETAG, 2022).

4.5 A DIMENSÃO CULTURAL NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

Na dimensão cultural foram analisados quatro (4) indicadores, sendo eles: ‘Participação em atividades ou grupos culturais locais’, ‘Acesso à informação’, ‘Uso e acesso à internet no

assentamento’ e ‘Acesso aos equipamentos tecnológicos’. A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento 8 de Junho nesta dimensão estão presentes no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão cultural entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho



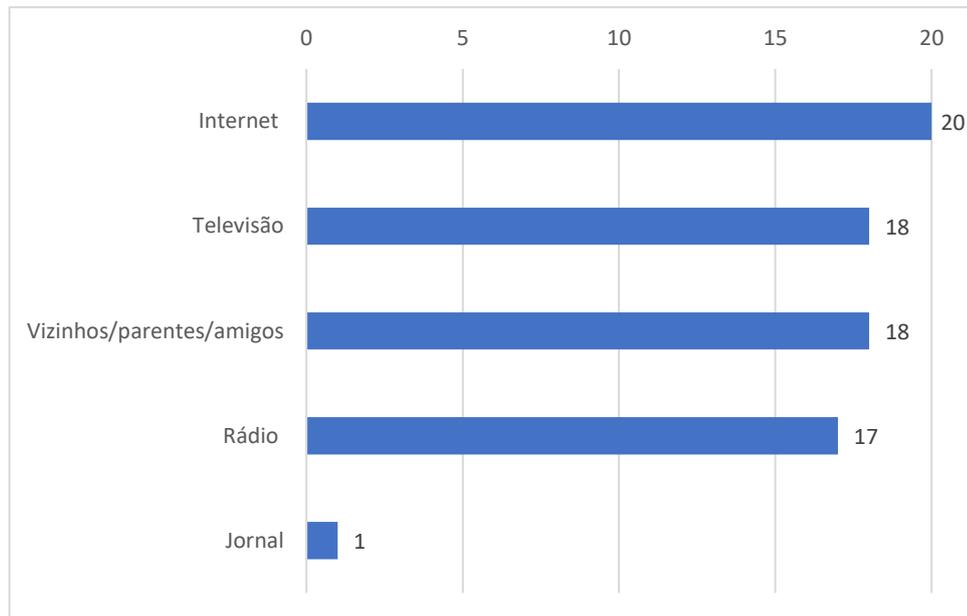
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O indicador ‘Acesso à informação’ (4,3) apresentou o maior grau de satisfação a partir da percepção dos jovens entrevistados, seguidos de ‘Uso e acesso à internet no assentamento’ (4,2) e ‘Acesso aos equipamentos tecnológicos’ (4,1). O menor grau de satisfação está no indicador ‘Participação em atividades ou grupos culturais locais’ (3,0).

Com o maior escore na percepção dos jovens entrevistados do Assentamento 8 de Junho, o indicador ‘Acesso à informação’ (4,3) alcançou o grau de ‘Muito satisfeito’.

Neste indicador, buscou-se compreender por que meios os jovens e seus núcleos familiares obtém informações em geral, em contextos locais ou mais amplos. Os jovens foram questionados sobre as principais formas de acesso à informação, e os resultados estão demonstrados no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Meios de acesso à informação citados pelos jovens do Assentamento 8 de Junho



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O meio de acesso mais comum, e presente entre todos os 20 jovens entrevistados foi a internet. Seguido a isto, apresentam-se a televisão (18) e a troca de informações entre vizinhos/parentes e amigos (18). Por fim, o rádio (17) e o jornal (impresso), com apenas 1 jovem indicando se informarem através deste meio.

Para Stoffel (2013), ao analisar agricultores familiares na região Sul, “a comunicação pelos meios citados [telefone, televisão, internet] corresponde a construir relações entre pontos distantes, seja entre cidades ou entre cidade e campo” (p. 63), desta forma, evidenciando a importância do acesso à informação nas suas mais diversas modalidades no meio rural.

Destaca-se que todos os entrevistados relataram se informar a partir de pelo menos um dos meios de comunicação listados, e o item ‘Nenhuma’ não foi pontuado. A busca por acesso à informação a partir de diferentes meios esteve sempre presente, e podendo, desta forma, justificar o grau de ‘Muito satisfeito’ obtido na percepção dos jovens a partir deste indicador. O resultado dialoga com os demais indicadores relacionados a ‘Uso e acesso à internet no assentamento’ (4,2) e ‘Acesso aos equipamentos tecnológicos (4,1), onde ambos apresentaram grau de ‘Satisfeito’ na média geral.

Quanto às formas de acesso à internet, a utilização de banda larga ou similares em casa predominou em todas as 20 residências entrevistadas. As demais opções, *não acesso/não*

posso, banda larga ou similares nos vizinhos ou proximidades e apenas internet móvel não pontuaram nesta parcela de jovens que responderam às perguntas. Desta forma, indicando que todos possuem acesso à internet dentro da sua propriedade.

Apesar de uma pauta recente, a inclusão digital tem sido reivindicação dos jovens rurais (SNJ, 2018). Em muitas áreas rurais, o acesso à internet é considerado limitado, diferentemente dos resultados apresentados na parcela analisada neste estudo. Esse pode ser um fator novo no contexto rural, e vem para contribuir no acesso à informação e integração com outros espaços da sociedade, impondo vantagens e desafios futuros.

A principal tecnologia utilizada pelos jovens é o celular, apontada entre todos os 20 entrevistados. O uso de computadores e notebooks foi relatado em 9 entrevistados, seguido do tablet (2). Nenhum outro equipamento tecnológico surgiu nas respostas analisadas e a totalidade dos jovens entrevistados possuem pelo menos um equipamento tecnológico.

Stoffel (2013) afirma que a demanda por meios de comunicação entre os jovens - como serviços de telefonia e internet -, é fator importante para que os jovens se sintam estimulados em permanecer no campo. Os bons resultados obtidos nessa parcela analisada demonstram que os jovens do Assentamento 8 de Junho possuem boas perspectivas nessa dimensão, se considerarmos estas como parte fundamental na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável nos territórios.

O indicador mais baixo nesta dimensão foi em ‘Participação em atividades ou grupos culturais locais’ (3,0), apontando um grau de ‘Mais ou menos quanto à satisfação’. Questionados sobre a presença de atividades ou grupos culturais no assentamento, os jovens entrevistados relatam, as festas de São João, Natal, e, principalmente, as ações desenvolvidas no pavilhão (sede da Associação Comunitária), sobretudo a festa de aniversário do assentamento e a realização de ‘bailes’, termo utilizado na região para festas com bandas que também se concentra no local.

Também foram apontadas como atividades realizadas no pavilhão, a realização de oficinas de beneficiamento de produtos, atividades com as mulheres, e almoços em datas comemorativas como dia dos pais, das mães e das crianças. Desta forma, o pavilhão da comunidade se coloca como a principal – e possivelmente a única - alternativa cultural para os jovens da comunidade.

Não foi identificado nenhum grupo cultural organizado a partir das respostas dos jovens. Quando perguntados sobre se eles participam de atividades ou grupos culturais na sua comunidade, 11 dos jovens assentados relataram que não e 9 relataram que sim. Desta forma, a maioria dos entrevistados não se envolve em nenhum tipo de atividade ou grupos culturais, podendo estar relacionada com a falta de alternativas ou da necessidade de descentralização das atividades culturais na região estudada.

As informações obtidas, na dimensão cultural, revelam um cenário pouco promissor no território. Diante dos resultados discutidos, se percebe que os jovens do Assentamento 8 de Junho estão mais conectados ao mundo (internet e tecnologias), se compararmos com a conexão com sua própria comunidade (atividades culturais no assentamento).

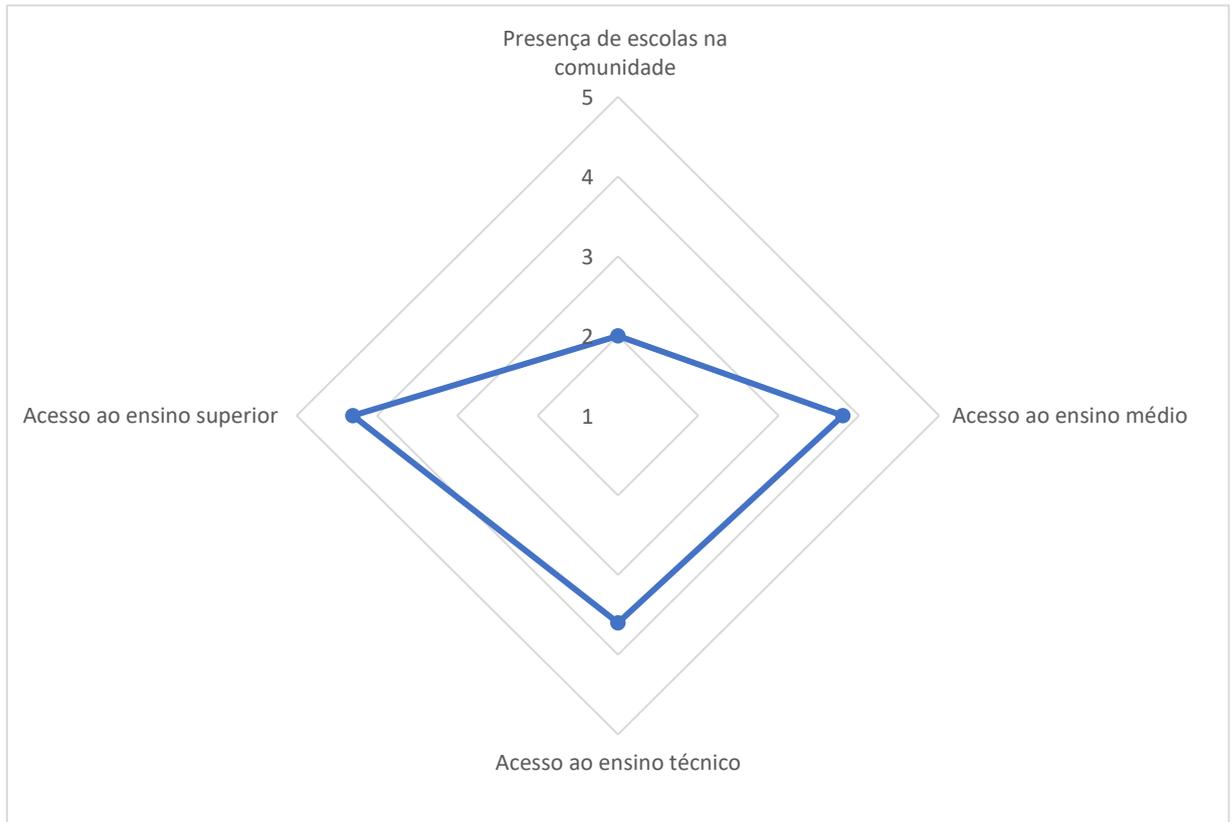
Os trabalhos de Pereira *et al.* (2022) na região do Cantuquiriguaçu/PR, e de Marcon (2023) com jovens assentados do Paraná, dialogam com a importância dos aspectos culturais na melhoria das condições de vida e permanência dos jovens no campo, e nos fornecem elementos para que esse tema possa ser objeto de desenvolvimento de estratégias pelo poder público e lideranças do Assentamento 8 de Junho.

4.6 A DIMENSÃO SOCIAL NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

Na dimensão social foram analisados treze (13) indicadores, sendo eles: a) Presença de escolas na comunidade, b) Acesso ao ensino médio, c) Acesso ao ensino técnico, d) Acesso ao ensino superior, e) Discriminação de gênero na comunidade, f) Discriminação de geração na comunidade, g) Discriminação por orientação sexual na comunidade, h) Discriminação por raça/etnia na comunidade, i) Acesso e disponibilidade de terra para produção, j) Condições de moradia l) Acesso ao transporte e mobilidade rural m) Participação em ações de desporto e lazer na comunidade e n) Acesso aos serviços de saúde no assentamento.

Para fins de discussão neste estudo, subdividiu-se os indicadores da dimensão social a partir de três instâncias, considerando fatores relacionados com educação no campo e para o campo, identidade e diversidade dos jovens, e, acesso à terra, moradia, mobilidade, saúde, desporto e lazer. A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento 8 de Junho nesta dimensão, relacionada aos fatores de educação no campo e para o campo estão presentes no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho a partir da instância relacionada a educação no campo ou para o campo



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O maior grau de satisfação a partir da percepção dos jovens entrevistados está no indicador ‘Acesso ao ensino superior’ (4,3), alcançando ‘Completamente satisfeito’. A seguir estão os indicadores ‘Acesso ao ensino médio’ (4,8) e ‘Acesso ao ensino técnico’ (3,6), ambos com grau ‘Satisfeito’. Por fim, com o pior resultado entre os jovens do Assentamento está o indicador ‘Presença de escolas na comunidade’ (2), com grau ‘Insatisfeito’ quanto a percepção.

A pesquisa buscou ainda entender a trajetória de estudos dos jovens entrevistados. A visão geral e as principais instituições de destino desta parcela da população estão descritas na Tabela 3.

Tabela 3 – Trajetória de instituições de ensino entre os jovens do Assentamento 8 de Junho

MODALIDADE	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	FREQ.	%
Fundamental/Médio	C.E. Professor Gildo Aluísio Schuck	Laranjeiras do Sul	12	60
	E.M. Dr. Leocádio José Correia	Laranjeiras do Sul	10	50
	C.E. Érico Veríssimo	Laranjeiras do Sul	8	40
	C.E. Laranjeiras do Sul	Laranjeiras do Sul	6	30
	C.E. Floriano Peixoto	Laranjeiras do Sul	6	30
	EMEIEF Água Verde	Laranjeiras do Sul	4	20
	E.M. Aluisio Mayer	Laranjeiras do Sul	2	10
	EMEIEF Teotônio Vilela	Laranjeiras do Sul	2	10
	E.M. Padre Gerson Galvino	Laranjeiras do Sul	2	10
	E.M Ely Antônio Nardello	Nova Laranjeiras	1	5
	E.M. Tatiane Bergeier	Rio Bonito do Iguaçu	1	5
	C.E. Joaquim Nazário Ribeiro	Rio Bonito do Iguaçu	1	5
	C.E. Ludovica Safraider	Rio Bonito do Iguaçu	1	5
	E.M. João Paulo II	Dois Vizinhos	1	5
	EMEIEF Ormir França Araújo	Candói	1	5
CEEBJA (Ensino para Jovens e Adultos)	Laranjeiras do Sul	1	5	
Técnico e/ou superior	CEEP Profª. Naiana Bavaresco Souza (Ensino Técnico)	Laranjeiras do Sul	2	10
Superior	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Laranjeiras do Sul	3	15
	Faculdade Campo Real	Guarapuava	2	10
	UTFPR	Pato Branco	1	5
	UNINTER	Laranjeiras do Sul	1	5
	UNICESUMAR	Laranjeiras do Sul	1	5
	UNINA	Laranjeiras do Sul	1	5

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A interiorização do ensino superior público segue sendo um desafio para todo o Brasil, mas, em especial para o município de Laranjeiras do Sul, onde se encontra o Assentamento 8

de Junho, ela já é uma realidade. Como relatado em seções anteriores, o assentamento abriga em seu território um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), construída a partir da doação de terreno entre os assentados em parceria com o então Governo Federal.

A presença tão próxima de uma universidade junto à comunidade pode ter influenciado fortemente para que este indicador alcançasse o maior grau no gráfico analisado. Durante as entrevistas, ainda que os jovens não estudassem na universidade, observou-se que a existência desta estrutura contribuiu para uma percepção positiva quanto ao acesso à ensino superior na região, somada às outras oportunidades em instituições particulares fora do assentamento.

Dos 20 jovens entrevistados, observou-se que 7 acessam ou acessaram o ensino superior em algum momento da vida, um número que poderia ser ainda maior dado o fato de que os jovens estão em idades entre 18 e 29, e, em geral, aptos para o acesso a esta modalidade de ensino. E que há uma instituição superior pública próxima a eles.

Em estudo realizado sobre o acesso ao ensino superior por jovens rurais, Melo *et al.* (2019) observaram que diante dos movimentos de migração destes para o espaço da cidade buscando qualificação acadêmica e ascensão financeira, a interiorização e expansão das universidades, iniciada em 2007 pelo Governo Federal, se configura como uma importante parceria para redesenhar as trajetórias de migração dos jovens das áreas rurais.

Outro ponto que chamou atenção durante as entrevistas, é que, apesar da localização próxima da UFFS, ela não tem sido o principal destino universitário entre os sete que afirmaram ser graduados ou graduandos. Dos 7 apenas 3 (três) estudaram ou estão estudando na UFFS, os outros 4 (quatro) estão ou estiveram em faculdades particulares como a Campo Real (situada no município de Guarapuava), UNINTER e UNICESUMAR (ambos na cidade de Laranjeiras do Sul) ou na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UFTPR (Pato Branco).

Quando indagados sobre os motivos que os levaram a não escolher a UFFS como forma de acesso ao ensino superior, a maioria relatou não possuir os cursos que querem, além da presença de certo preconceito em termos de qualidade. Alguns jovens mencionaram que a UFFS é considerada “*a universidade do MST*”, culminando, até mesmo, na falta de informação de que todos possuem direito a ingressar na instituição.

Essa realidade impõe diversos desafios para a própria UFFS, em termos de aproximação e sensibilização dos moradores da comunidade, tanto entre os que ainda não possuem ensino

superior como entre os que não se sentem parte dessa construção. Afinal, cabe reafirmar, os jovens deste assentamento deveriam ser os principais beneficiários desta política pública federal.

Em ‘Acesso ao ensino médio’ (4,8) e ‘Acesso ao ensino técnico’ (3,6), que apresentaram grau ‘Satisfeito’, a realidade apresentada no Gráfico 11 aponta que o principal destino do ensino médio e técnico está no espaço urbano de Laranjeiras do Sul. Não foram relatados problemas em se matricular ou em chegar até as instituições entre os que passaram por essa etapa de estudo

Quanto ao indicador ‘Presença de escolas na comunidade’ (2), o grau de ‘Insatisfeito’ quanto a percepção dos jovens identificado neste estudo, está relacionado com a ausência de escolas na comunidade e foi objeto de frequente reclamação nas entrevistas realizadas.

A falta de escolas no campo – ou o fechamento destas – muitas vezes parte de decisões do poder público. A nucleação de escolas rurais, visando reduzir custos de manutenção, por parte dos governos municipais e estaduais, vem condicionando os jovens rurais a terem que se deslocar para escolas nos perímetros urbanos (SNJ, 2018). Essa situação dificulta o acesso à educação e impõe barreiras, sobretudo para as parcelas de famílias agricultoras com baixa renda. As instituições de ensino fundamental e médio frequentadas pelos jovens entrevistados no Assentamento 8 de Junho foram, principalmente o Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio, Escola Municipal Dr. Leocádio José Correia e o Colégio Estadual Érico Veríssimo. Também foram frequentadas outras 6 (seis) instituições, todas de caráter público e situadas na área urbana do município de Laranjeiras do Sul. Além disso, outras seis instituições públicas em outros municípios foram citadas, nas localidades de Candói, Dois Vizinhos, Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguazu (Tabela 3).

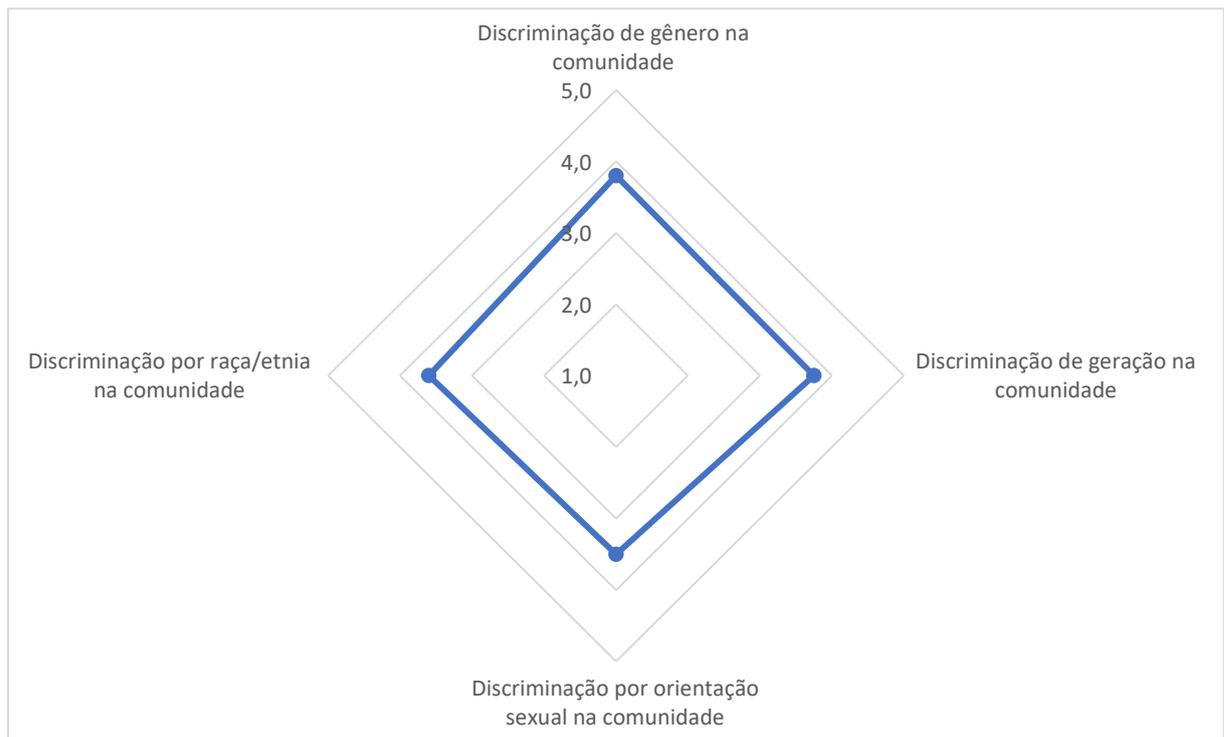
Destaca-se ainda a presença do CEEBJA (Ensino de Jovens e Adultos), e a Escola Técnica (CEEP Prof^a. Naiana Bavaresco Souza)¹⁴ que também está presente no município de Laranjeiras do Sul, e foi relatada como uma opção no ensino técnico por alguns dos jovens entrevistados.

Outra subdivisão analisada nos indicadores da dimensão social constitui a instância está relacionada aos fatores de identidade e diversidade dos jovens. A síntese do grau de satisfação

¹⁴ Fundada em 2016, o Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) de Laranjeiras do Sul possui 5 cursos, sendo eles: administração, agronegócio, edificações, informática e enfermagem.

dos jovens do Assentamento 8 de Junho nesta parcela de indicadores está presente no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho a partir da instância relacionada a identidade e diversidade dos jovens



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os graus de satisfação a partir da percepção dos jovens entrevistados foram aproximados em todos os indicadores deste grupo, sendo ‘Discriminação de gênero na comunidade’ (3,8), ‘Discriminação de geração na comunidade’ (3,8), ‘Discriminação por raça/etnia na comunidade’ (3,6) e ‘Discriminação por orientação sexual na comunidade’ (3,5). Desta forma, todos estão enquadrados na percepção de ‘Satisfeito’ quanto ao respeito às diferenças nestes indicadores.

Dadas as informações já relatadas na metodologia deste estudo, onde foram entrevistados jovens na faixa etária de 18 a 29 anos e a quantidade de 20 jovens foi distribuída igualmente entre homens e mulheres, evidenciamos na Tabela 4 as informações autodeclaradas sobre raça e etnia entre os entrevistados. As opções foram baseadas em IBGE (2010).

Tabela 4 – Raça e etnia autodeclarada dos jovens no Assentamento 8 de Junho

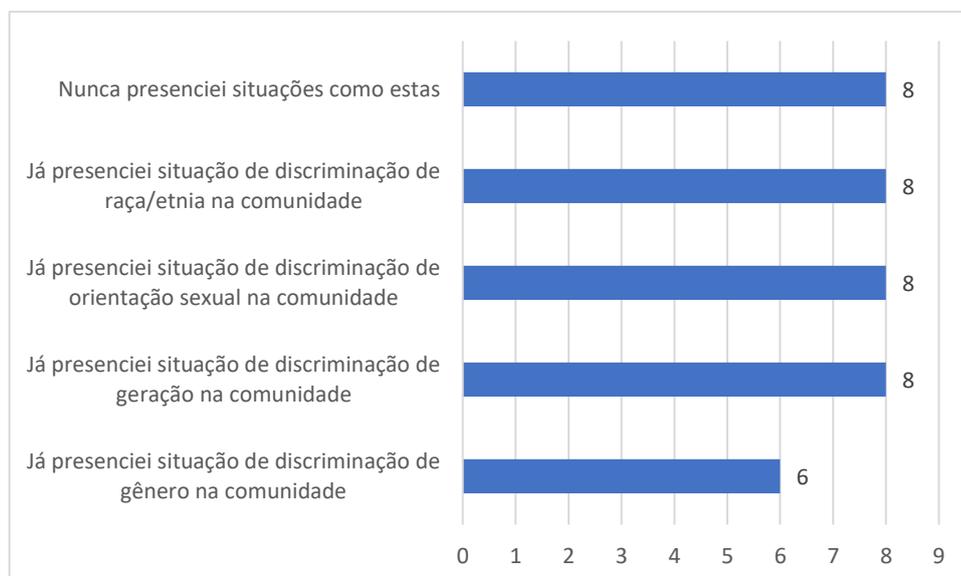
Raça e etnia (Assentamento 8 de Junho)	Frequência	(%)
Branco	13	65
Pardo	6	30
Amarelo	1	5
TOTAL	20	100

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Entre os jovens entrevistados no Assentamento 8 de Junho, a maioria se autodeclarou branca (65%), seguido de pardos (30%) e amarelos (5%). Nenhum se autodeclarou preto ou indígena.

Também buscamos compreender se os entrevistados presenciaram em algum momento situações de discriminação – sejam elas de gênero, geração, orientação sexual, raça e etnia – na comunidade. Os resultados estão descritos no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Jovens que presenciaram situações de discriminação no Assentamento 8 de Junho



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Entre os entrevistados, 8 relataram nunca terem presenciado situação de discriminação na comunidade. Os outros 12 jovens afirmaram ter presenciado alguma situação, aparecendo

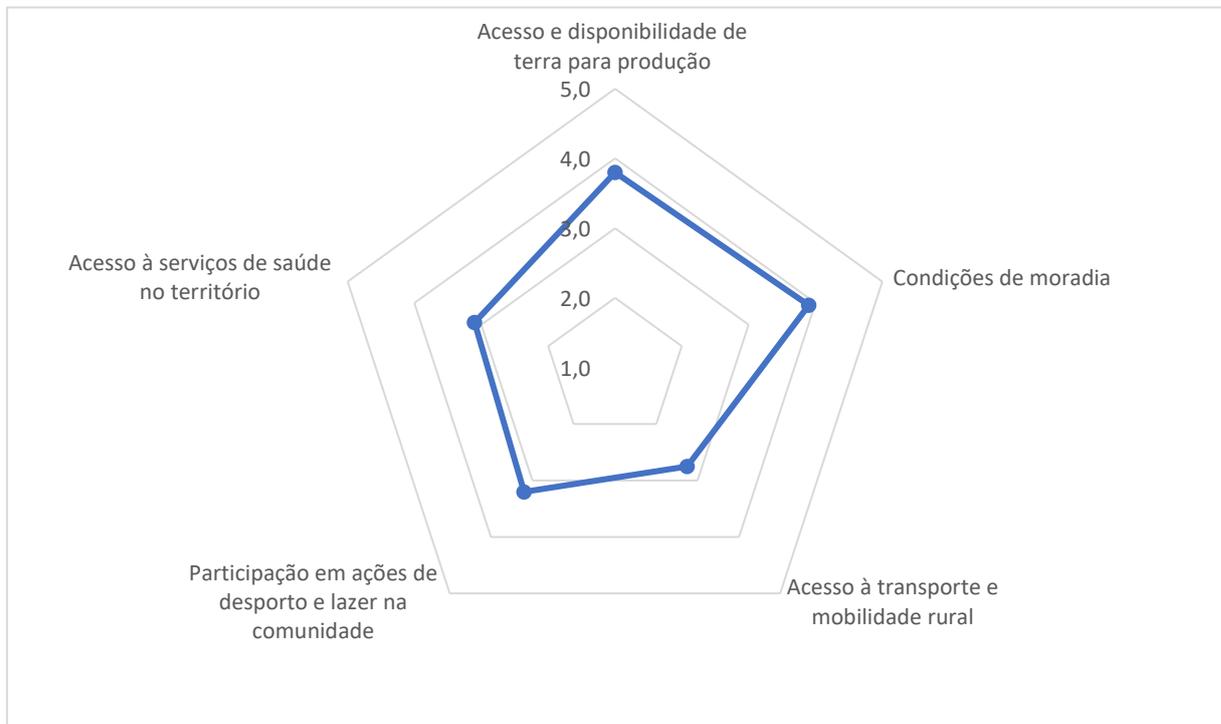
com maior frequência as discriminações de raça/etnia, orientação sexual e geração, ambas empatadas. A menor frequência foi no item discriminação de gênero.

Situações de discriminação, das mais variadas formas, são uma realidade frequente em todos os espaços, inclusive no meio rural. Estudos recentes (DE PAULA, 2019; DIMENSTEIN *et al.*, 2020; DUARTE *et al.*, 2020; OLIVEIRA, 2021) tem buscado abordar estas temáticas a partir deste local pouco explorado nos estudos rurais, principalmente nos aspectos relacionados a LGBTfobia e racismo.

Assim como nos trabalhos destacados, destaca-se que apesar da percepção dos jovens ter se enquadrado em ‘Satisfeito’ quanto ao respeito as diferenças na comunidade, percebe-se que ainda há um longo caminho a percorrer. Estando estes acontecimentos presentes, como evidenciado no Gráfico 12, a visão do jovem sobre seu território pode ser impactada, sendo as situações de violência um fator motivador para sua saída do campo.

A última instância analisada, nos indicadores da dimensão social, é aquela relacionada aos fatores sobre o acesso à terra, moradia, mobilidade, saúde, desporto e lazer. A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento 8 de Junho nesta parcela de indicadores está presente no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento 8 de Junho a partir da instância relacionada ao acesso à terra, moradia, mobilidade, saúde, desporto e lazer



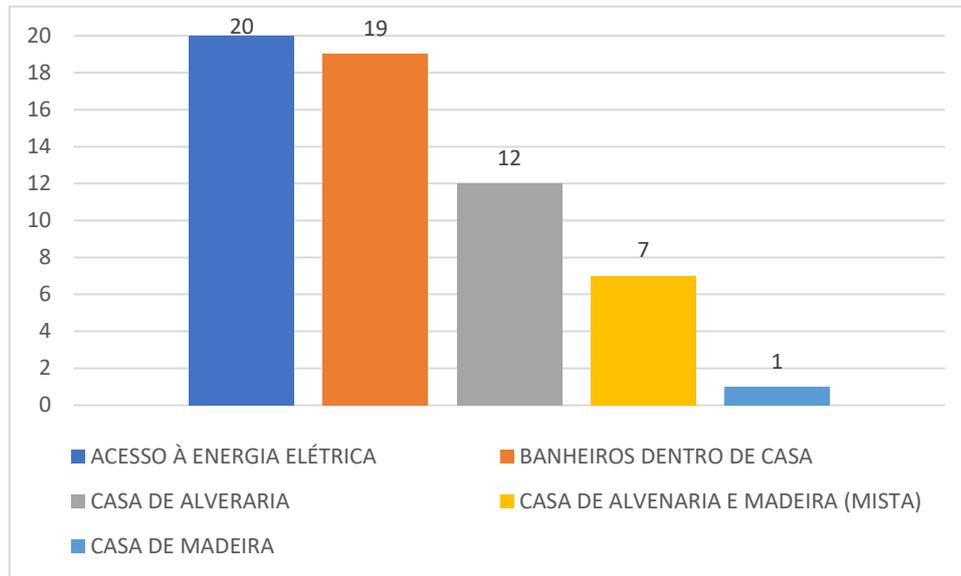
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os maiores graus de satisfação a partir da percepção dos jovens entrevistados estão nos indicadores ‘Condições de moradia’ (3,9) e ‘Acesso e disponibilidade de terra para produção’ (3,8), alcançando o índice de ‘Satisfeito’. A seguir estão os indicadores ‘Participação em ações de desporto e lazer na comunidade’ (3,2) e ‘Acesso à serviços de saúde no assentamento’ (3,1), ambos com grau ‘Mais ou menos quanto à satisfação’. Por fim, com o pior resultado entre os jovens do Assentamento está o indicador ‘Acesso à transporte e mobilidade rural’ (2,8), também no grau ‘Mais ou menos quanto à satisfação’.

Para discussão do primeiro indicador, a pesquisa buscou analisar as condições de moradia dos jovens entrevistados, sobretudo em relação a casa e os bens disponíveis. A obtenção destas informações buscando compreender aspectos da condição de vida dos jovens e de suas famílias é observada em estudos como o de Stoffel (2013), Cezimbra (2013), e Radomsky *et al.* (2015).

Durante as entrevistas, os jovens foram perguntados sobre quais dos itens listados possuem em suas residências. As respostas estão descritas nos Gráfico 14 e 15.

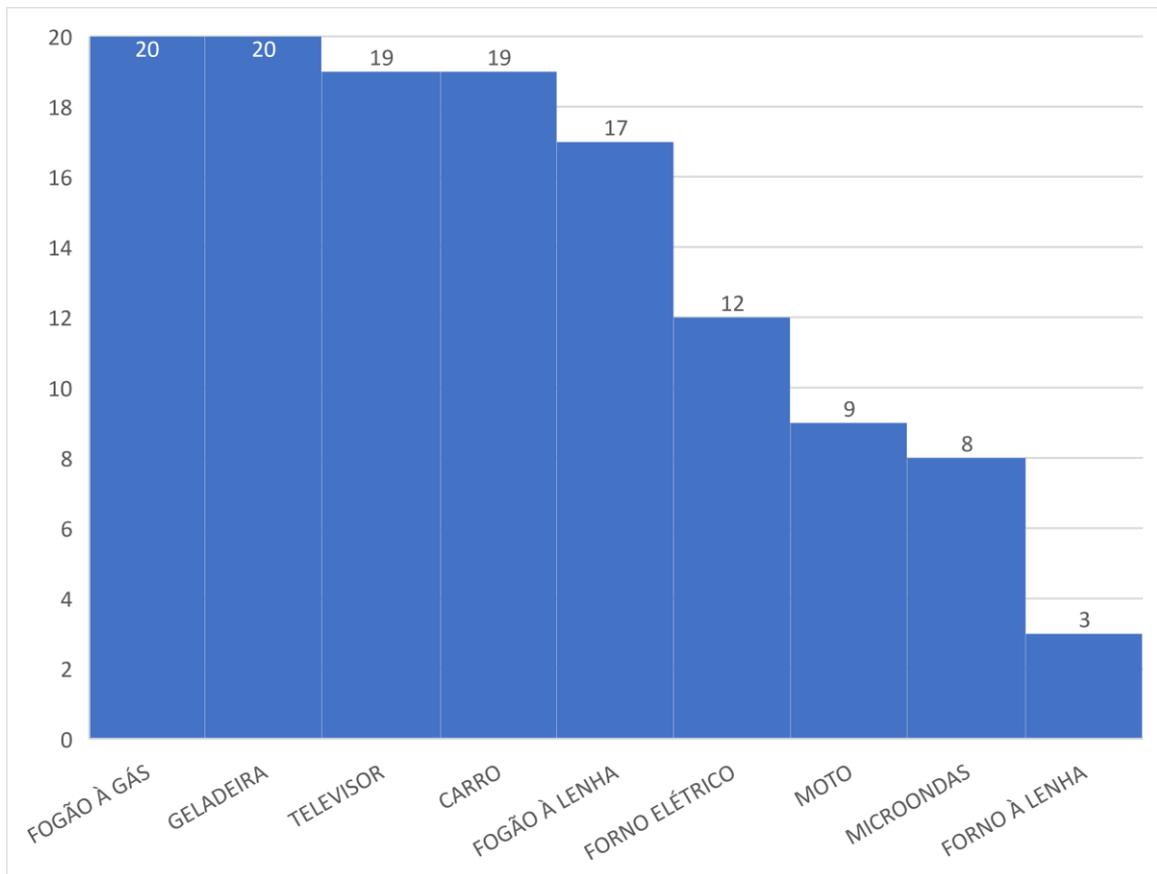
Gráfico 14 – Condições relacionadas à moradia para os jovens do Assentamento 8 de Junho



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em relação ao tipo de casa em que vivem, 12 jovens estão vivendo em casas de alvenaria, 7 em casas mistas (com parte da construção em alvenaria e outra em madeira), enquanto apenas 1 vive em uma casa de madeira. Banheiros dentro de casa foram relatados por 19 dos 20 jovens entrevistados, e a energia elétrica está presente na totalidade das propriedades.

Gráfico 15 – Acesso aos bens nas moradias dos jovens do Assentamento 8 de Junho



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Entre os bens essenciais, todos os jovens relataram possuir acesso à energia elétrica, geladeira e fogão a gás nas suas residências. 19 deles possuem televisor, enquanto 17 possuem fogão à lenha, 3 fornos à lenha, 12 possuem forno elétrico e 8 dispõem de forno microondas. O meio de transporte, mais comumente disponível é o carro, relatado por 19 dos entrevistados, enquanto a moto, está presente em 9 propriedades.

Em geral, os jovens do Assentamento 8 de Junho não apresentam grandes vulnerabilidade quanto aos bens listados, podendo ter contribuído positivamente para uma percepção de ‘Satisfeito’ quanto ao indicador ‘Condições de moradia’.

Perguntados sobre quantos hectares possuem para produção na propriedade, a média geral ficou em 9,7 ha. A relevante média de parcela de terra é explicada, principalmente, pela conformação do assentamento conforme relatado em seções anteriores. No processo de criação do Assentamento 8 de Junho, todas as famílias receberam parcelas iguais de terra (CEZIMBRA, 2013), de em média 12,5 ha, o que contribuiu para este resultado.

Em geral, os jovens consideram as parcelas de terra disponíveis para produção suficientes para a atividade agrícola e/ou pecuária, o que justifica o grau de ‘Satisfeito’ quando a percepção. Contudo, o resultado pode se mostrar insuficiente, uma vez que seu baixo envolvimento no trabalho na propriedade, apresentada em indicadores anteriores, pode interferir na sua percepção sobre se a terra disponível é suficiente ou não para as demandas da família.

Tal como as desigualdades de renda já discutidas neste estudo, a média de hectares para a produção entre os 20 jovens entrevistados esconde diferenças relevantes, sobretudo entre os jovens que possuem residência própria, mas na propriedade de seus pais (denominados como agregados). A variação vai de zero hectare disponível até 18,15 ha entre as propriedades visitadas.

Quanto ao indicador ‘Participação em ações de desporto e lazer na comunidade’ (3,2), a percepção de ‘Mais ou menos quanto a satisfação’ pode estar relacionada com as poucas opções de esporte e lazer no Assentamento. Os únicos lugares disponíveis, segundo os entrevistados, são o campo de futebol (campo de várzea) e o Pavilhão Comunitário – onde acontecem partidas de sinuca, baralho, bailes e outras atividades. Existe ainda uma quadra coberta disponível nas proximidades do pavilhão, do qual a Prefeitura de Laranjeiras recebeu concessão, mas que segue com uma infraestrutura precarizada, e uma trilha de moto improvisada.

Stoffel (2015) citando Wedig e Menasche (2009) relata que a cultura dos bailes presentes nas cidades reforça padrões estéticos urbanos do ‘ser jovem’, barreiras estas que estão cada vez mais próximas entre o urbano e o rural e já se mostram presentes dentro do território do assentamento. Outro ponto trazido pela autora ao analisar jovens da região Sul, está no fato em que a ausência de opções de lazer no campo pode motivar a saída do jovem para a cidade (SPANVELLO, 2008; STOFFEL, 2015).

Em ‘Acesso à serviços de saúde no assentamento’ (3,1), que também alcançou grau ‘Mais ou menos quanto à satisfação’, percebeu-se que a comunidade não dispõe de uma Unidade Básica de Saúde, e quando necessitam de serviços precisam ir para o Centro de Saúde Barão do Rio Branco, conhecido e denominado por todos na região como ‘Postão’. Para casos mais complexos, os assentados se direcionam aos Hospitais São José ou São Lucas localizados na cidade de Laranjeiras do Sul.

O único serviço de saúde disponível para os jovens assentados e suas famílias dentro da própria comunidade é a visita da agente de saúde, porém, segundo manifestação dos entrevistados as visitas não têm sido frequentes na totalidade das casas visitadas. Outra importante alternativa em saúde, mas pouco citada pelos jovens, é a casa de medicina natural bioenergética¹⁵, desenvolvida por uma das lideranças do Assentamento e que se configura em importante alternativa em cuidados de saúde para os assentados.

Todo esse contexto se apresenta em uma realidade em que a atenção primária à saúde para as áreas rurais se coloca como um grande desafio, sobretudo a partir das particularidades nas condições de vida e trabalho, se compararmos com o meio urbano (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Desta forma, a aparente fragilidade no acesso à saúde dos jovens e seus familiares no Assentamento 8 de Junho pode apresentar um risco futuro e impactam diretamente na construção do Desenvolvimento Rural Sustentável na região, uma vez que a saúde se apresenta como elemento transversal nas mais diversas áreas da vida dessa população.

O resultado mais baixo entre os jovens do Assentamento quanto a percepção está no indicador ‘Acesso à transporte e mobilidade rural’ (2,8), indicando ‘Mais ou menos quanto à satisfação’. A maior parte da locomoção dos jovens e das suas famílias para a cidade ocorre com transporte próprio, predominado o uso do carro, relatado por 18 jovens entrevistados, a moto é o segundo meio de transporte mais comum, citada em 5 entrevistas.

A carona de terceiros foi relatada por 2 jovens, o ônibus universitário da UFFS e o transporte público convencional foram apontados por 1 jovem cada. Destaca-se, portanto, que o assentamento não dispõe de nenhuma rota de transporte coletivo – seja de caráter público ou privado – e o único motivo de um dos jovens entrevistados relatar utilizar transporte coletivo está no fato da sua residência ficar próxima da BR, onde passam os ônibus rumo à cidade.

Apesar da maioria das residências possuírem carros ou motos, quando perguntados sobre a sua percepção em relação ao transporte público no assentamento, as respostas contribuíram para um baixo grau de satisfação impactando diretamente no indicador desta dimensão. O resultado ilustra uma realidade já constatada e alinhada com os anseios dos jovens

¹⁵ A casa de medicina natural bioenergética é uma iniciativa de uma das famílias assentadas do 8 de Junho que possui um acervo de plantas medicinais para tratamentos diversos. A orientação de uso é dada a partir do conhecimento popular adquirido pelos proprietários da casa, a qual foi citada por jovens em algumas entrevistas como uma iniciativa de saúde no território.

em relação a melhorias no acesso a transporte público ou mobilidade coletiva no campo e que foram apresentadas no Diagnóstico da Juventude Rural (SNJ, 2018).

5 AS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL NO ASSENTAMENTO MACEIÓ SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Nesta seção será apresentado um breve contexto histórico da formação do Assentamento Maceió e características consideradas importantes para a discussão deste estudo, seguido de dados e informações sobre as condições de vida da juventude rural que vivem neste território. Ressalta-se que alguns aspectos de caracterização do Assentamento foram abordados na seção de metodologia, a partir da caracterização das áreas de estudo.

Os resultados desta seção foram alcançados por meio de dados primários, obtidos através da aplicação das entrevistas estruturadas realizadas na pesquisa de campo em dezembro de 2022. Somado a isso, foram utilizados dados secundários oriundos de outros estudos realizados na região, visando complementar e aproximar as discussões sobre o objeto de pesquisa, apresentando um diálogo entre os resultados e as abordagens teóricas presentes no Capítulo 2.

Os dados são discutidos considerando a compreensão do autor, a partir do referencial teórico acessado, sobre o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável, buscando identificar a realidade dos jovens assentados sob os aspectos econômicos, ambientais/ecológicos, políticos, culturais e sociais. Para tanto, buscou-se identificar aspectos individuais de suas realidades, bem como o contexto do seu núcleo familiar, organizadas nas dimensões do DRS, instâncias e indicadores observados.

5.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO MACEIÓ/CE

O Assentamento Maceió está localizado no município de Itapipoca, a 60 km de distância da sede urbana, mais precisamente na região do distrito de Marinheiros, litoral norte do Ceará. Fruto da efervescência das lutas sociais da região em 1980, seu contexto histórico remonta a períodos anteriores, havendo relatos de ocupação de população indígena, e posteriormente por famílias que passaram a terra de geração em geração (GOMES, 2014; MONTEIRO, 2017).

A ocupação das terras foi marcada pela grilagem, com destaque ao período de 1950, com a chegada de um marinho europeu que comprou parte dos terrenos de uma família e se

apossou de outra parcela de terra, com a expulsão de famílias e exploração dos trabalhadores¹⁶ (MONTEIRO, 2017). Naquele período, os camponeses que habitavam a região eram considerados meeiros, trabalhando em troca de moradia e parte da produção, marcando assim um cenário de violência e exclusão social que culminaram com o período de organização social dos trabalhadores, na década de 1970, com o surgimento de movimentos ligados à Igreja Católica, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Com a crescente mobilização dos trabalhadores, o marinho europeu vende as terras, em 1980, para expansão da empresa Agropecuária Arvoredo Ltda, que tinha como objetivo ampliar a produção a partir da monocultura do coco (SOUTO, 2020). A iniciativa ampliou as contradições sociais na região, com a continuidade da exploração dos trabalhadores rurais que, deste modo, passaram a vender sua mão de obra para os empresários (MONTEIRO, 2017).

Neste período, assessorados pelo advogado Antônio Pinheiro de Freitas, da Comissão Pastoral da Terra, apoiados na religião e em instituições como o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), se organizaram pelo seu direito à terra. Em 1982, um abaixo-assinado por 376 famílias é entregue ao INCRA e três anos depois (1985), a imissão de posse foi promulgada para 254 famílias que passaram a ser assentadas da reforma agrária. Em 1990, outras 100 famílias são inseridas, totalizando 354 núcleos familiares no assentamento (GOMES, 2014; MONTEIRO, 2017).

O histórico de resistência pela terra permanece até os períodos atuais, quando em 2002 inicia-se forte especulação imobiliária¹⁷ para a implantação de um empreendimento turístico na Praia do Maceió, faixa litorânea do assentamento. O projeto trazia grandes ameaças ao desenvolvimento da pesca pelos assentados, e a área – que é considerada pertencente à União –, tornou-se objeto de disputas judiciais.

No mesmo período, o MST se soma aos demais trabalhadores na luta pela terra no Assentamento Maceió, passando a colaborar com a organização social. Neste momento,

¹⁶ Segundo Monteiro (2017), os relatos apontam que entre o século XIX e início do século XX as terras foram consideradas pertencentes às famílias Souza e Bonfim. Com a chegada do marinho europeu chamado ‘Carneiro’ em 1950, o mesmo comprou as terras pertencentes à família Souza e, através de fraudes, se apossou das terras da então viúva de Pedro de Souza, D. Maria Bonfim.

¹⁷ Monteiro (2017) destaca que, “um empresário português com naturalização brasileira, Júlio de Jesus Trindade, mais conhecido como Pirata, pretendia construir um empreendimento turístico, um Resort, na praia do Maceió, alegando que o mesmo forneceria empregos e desenvolvimento econômico para a região” (p. 35).

também surge acampamento na faixa litorânea denominado de ‘Nossa Terra’, no qual os moradores mantêm um processo permanente de resistência até hoje, se revezando na ocupação da faixa litorânea, com uma estrutura de taipa¹⁸ montada na região.

O Assentamento possui uma área total de 5.844,7119 ha, sendo 699,488 ha de área de preservação permanente em dunas de areia (CAJADO, 2013), e está situado no Território da Cidadania Vale do Curu e Aracatiaçu (SOUTO, 2020). Atualmente, possui 12 (doze) comunidades, sendo elas Apiques, Bom Jesus, Mateus, Córrego Novo, Córrego da Estrada, Barra do Córrego, Sítio Coqueiro, Humaitá, Lagoa Grande, Maceió, Jacaré e Bode.

Originalmente formado por 354 famílias assentadas, estima-se que atualmente existam cerca de 900 famílias vivendo no assentamento (GOMES, 2014). Segundo relatos dos entrevistados nesta pesquisa, muitas famílias já viviam nas terras quando o projeto de assentamento foi estabelecido, e famílias agregadas nas parcelas de terra dos assentados foram surgindo com o passar dos anos.

O Assentamento Maceió possui grande potencial hídrico por estar situado em uma região litorânea (SOUTO, 2020), esse é um contexto privilegiado diante de outros assentamentos no Ceará que se situam na região do sertão, onde a água é uma problemática frequente. No assentamento, o trabalho na agricultura se mistura, muitas vezes, com pesca artesanal, observada principalmente nas comunidades que ficam mais próximas da faixa litorânea ou de lagoas.

Considerando a parcela dos 20 jovens entrevistados no Assentamento Maceió nesta pesquisa, a maioria vive somente no meio rural, se autodeclara parda e preta, principalmente, e possuem idades entre 19 e 28 anos. O gênero também foi distribuído igualmente entre homens e mulheres, conforme pode ser visto no capítulo de metodologia. Neste estudo, das 12 comunidades existentes no Assentamento, foram entrevistados jovens de três delas: Apiques, Barra do Córrego e Sítio Coqueiro.

A maioria possui ensino médio completo, e nenhum possui ensino médio incompleto. Não foram identificados analfabetos entre os entrevistados, e o ensino superior completo ou incompleto foi relatado por sete (7) dos entrevistados.

¹⁸ Taipa é um produto feito à base de argila e cascalho, comumente conhecida para a construção de casas.

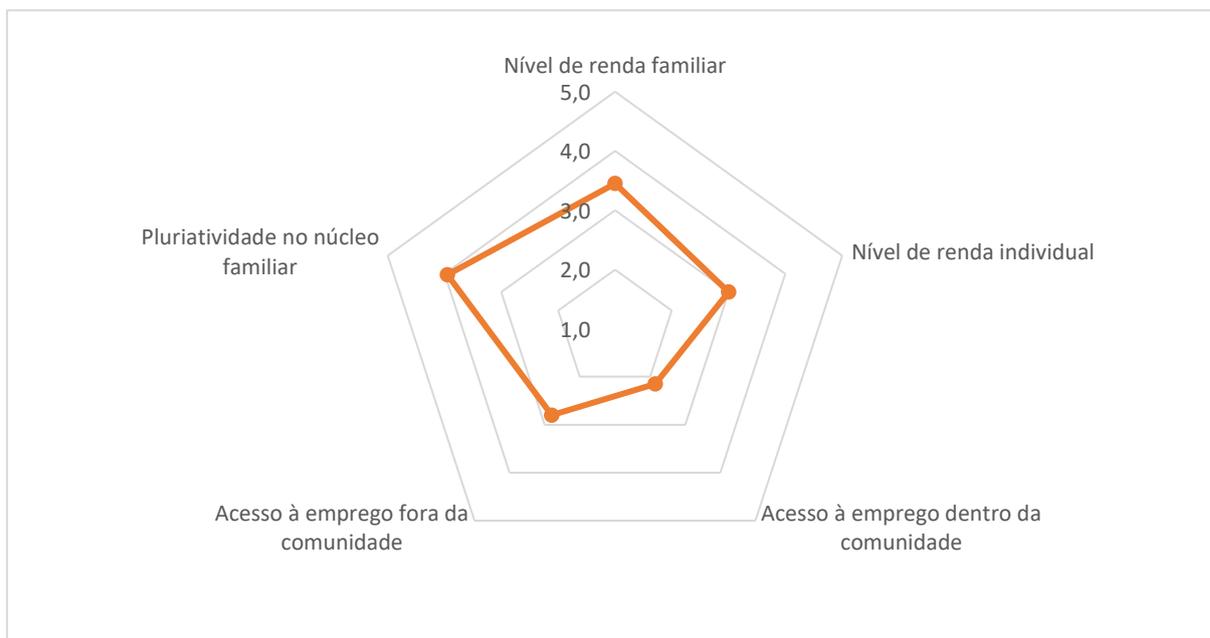
Ao consultar estudos sobre o Assentamento Maceió no Portal de Teses e Dissertações da CAPES, constata-se dez (10) pesquisas relacionadas, dos autores Monteiro (2017), Holanda (2018), Cajado (2013), Gomes (2014), Camurca (2013), Souto (2020), Aires (2013), Alencar (2018), Rodrigues (1995) e Moraes (2012), abordando aspectos sobre sustentabilidade, gênero, artesanato, educação, agricultura familiar e pesca artesanal.

Na próxima seção serão apresentados os resultados desta pesquisa, realizada com vinte (20) jovens rurais do Assentamento Maceió e considerando a dimensão econômica do Desenvolvimento Rural Sustentável.

5.2 A DIMENSÃO ECONÔMICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO MACEIÓ

Na dimensão econômica, foi analisada a instância ‘Fatores relacionados a trabalho e renda’, com os cinco (5) indicadores: a) Nível de renda familiar, b) nível de renda individual, c) acesso à emprego dentro da comunidade, d) acesso à emprego fora da comunidade (considerando a delimitação territorial do município de Itapipoca) e, e) pluriatividade no núcleo familiar. A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento Maceió nesta dimensão está presente no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão econômica entre jovens que vivem no Assentamento Maceió



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico mostra que os maiores graus de satisfação dos jovens entrevistados estão relacionados aos indicadores ‘Pluriatividade no núcleo familiar’ (4) e ‘Nível de Renda Familiar’ (3,5). Em seguida temos, ‘Nível de renda individual’ (3), ‘Acesso à emprego fora da comunidade’ (2,8), e com pior grau de satisfação entre a juventude do Assentamento Maceió, o indicador ‘Acesso à emprego dentro da comunidade’ (2,2).

O indicador ‘Pluriatividade no núcleo familiar’ (4), apresenta grau Satisfeito e é o maior quanto a satisfação entre os jovens nesta dimensão. Percebe-se que a pluriatividade pode estar ainda mais presente entre os núcleos familiares pesquisados do Assentamento Maceió, onde 70% das residências apresentaram um ou mais membros realizando atividades não-relacionadas com a prática agropecuária. Os dados estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Pluriatividade no Assentamento Maceió

Quanto à pluriatividade	Frequência	(%)
Presença de pluriatividade no núcleo familiar	14	70%
Ausência de pluriatividade no núcleo familiar	6	30%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Mais do que uma realidade, a situação se configura como uma importante estratégia de reprodução social para famílias do semiárido (COSTA, 2001; SILVA, 2015; PEREIRA, 2019), afinal, obter renda a partir da prática agropecuária é um desafio nessa região onde se situam os jovens do Assentamento Maceió. A partir das respostas obtidas, as famílias parecem buscar alternativas com trabalhos fora da agropecuária, como no serviço público local (Prefeitura), escolas e fábricas no centro da cidade, complementando sua renda com a ajuda de auxílios governamentais como o Bolsa Família.

Em relação ao nível de renda familiar(bruta), que se enquadrou no grau Satisfeito, a média entre os entrevistados foi de R\$ 2.211,00 reais/mês, representando um valor em torno de dois salários mínimos em termos atuais. O valor se aproxima do rendimento médio mensal da população ocupada no Ceará, que se apresenta como R\$ 1.845,00 reais em estudos realizados pelo IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará) (IPECE, 2020). Desta forma, entende-se que a boa satisfação entre os jovens com sua renda familiar pode estar relacionada com um alcance de renda satisfatório que esteja suprindo as necessidades básicas dos membros que vivem nessa região.

As respostas dos jovens neste estudo partiram de um mínimo de R\$ 400,00 reais, chegando a até R\$ 4.848,00 mil reais nos núcleos familiares. Com isso, as famílias onde vivem os jovens do Assentamento Maceió apresentaram renda abaixo de um salário mínimo indo a até 4 salários mínimos. Ressalta-se, portanto, o diálogo com as discussões anteriores neste estudo, que apontam núcleos familiares que não possuem empregos formais e/ou tem dificuldade em garantir renda a partir da sua produção, impactando diretamente no valor obtido ao mês.

Os indicadores ‘Nível de renda individual’ (3) e ‘Acesso à emprego fora da comunidade’ (2,8) apresentaram grau ‘Mais ou menos quanto a satisfação’, enquanto o indicador ‘Acesso à emprego dentro da comunidade’ (2,2) apresentou o pior resultado entre os itens analisados. Dados caracterizados a partir da pergunta acerca das suas ocupações atuais nos ajudam a compreender esse cenário, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Ocupação atual dos jovens entrevistados no Assentamento Maceió, em números absolutos e relativos

OCUPAÇÃO ATUAL	Nº DE JOVENS ENTREVISTADOS	%
Agricultor(a)/Pescador(a)	10	50%
Estudante	3	15%
Emprego dentro da comunidade	4	20%
Emprego fora da comunidade	3	15%
TOTAL	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A maioria dos jovens entrevistados no Assentamento Maceió declaram sua ocupação principal como ‘agricultores’ e/ou ‘pescadores’ (10 entrevistados), esta última categoria foi incluída na discussão por ter surgido nas respostas – sendo uma atividade comum na região devido à proximidade do Assentamento com o mar –, e unificada por se apresentar como uma atividade complementar/semelhante ao do trabalho agropecuário.

Cajado (2010) corrobora com este entendimento, apontando a pesca como principal atividade econômica em algumas comunidades, como é o caso de Apiques – uma das regiões selecionadas para a aplicação da pesquisa. A autora também evidencia a presença de trabalhos não agrícolas, como trabalho assalariado e artesanato.

Em relação aos empregos formais com vínculo empregatício, 4 entrevistados declaram como ocupação principal o emprego dentro da comunidade, enquanto 3 entrevistados relataram possuir emprego fora da comunidade. Outros 3 entrevistados afirmaram ser estudantes de ensino superior.

Destaca-se que entre os que possuem emprego dentro da comunidade, todos são professores(as) de escolas de ensino básico ou médio que existem dentro do Assentamento Maceió, evidenciando o potencial das instituições públicas em absorver novos profissionais formados da própria região.

O fato de existirem trabalhadores das escolas do Assentamento que moram no mesmo território já foi relatado em estudo anterior de Alencar (2018), onde os assentados entrevistados relataram que ainda era um número insuficiente para a necessidade naquele momento. Essa percepção dialoga com os resultados deste estudo, onde os jovens demonstraram grau

‘Insatisfeito’ quanto a realidade de emprego dentro da comunidade, indicando que esperam mais oportunidades no seu próprio território.

Com grau ‘Mais ou menos quanto a satisfação’, no indicador relacionado a emprego fora da comunidade foram relatados trabalhos na Prefeitura Municipal e na Fábrica DASS, principal polo calçadista do município, situada no centro urbano. Além das dificuldades para acessar vagas de emprego e que foram relatadas nas entrevistas, o baixo resultado também pode estar relacionado com a distância de 60km que parte dos jovens trabalhadores precisam percorrer até o local de trabalho na cidade de Itapipoca.

Em relação ao nível de renda individual mensal, 11 jovens declararam receber alguma renda, seja através dos empregos formais ou do trabalho agropecuário desenvolvido na propriedade, enquanto 9 relataram não possuir nenhuma renda. A média de renda bruta individual entre os que possuem ficou em R\$ 1.074,00 reais, menos de um salário mínimo e abaixo da renda média mensal bruta do núcleo familiar, que foi de aproximadamente dois salários mínimos.

A renda individual mensal mais baixa relatada foi de R\$ 100,00 reais, enquanto a maior foi R\$ 1.900,00 reais. O resultado evidencia grande diferença nas rendas individuais dos entrevistados, apontando para uma insegurança financeira que pode ter corroborado no grau de ‘Mais ou menos quanto a satisfação’ neste indicador.

Reforçando este argumento, Savian (2014) identifica a partir da análise de diversos estudos com jovens filhos de agricultores, que existe uma relação frequente entre a renda e a sucessão familiar na garantia da reprodução social. O autor aponta que este é um fator importante, mas não o único, onde as dinâmicas gerais e peculiaridades locais no contexto da agricultura familiar confluem para determinar a decisão do jovem.

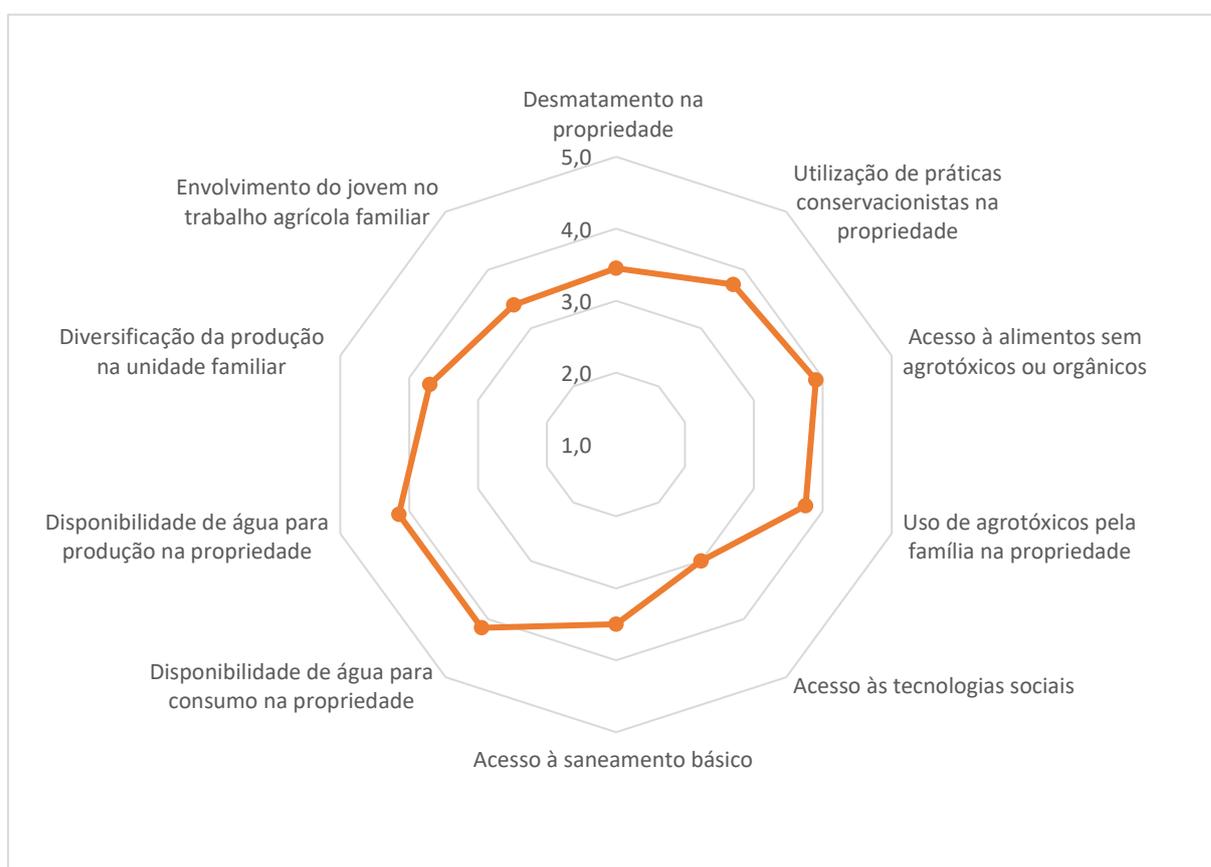
5.3 A DIMENSÃO AMBIENTAL/ECOLÓGICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO MACEIÓ

Na dimensão ambiental/ecológica foram analisados fatores relacionados com a preservação e manutenção do meio ambiente local, totalizando dez (10) indicadores, sendo eles: a) Desmatamento na propriedade, b) Utilização de práticas conservacionistas na propriedade, c) Acesso à alimentos sem agrotóxicos ou orgânicos, d) Uso de agrotóxicos pela família na

propriedade, e) Acesso às tecnologias sociais, f) Acesso à saneamento básico, g) Disponibilidade de água para consumo na propriedade, h) Disponibilidade de água para produção na propriedade, i) Diversificação da produção na unidade familiar e, j) Envolvimento do jovem no trabalho agrícola familiar.

A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento Maceió nesta dimensão está no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão ambiental/ecológica entre jovens que vivem no Assentamento Maceió



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico 16 mostra que os maiores graus de satisfação dos jovens entrevistados estão relacionados aos indicadores ‘Disponibilidade de água para consumo na propriedade’ (4,2), ‘Disponibilidade de água para produção na propriedade’ (4,2). Em consequente, os indicadores ‘Acesso à alimentos sem agrotóxicos ou orgânicos’ (3,9), ‘Utilização de práticas conservacionistas na propriedade’ (3,8), ‘Uso de agrotóxicos pela família na propriedade’ (3,8) e ‘Diversificação da produção na unidade familiar’ (3,7).

Os indicadores ‘Desmatamento na propriedade’ e ‘Acesso à saneamento básico’ tiveram grau 3,5, enquanto o indicador ‘Envolvimento do jovem no trabalho agrícola familiar’ foi de 3,4. O menor grau de satisfação entre os indicadores foi no ‘Acesso às tecnologias sociais’ (3).

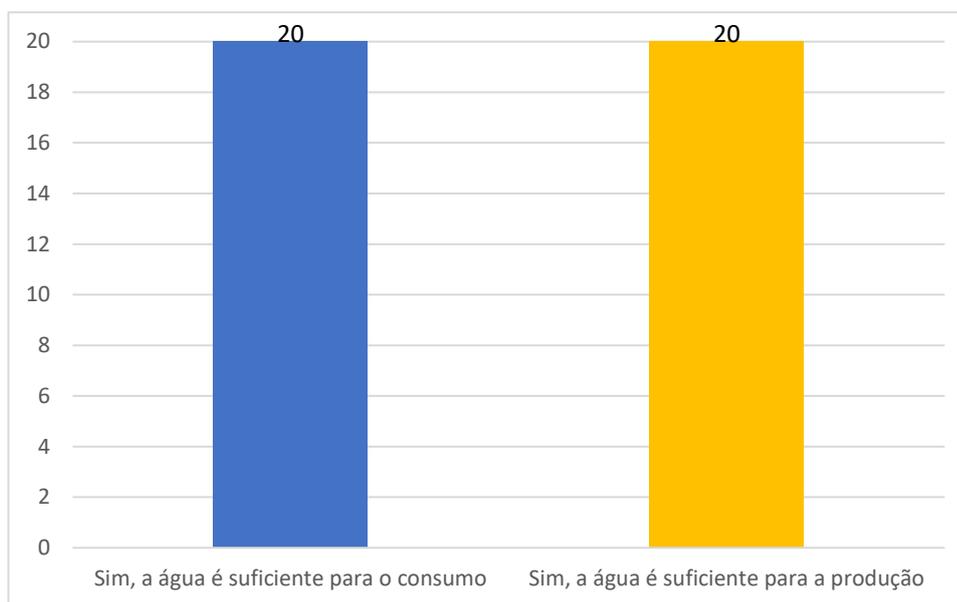
Os dois indicadores relacionados ao acesso à água estão dentro da percepção de ‘Satisfeito’. Apesar de um grande desafio no contexto semiárido, o acesso à água em termos gerais apresentou bom desempenho entre os jovens entrevistados no Assentamento Maceió, apesar de não ter alcançado o grau ‘Completamente satisfeito’.

Souto (2020) já havia identificado em seu estudo o alto índice de disponibilidade de água no Assentamento Maceió, e que este favorece a utilização de sistemas de irrigação. Em outra pesquisa, Morais (2012) ao discutir a percepção ambiental dos moradores da comunidade de Apiques, relatou que os moradores não apresentavam grandes preocupações com o desperdício de água relacionando esse contexto com a sentimento de possuírem ‘água em abundância’.

Estes exemplos, ao passo que mostram potenciais de utilização dos recursos hídricos, também apontam para outras reflexões, como a necessidade de educação ambiental visando a preservação deste bem natural na região.

Quando perguntados se a água para consumo e produção eram suficientes para as necessidades do núcleo familiar, os jovens responderam positivamente, conforme apresentado no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Avaliação dos jovens do Assentamento Maceió quanto à disponibilidade de água para consumo e produção



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A totalidade dos jovens entrevistados no Assentamento Maceió (20) respondeu que a água disponível na propriedade é suficiente para o consumo de toda a família, bem como para a produção. Os resultados dialogam positivamente com o grau de satisfação no escore ‘Satisfeito’ obtido neste indicador.

O motivo pode estar relacionado com o contexto local, onde o Assentamento está inserido em uma região de praia, com abundância de água disponível nos lençóis freáticos, diferente de outras regiões do estado. Desta forma, foi frequente observar nas residências a utilização de bombas para obter água doce subterrânea.

De forma semelhante, os indicadores ‘Acesso à alimentos sem agrotóxicos ou orgânicos’ (3,9), ‘Utilização de práticas conservacionistas na propriedade’ (3,8), ‘Uso de agrotóxicos pela família na propriedade’ (3,8) e ‘Diversificação da produção na unidade familiar’ (3,7) apresentaram escore de ‘Satisfeito’ na opinião dos jovens.

Todos os entrevistados afirmaram que seus núcleos familiares produzem e/ou consomem alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos ou orgânicos, onde destacaram-se hortaliças (como o cheiro verde – nome popular na região para a junção de cebolinha e coentro, abobrinha, jerimum, pimentão, entre outros), frutíferas (coco, manga, caju, banana, mamão,

etc) e raízes tuberosas como a mandioca, macaxeira e batata doce. Também foi visualizado o plantio de grãos, como milho e feijão, sem o uso de agrotóxicos.

Destacam-se, principalmente, a mandioca e o coco, que além do consumo in natura ou com pequenos preparos, também são comumente beneficiadas pelos moradores da região, para a produção de farinha de mandioca, goma (massa para tapioca), óleos, entre outros.

Apenas 3 dos 20 jovens entrevistados relataram a utilização de agrotóxicos em suas propriedades, e quando indagados sobre onde ocorria a aplicação, a resposta foi nas lavouras de milho e feijão e/ou na pecuária. Considerando essas respostas, os entrevistados demonstraram uma conscientização quanto aos malefícios para a saúde e afirmaram se tratar de excepcionalidades, confirmando resultados de outros estudos na região (MORAIS, 2012).

Com isso, o número reduzido de respostas para a utilização de agrotóxicos está positivamente alinhado com o grau ‘Satisfeito’ obtido neste indicador, que trata do nível de empenho das famílias na redução de uso destes insumos, pois é o que de fato vem ocorrendo.

Um dos motivos possíveis para a baixa utilização de agrotóxicos pode estar na conscientização¹⁹ das famílias do Assentamento, que vem há mais de 40 anos sendo assessoradas, em maior ou menor grau, por organizações da sociedade civil alinhadas com os princípios agroecológicos.

Entre elas, destacam-se o CETRA (Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador), o MST, o MMTR-NE (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste), Instituto Terramar e o ESPLAR (Centro de Assessoria e Pesquisa), evidenciando assim, a importância dessa rede de instituições para além do MST, somando forças no debate agroecológico na região e potencializando resultados positivos.

No indicador ‘Diversificação da produção na unidade familiar’ (3,7), foram elencadas nas entrevistas com os jovens, cerca de 37 culturas agrícolas, sendo elas: Milho, feijão, coco, mandioca, manga, pitanga, acerola, tamarindo, caju, graviola, abacaxi, cajá, banana, tomate, pimentão, cheiro verde (coentro e cebolinha), batata doce, mamão, acerola, siriguela, goiaba, maracujá, ata, jerimum, macaxeira, cana de açúcar, melancia, pepino, murici, gergelim, urucum, limão, abobrinha, melão, alface, couve e pimenta.

¹⁹ Estudo realizado por Moraes (2012) no Assentamento Maceió, destacou que 89,5% dos homens e 86,5% das mulheres acreditavam que “todas as pessoas devem ser sempre responsáveis pelas questões ambientais”.

Trabalhos não relacionados com a prática agropecuária, como o artesanato e o beneficiamento de produtos também foram observados. A fabricação de renda de bilros²⁰ foi identificada em 8 núcleos familiares, e é uma importante alternativa financeira para quem mora na região, fazendo parte da cultura local. Este tipo de artesanato representa uma importante fonte de renda e carrega aspectos de preservação cultural para o Assentamento Maceió, já tendo sido objeto de estudos (GOMES, 2014).

O beneficiamento de produtos como a farinha e goma de mandioca, dos derivados do coco (para a produção de óleo, farelo e outros produtos), e do urucum, transformando em um pó-pigmento vermelho conhecido por *colorau*, também foram identificados.

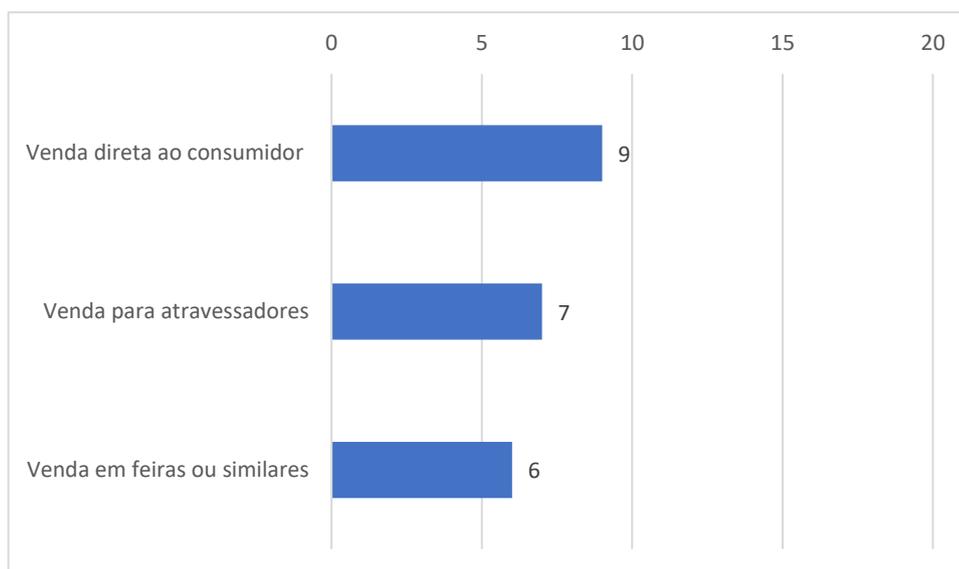
Ademais, a prática de beneficiamento desses produtos é comum na região analisada, e vem se desenvolvendo de geração para geração, com a utilização de casas de farinha para beneficiar a mandioca. Outras práticas estão sendo difundidas com a ajuda de projetos de desenvolvimento rural sustentável, a exemplo do Programa Ecoforte – parceria entre o CETRA e o Banco do Brasil –, que garantiu, entre outras ações, a construção de uma fábrica de beneficiamento dos derivados do coco, que está sob a gerência de um grupo de jovens que vivem na comunidade Sítio Coqueiro (Assentamento Maceió).

Esta última já foi objeto de estudos (ALVES, 2018; NASCIMENTO, 2022; SANTOS, 2022), que avaliaram a relação positiva entre o papel da juventude no assentamento e suas interfaces em relação ao beneficiamento da cultura do coco. Atualmente, os produtos são vendidos em feiras agroecológicas no Estado, e a experiência já foi relatada a nível internacional.

Em termos de comercialização, observa-se que 14 dos 20 núcleos familiares afirmaram realizar a venda de parte da produção obtida. Também se buscou entender quais os principais canais de comercialização para as famílias que praticam essa comercialização, estando os resultados descritos no Gráfico 19.

²⁰ A renda de bilros é uma técnica de renda comum na região Nordeste, que utiliza o cruzamento de fios têxteis e é executado sob uma almofada, pique (folha pigmentada), alfinetes e bilros (instrumentos de madeira utilizados para a movimentação dos fios e garantir o resultado esperado).

Gráfico 19 – Destino dos produtos comercializados pelas famílias dos jovens do Assentamento Maceió



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Entre as propriedades em que os jovens relataram ocorrer comercialização do que é produzido, a maior frequência está na venda direta ao consumidor (9). Seguido da venda para atravessadores (7) e em feiras ou similares (6). Desta forma, percebe-se que muitas famílias optam por vender seus produtos diretamente ao consumidor final, muito provavelmente por sua produção ser voltada principalmente para o autoconsumo, destacando apenas o excedente para a venda (que muitas vezes não são grandes quantidades).

A Feira Agroecológica e Solidária de Itapipoca é um dos destinos dos produtos comercializados por parte dos jovens entrevistados. Iniciada no ano de 2005, a feira vem contribuindo com o fortalecimento da autonomia de agricultores do Assentamento Maceió e demais municípios da região em que se situa o município de Itapipoca (MARQUES e TRICHES, 2019).

Ainda assim, a venda para atravessadores aparece com frequência e outras modalidades importantes como a venda para programas governamentais se mostrou ausente nessa parcela analisada. A bovinocultura de leite voltada para a comercialização não é muito comum na região, o que pode explicar também a ausência de venda para laticínios.

No caso da ausência da venda para programas governamentais, um dos motivos pode estar relacionado com a redução de recursos e incentivos para programas como o PAA e o

PNAE a nível federal observado nos últimos anos (BRASIL DE FATO, 2022; CNTE, 2022; SILVA e HESPANHOL, 2022), que pode estar impactando a relação dos núcleos familiares com estas modalidades de comercialização.

Por fim, destaca-se que, entre os jovens que se envolvem nos processos de comercialização dos produtos, 12 declararam não participar diretamente e 8 jovens afirmaram se envolver, seja individualmente ou em conjunto com sua família.

No indicador ‘Utilização de práticas conservacionistas na propriedade’ (3,8), que obteve grau ‘Satisfeito’ para a parcela de jovens entrevistados do Assentamento Maceió, foram apontados uma série de técnicas desenvolvidas, conforme Gráfico 20.

Gráfico 20 – Práticas conservacionistas utilizadas com maior frequência no Assentamento Maceió



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

As práticas utilizadas com maior frequência, segundo os entrevistados, são o consórcio de culturas (16) e o pousio (10). A utilização da técnica de consórcio de culturas na região é comum na maioria das residências, e é uma das práticas que podem beneficiar a construção de sistemas agrícolas mais resilientes (ALVES *et al.*, 2022).

Os jovens relataram que suas famílias fazem o plantio de mandioca, batata doce, feijão e milho de forma conjunta, buscando, principalmente, o aproveitamento do espaço disponível de terra. Estas são, inclusive, consideradas culturas de base alimentar para a região e seu plantio consorciado é comumente chamado de ‘roça’ pelos jovens entrevistados.

A preservação de fontes/nascentes aparece em baixa quantidade, uma vez que nem todas as residências possuem cursos naturais de água na propriedade, e a prática da cobertura morta aparece nos resultados para além das opções dadas aos entrevistados. Cabe ressaltar que, todos os jovens entrevistados relataram a utilização de pelo menos uma prática conservacionista na propriedade, podendo se atribuir o grau de ‘Satisfeito’ neste indicador a esse contexto.

Rutherford (1997) destaca que práticas de preservação do meio ambiente – como estas relatadas –, e o uso racional dos recursos naturais, contribuem para a sustentabilidade ambiental. Essa importante relação com a natureza, traduzida a partir da atenção com o meio ambiente, está intimamente ligada com a promoção do Desenvolvimento Sustentável (GREGOLIN *et al.*, 2019).

O indicador ‘Desmatamento na propriedade’ (3,5) obteve grau ‘Satisfeito’ quanto a percepção dos jovens do Assentamento Maceió, também indicando um resultado positivo quanto as práticas de florestamento e reflorestamento na propriedade.

A utilização de madeira foi identificada em 18 das 20 propriedades visitadas, todas voltadas para o consumo do próprio núcleo familiar, sobretudo para cozinhar no fogão à lenha e para a construção de cercas. As espécies florestais identificadas para este fim são todas nativas da região, sendo elas Pau Ferro, Pau d’arco, Sabiá, Murici, Catingueira, Cajueiro, Cedro e Castanholeira, não sendo identificada a prática de plantio de espécies – nativas ou exóticas – para este fim.

As principais diferenças surgem quanto a fonte da lenha e madeira obtida, em que das 18 propriedades que fazem uso, treze (13) obtêm os recursos na propriedade, quatro (4) buscam em áreas coletivas do assentamento e uma (1) adquire de forma mista (na propriedade/compra).

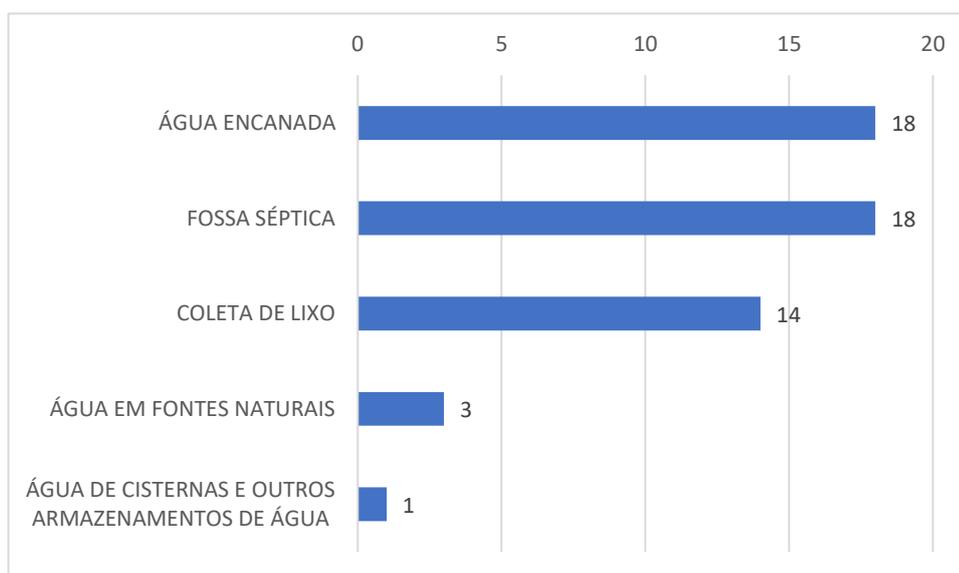
Dada a grande presença de uso da madeira oriunda de espécies nativas da região, cabe ponderar os riscos em relação a mudança na paisagem do bioma Caatinga, impulsionadas pelo desmatamento. A reflexão se orienta a partir da observação durante as entrevistas em que, apesar do grau de satisfação quanto as práticas de reflorestamento, existe uma impressão por parte dos assentados de que a mata nativa ocorre em abundância.

Em contraponto a esta realidade, um estudo realizado por Santos e Carvalho (2022) revela que essas mudanças da paisagem da Caatinga vêm sendo observadas nas últimas cinco décadas, impulsionadas por práticas como atividades agropecuárias, construção de cercas,

pastagens e o crescimento das famílias (neste último caso, este autor acrescenta como consequência, o aumento no consumo de lenha para atividades domésticas).

O ‘Acesso à saneamento básico’ foi outro indicador que indicou grau Satisfeito (3,5) na parcela analisada. As modalidades de saneamento básico e as opções mais frequentes relacionados a água, esgoto e lixo estão listadas no Gráfico 21.

Gráfico 21 – Alternativas de saneamento utilizadas pelas famílias dos jovens pesquisados no Assentamento Maceió



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A fossa séptica e a água encanada aparecem em maior frequência no Assentamento Maceió, em 18 residências das 20 analisadas. A coleta de lixo também tem papel de destaque, presente em 14 residências.

Uma grande mudança em relação a água encanada na região é a presença de sistemas de abastecimento e a atual gerência por parte do SISAR (Sistema Integrado de Saneamento Rural), órgão do Governo do Estado que garante o serviço nas casas das comunidades de Apiques e Barra do Córrego. A única exceção entre as comunidades do Assentamento está no Sítio Coqueiro, onde a associação faz a gerência do próprio sistema de abastecimento. Em ambos os casos, as famílias pagam taxas de utilização e manutenção do serviço.

O esgoto ainda é uma problemática com a alta incidência de fossas sépticas. Como já avaliado neste estudo, a prática – apesar de ser uma das poucas possibilidades na região – pode ocasionar contaminação do solo e da água, que é utilizada também nos abastecimentos de água.

Apesar disso, moradores das comunidades relatam que antes da implantação dos sistemas de abastecimento, foram realizadas análises da qualidade da água, identificando que a mesma estava própria para o consumo.

A coleta de lixo está presente na maioria das residências, em locais próximos das propriedades. Essa é uma realidade diferente da encontrada em estudos anteriores (MORAIS, 2012) quando os moradores reclamavam da ausência de coleta de lixo na região.

Segundo dados obtidos com a Prefeitura Municipal de Itapipoca, atualmente a coleta passa três vezes por semana (segundas, quartas e sextas), passando por todas as comunidades do assentamento, com exceção das localidades que apresentam dificuldade de acesso para os equipamentos. Apesar do importante avanço, os relatos dos entrevistados indicam que ela ainda ocorre de forma irregular ou em pontos distantes na região do Assentamento Maceió, e, com isso, algumas propriedades ainda fazem a queima dos seus resíduos sólidos.

Em envolvimento do jovem no trabalho agrícola familiar (3,4), as respostas apontaram grau de 'Mais ou menos quanto a satisfação'. A média de tempo ao dia em que a juventude do Assentamento Maceió relata se envolver no trabalho na propriedade foi de 4h40min, cerca de um turno. A incerteza em relação ao grau de satisfação quanto ao tempo dedicado aos serviços na propriedade pode estar relacionada a isso.

Com grau 'Mais ou menos quanto a satisfação' e o menor valor entre os indicadores analisados nesta dimensão, está o 'Acesso às tecnologias sociais' (3). Metade dos entrevistados (10) relataram não possuir nenhuma tecnologia social em sua propriedade, outros 10 afirmaram possuir alguma tecnologia. Essa realidade pode ter impactado negativamente na redução da satisfação neste indicador.

Nestes termos, destaca-se a utilização das *casas de farinha*, em 7 propriedades, que são estruturas construídas para uso individual ou coletivo, visando o beneficiamento da mandioca. Outras tecnologias que aparecem, mas em menor frequência, foram as barragens ou barraginhas, biodigestores sertanejos (BARROS, 2020), minhocários, casas de sementes e cisternas de primeira água.

Queiroz *et al.* (2022), em estudo recente sobre a importância das tecnologias sociais no semiárido, destaca "um notório e importante papel [destas estratégias] nos campos da segurança hídrica, alimentar, geração de renda, dentre outros" (p. 267) em relação a aplicação dessas

estratégias. Os autores acrescentam que as tecnologias sociais vêm contribuindo para a redução da vulnerabilidade frente aos impactos das mudanças climáticas, e configuram importantes medidas a serem implementadas pelos governos junto às populações rurais.

Cabe ressaltar que a tecnologia social mais difundida em Itapipoca/CE são as cisternas de primeira água, levando a possuir a marca de município do semiárido com maior concentração dessa tecnologia (em relação ao tamanho da população) em todo o Brasil. Ela também é muito comum em comunidades rurais do Ceará, mas, apesar disso, essa tecnologia pouco foi listada pelos entrevistados do Assentamento Maceió, uma vez que sua localização não se encontra em um território cearense com escassez de água, e, portanto, fora do enquadramento de perfil definido pelo poder público.

Ademais, considerando a atuação positiva das organizações da sociedade civil e do Governo do Ceará nos últimos anos na região, algumas famílias já dispõem de biodigestores sertanejos para garantir gás de forma sustentável para os afazeres domésticos. E outras estão iniciando sua participação no Projeto de Produção Integrada – Mandalla Mais Infância (Governo do Ceará), que irá construir a tecnologia da Mandala²¹ em pelo menos duas residências visitadas pela pesquisa.

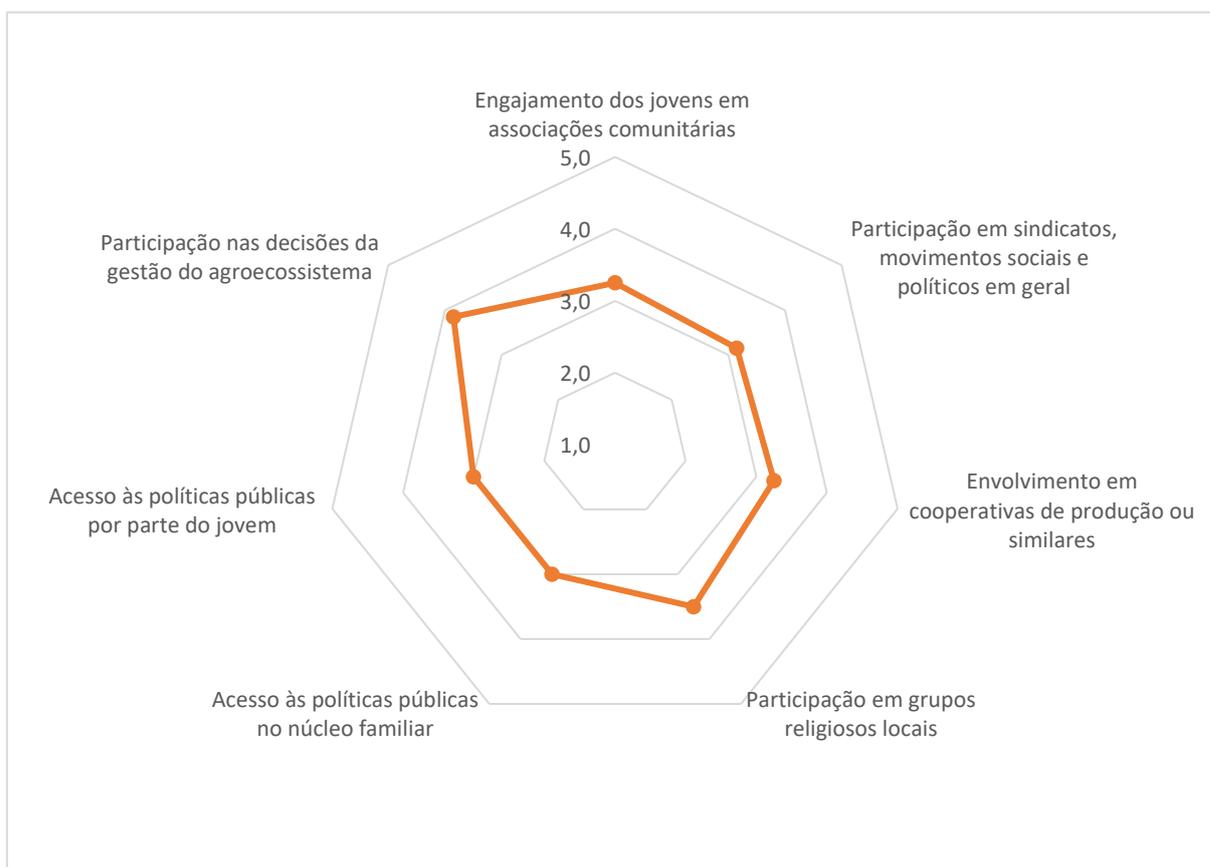
5.4 A DIMENSÃO POLÍTICA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO MACEIÓ

A dimensão política, considerando a instância de fatores relacionados ao acesso, participação e representação social/política. Utiliza sete (7) indicadores, sendo eles: a) engajamento dos jovens em associações comunitárias, b) participação em sindicatos, movimentos sociais e políticos em geral, c) envolvimento em cooperativas de produção ou similares, d) participação em grupos religiosos locais, e) acesso às políticas públicas no núcleo familiar, f) acesso às políticas públicas por parte do jovem, e, g) participação nas decisões da gestão do agroecossistema.

A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento Maceió nesta dimensão está presente no Gráfico 22.

²¹O sistema Mandala é uma modalidade de produção de alimentos onde as culturas ficam dispostas em formato circular. O sistema dispõe de um reservatório de água no centro, com sistema de irrigação, visando a produção no entorno de hortifrutigranjeiros e cultivo de peixes.

Gráfico 22 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão política entre jovens que vivem no Assentamento Maceió



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Nesta dimensão, o maior grau de satisfação entre os jovens entrevistados está em ‘Participação nas decisões do agroecossistema’ (3,9), seguido de ‘Participação em grupos religiosos locais’ (3,5). Os indicadores ‘Envolvimento em cooperativas de produção ou similares’ e ‘Engajamento dos jovens em associações comunitárias’ (3,3) obtiveram o mesmo resultado, seguido de ‘Participação em sindicatos, movimentos sociais e políticos em geral’ (3,2). Os piores resultados estão nos indicadores de ‘Acesso às políticas públicas no núcleo familiar’ e ‘Acesso às políticas públicas por parte do jovem’ (3).

Apontado em diversos estudos como fator importante na promoção da sustentabilidade (SILVA *et al.*, 2019; SOUSA, 2020; PETERSEN *et al.*, 2021), o indicador ‘Participação nas decisões da gestão do agroecossistema’ possui grau de ‘Satisfeito’ na parcela analisada. Entre os jovens entrevistados do Assentamento Maceió, 18 dos 20 jovens declararam interesse em

participar das tomadas de decisão da propriedade, ao passo que, todos os 20 afirmaram que há espaço para que eles participem dessas decisões.

Os jovens que não demonstraram interesse na participação das tomadas de decisão do agroecossistema relataram ‘não se interessar pela área’ ou ‘acham muita responsabilidade’. Contudo, são poucos relatos na parcela analisada, demonstrando que a maioria tem disposição para participar, o que impacta no melhor resultado entre indicadores obtido nessa dimensão.

Nos indicadores que envolvem a participação de jovem nas organizações sociais em geral, a ‘Participação em grupos religiosos locais’ (3,5) obteve o melhor resultado. O contexto de surgimento do assentamento e a grande presença de igrejas e capelas na maioria das comunidades do Assentamento são um incentivo para o envolvimento religioso da juventude rural, e se somam ao trabalho de organização de grupos litúrgicos e de catequese citados pelos entrevistados.

Além disso, na região das comunidades de Apiques, Barra do Córrego e Sítio Coqueiro, existe forte atuação da Pastoral da Juventude (PJ), e de uma associação religiosa local chamada de Com Fé Somos Jovens na Vida (CONFESJOVI), estas organizações aliam o trabalho religioso com a organização de jovens nas localidades. As informações foram obtidas a partir do levantamento primário na pesquisa, sendo citadas pelos jovens entrevistados.

Nos indicadores ‘Engajamento dos jovens em associações comunitárias’ (3,3) e ‘Envolvimento em cooperativas de produção ou similares’ alcançaram a escala de ‘Satisfeito’ no Assentamento Maceió.

Um dos motivos que dialoga com os bons resultados nestes indicadores pode estar relacionado com a presença de associações comunitárias no Assentamento, que, além de ter a presença da ASCIMA (Associação Comunitária do Imóvel Maceió)²², também possui associações em diversas comunidades que o compõem.

Esse é o caso das comunidades Apiques, Barra do Córrego e Sítio Coqueiro, onde entrevistamos os jovens neste estudo, e que possuem respectivamente, a ASPIM (Associação dos Pescadores do Imóvel Maceió), a Associação Comunitária dos Moradores da Barra do Córrego, e a Associação Vida Melhor da Comunidade do Sítio Coqueiro.

²² A Associação Comunitária do Imóvel Maceió (ASCIMA) é a entidade local dos assentados, sendo a primeira criada, e que representa o conjunto do Assentamento, englobando todas as doze comunidades.

Em relação aos resultados para o envolvimento em cooperativas de produção ou similares, temos a presença da Colônia de Pescadores, de associações ligadas às marisqueiras e de rendeiras (ARRIMA – Associação das Rendeiras do Imóvel Maceió), que, apesar de não ter a participação de nenhum jovem entrevistado, são uma importante alternativa de produção e organização coletiva na região.

O resultado positivo neste indicador também pode estar relacionado com a presença dos grupos das casas de farinha, que realizam juntos o beneficiamento da mandioca, além da fábrica de beneficiamento do coco, já citado neste estudo, que organiza um grupo de jovens na comunidade Sítio Coqueiro.

O indicador ‘Participação em sindicatos, movimentos sociais e políticos em geral’ (3,2) obteve escala de ‘Mais ou menos quanto a satisfação’. O Assentamento Maceió tem a presença de movimentos sociais já citados, como o MST e o MMTR-NE, mas neste caso, o resultado mais baixo pode estar relacionado com a redução na atuação destes movimentos sociais no contexto local e, conseqüentemente, na vida dos jovens entrevistados. Essa realidade foi relatada por jovens organizados nestes movimentos, atribuindo o contexto de dificuldades de organização ao período de pandemia da COVID-19.

No que tange a atuação destes movimentos no Assentamento Maceió, o MMTR-NE teve papel político importante nos processos de organização social na região, e sua atuação foi aprofundada em estudos sobre os papéis femininos na luta pela terra na região (HOLANDA, 2018). Do mesmo modo, o MST contribuiu de forma ativa nos processos de luta pela terra, e, mais recentemente, na conquista da Escola do Campo Nazaré Flor (ALENCAR, 2018).

Todos os entrevistados relataram que é importante a participação dos jovens em organizações sociais. Dada esta consideração, cabe ressaltar que 18 dos 20 jovens entrevistados relataram participar de alguma das organizações sociais listadas nesta seção. Este é um resultado relevante, que evidencia não só a presença de estruturas organizativas no Assentamento, mas o envolvimento dos jovens nesses grupos.

Em estudo realizado no Assentamento Maceió, Monteiro (2018) citando Sachs e Lages (2001) e Barreto e Khan (2006), destaca o termo ‘capital social’ para o contexto da região, buscando evidenciar que a presença e a qualidade das relações sociais podem favorecer os processos de desenvolvimento. O autor acrescenta que “as comunidades mais desenvolvidas são as que possuem maior nível de capital social” (p. 88).

Na mesma pesquisa, 79,4% dos assentados declararam fazer parte de alguma associação, 9,3% de cooperativas, 66,4% de sindicatos e 4,7% afirmaram não participar de nenhum. Ao aproximarmos o resultado do período com a resposta dos jovens entrevistados no presente estudo, percebe-se que a participação nessas organizações sociais é superior e pode fortalecer a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável na região.

Os indicadores ‘Acesso às políticas públicas no núcleo familiar’ e ‘Acesso às políticas públicas por parte do jovem’ (3) tiveram igual resultado, e são os piores indicadores nesta dimensão, com grau ‘Mais ou menos quanto a satisfação’.

Em relação ao acesso às políticas públicas no núcleo familiar, 18 dos 20 entrevistados relataram que suas famílias têm ou tiveram acesso em algum momento da vida a alguma das modalidades listadas. A maior presença da política pública é o Bolsa Família, relatada em todas as 18 residências que indicaram o acesso às políticas públicas, seguida do PRONAF (4) e Crediamigo/Agroamigo (2), modalidades de acesso à crédito para agricultores familiares no contexto federal.

O maior número de relatos no que tange ao acesso (passado ou presente) do Bolsa Família se relaciona com a importância desta política pública em comunidades rurais do semiárido cearense, que se coloca como parte integrante de uma rede de proteção social que contribuiu para uma maior resiliência das famílias agricultoras em momentos de vulnerabilidade social e ambiental (AQUINO *et al.*, 2020). De outro modo, o grande número de entrevistados que relataram acessar ou já terem acessado essa política, pode indicar maiores dificuldades em relação a renda familiar.

Fato que chama atenção, é a ausência da participação das famílias em políticas públicas relacionadas a comercialização de alimentos por via governamental, como é o caso do PAA e do PNAE, os quais não foram citados por nenhum entrevistado. O não acesso à estas políticas podem estar impactando nos processos de incrementação de renda das famílias, que possuem capacidade de fornecer produtos como derivados da mandioca, coco, caju, entre outros, mas não buscam/acessam este meio para escoar a produção.

Além das políticas públicas já citadas, também foram apontados o acesso às iniciativas estaduais, como o Projeto São José e Projeto São José Jovem²³, e federais como o Programa

²³ Mais informações sobre o Projeto São José e São José Jovem podem ser encontradas no site oficial da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará < <https://www.sda.ce.gov.br/projeto-sao-jose-iv/>>.

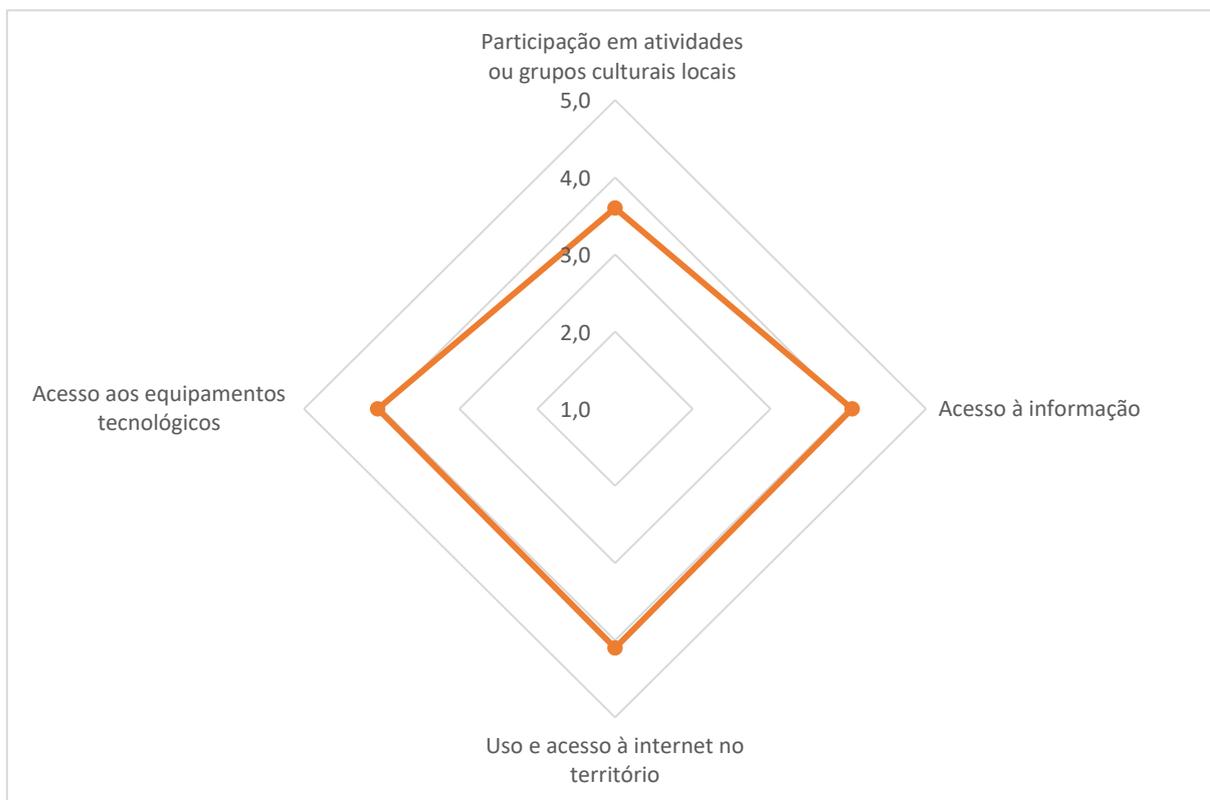
Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa ECOFORTE Banco do Brasil e Seguro Defeso (política pública federal para pescadores).

Quando se discute o acesso às políticas públicas por parte do jovem, 6 dos 20 entrevistados relataram já terem acessado políticas públicas diretamente em seu nome, principalmente o PRONERA (2), ECOFORTE (2), Bolsa família (1) e Agroamigo (1). Um número importante, mas insuficiente, dada a necessidade de garantir que essa parcela da população tenha incentivos para permanecer desenvolvendo suas atividades no campo.

5.5 A DIMENSÃO CULTURAL NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO MACEIÓ

Na dimensão cultural foram agrupadas instâncias relacionadas aos fatores de acesso à cultura, comunicação e informação, tendo quatro (4) indicadores, sendo eles: ‘Participação em atividades ou grupos culturais locais’, ‘Acesso à informação’, ‘Uso e acesso à internet no assentamento’ e ‘Acesso aos equipamentos tecnológicos’. A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento Maceió nesta dimensão segue no Gráfico 23.

Gráfico 23 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão cultura entre jovens que vivem no Assentamento Maceió

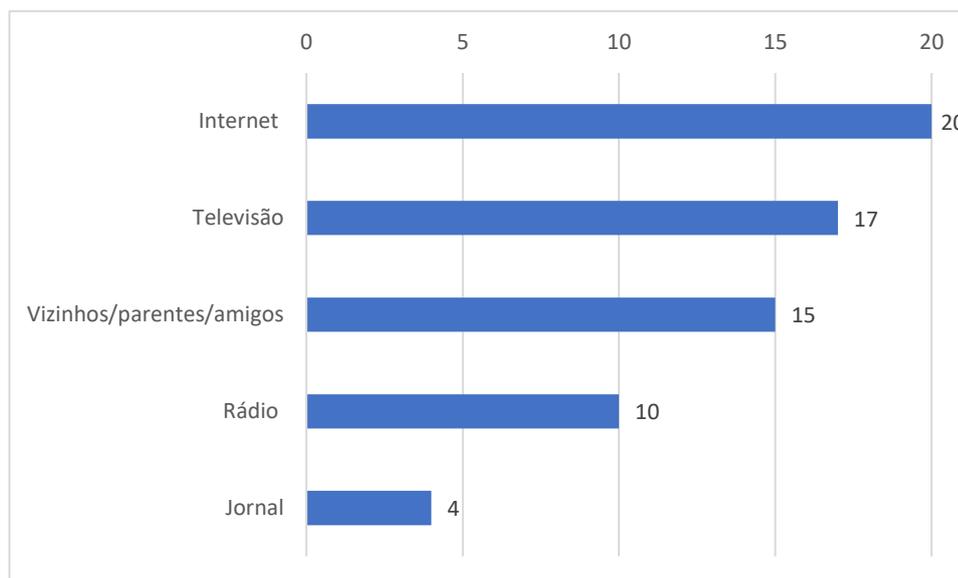


Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Nesta dimensão, os indicadores ‘Acesso à informação’, ‘Uso e acesso à internet no assentamento’ e ‘Acesso aos equipamentos tecnológicos alcançaram o mesmo resultado (4,1). O menor grau de satisfação está no indicador ‘Participação em atividades ou grupos culturais locais’ (3,6).

Em ‘Acesso à informação’, a escala atingiu o grau de ‘Satisfeito’. Na ocasião, também perguntamos aos jovens entrevistados quais os principais meios de acesso à informação para eles e suas famílias. Os resultados estão descritos no Gráfico 24.

Gráfico 24 – Meios de acesso à informação citados pelos jovens do Assentamento Maceió



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Todos os 20 jovens entrevistados afirmaram se informar através da internet. Seguido da televisão (17) e diálogo entre vizinhos/parentes e amigos (15). Por fim, o rádio (10) e o jornal impresso (4). Neste indicador, percebe-se que todos também se informam por pelo menos um dos meios apresentados, o item ‘Nenhuma’ não foi pontuado na parcela analisada.

Em consonância com o debate de importância da inclusão digital para os jovens rurais (SNJ, 2018), o bom resultado nesta parcela dialoga com os indicadores ‘Uso e acesso à internet no assentamento’ e ‘Acesso aos equipamentos tecnológicos’ (4,1) que alcançaram o grau de ‘Satisfeito’, e que também trazem apontamentos importantes.

O acesso à internet com a utilização de banda larga ou similares em casa foi apontado em 16 das residências visitadas, outros 4 jovens destacam que utilizam banda larga ou similares nos vizinhos ou proximidades. Ressalta-se que as demais opções, *não acesso/não possuiu, banda larga ou similares nos vizinhos ou proximidades e apenas internet móvel* também não pontuaram nesta parcela de jovens entrevistados.

Com isso podemos afirmar que, de modo geral, todos os jovens entrevistados relatam possuir acesso à internet banda larga, porém, o resultado relacionado ao uso de internet dos vizinhos ou proximidades pode ter relação com a grande proximidade das casas em muitas áreas do assentamento (que muitas vezes se assemelham a vilas), e abrindo espaço para o compartilhamento da internet entre parentes e amigos.

De todo modo, os resultados foram melhores que os identificados por Monteiro (2018), quando ao indagar sobre o acesso à internet, em especial na vida dos mais jovens no Assentamento Maceió, 9,3% dos assentados entrevistados disseram ter acesso à internet em casa, enquanto 90,7% relataram não possuir.

No indicador de acesso à equipamentos tecnológicos, o celular segue como o principal item citado pelos jovens e foi apontado em todas as 20 entrevistas. O uso de computadores e notebooks vem logo após, relatado por metade da parcela analisada (10). Nenhum outro equipamento tecnológico surgiu nas respostas analisadas.

Em estudo sobre o uso dessas tecnologias digitais no meio rural, Habowski *et al.* (2018) discutem a necessidade de se pensar o uso das tecnologias para além do acesso à informação, mas que possam garantir acesso ao conhecimento popular e impulsionar, através da comunicação, a criação de redes para reivindicar outras necessidades das juventudes rurais.

O menor resultado foi no indicador ‘Participação em atividades ou grupos culturais locais’ (3,6), mas enquadrando-se no grau de ‘Satisfeito’. A presença de atividades culturais, e com destaque, de grupos voltados para essa temática, foi comumente relatada pelos jovens entrevistados no Assentamento Maceió.

Na região analisada, existe o grupo Balanço do Coqueiro, formado por jovens das comunidades Sítio Coqueiro e Barra do Córrego. Em trabalho sobre essa experiência, Tavares (2020) destaca o papel do grupo cultural Balanço do Coqueiro no fortalecimento da identidade dos jovens com o campo, favorecendo o protagonismo das juventudes rurais. A autora acrescenta que a dinâmica em torno dessa ação cultural possibilita a permanência destes atores sociais no campo, ancorada na capacidade de organização coletiva proporcionada pela iniciativa.

Além da citada, na comunidade Apiques também há o Grupo de Teatro Flores da Arte. Outros coletivos e atividades culturais também foram citadas, a exemplo dos festejos religiosos, corais de igreja, torneios de futebol, e o São João, que se apresenta como uma iniciativa que fortalece a cultura juvenil do campo (JARDIM *et al.*, 2019).

Ao serem indagados sobre a sua participação nessas atividades ou coletivos culturais, 12 jovens afirmaram que sim e 8 que não. Com isso, percebe-se que a maioria dos jovens entrevistados se envolvem em alguma medida na dinâmica cultural da própria comunidade.

Conclui-se, portanto, que a existência de grupos culturais organizados no Assentamento Maceió, a forte presença de outras expressões culturais regionais e a participação dos jovens nessas iniciativas, pode estar interferindo positivamente para o alcance da boa satisfação dos jovens nos indicadores analisados dentro da dimensão cultural.

5.6 A DIMENSÃO SOCIAL NAS CONDIÇÕES DE VIDA DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO MACEIÓ

A dimensão social foi subdividida em três instâncias com fatores relacionados com educação no campo e para o campo, identidade e diversidade dos jovens, e, acesso à terra, moradia, mobilidade, saúde, desporto e lazer.

Ao todo foram treze (13) indicadores, sendo eles: a) Presença de escolas na comunidade, b) Acesso ao ensino médio, c) Acesso ao ensino técnico, d) Acesso ao ensino superior, e) Discriminação de gênero na comunidade, f) Discriminação de geração na comunidade, g) Discriminação por orientação sexual na comunidade, h) Discriminação por raça/etnia na comunidade, i) Acesso e disponibilidade de terra para produção, j) Condições de moradia l) Acesso ao transporte e mobilidade rural m) Participação em ações de desporto e lazer na comunidade e n) Acesso aos serviços de saúde no assentamento.

A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento Maceió nesta dimensão, relacionada aos fatores de educação no campo e para o campo estão no Gráfico 25.

Gráfico 25 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento Maceió a partir da instância relacionada a educação no campo ou para o campo



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os maiores graus de satisfação na percepção dos jovens entrevistados estão nos indicadores ‘Presença de escolas na comunidade’ e ‘Acesso ao ensino médio’ (4,1), que obtiveram o mesmo resultado de ‘Satisfeito’. Os piores resultados foram observados nos indicadores ‘Acesso ao ensino técnico’ e ‘Acesso a ensino superior’ (2,7), também com os valores idênticos e enquadrando-se no grau de ‘Mais ou menos quanto a satisfação’, no limite dos valores de ‘Insatisfeito’.

Para a discussão dos resultados, buscamos a trajetória de estudos dos jovens e as instituições de ensino por onde passaram, as quais estão descritas na Tabela 7.

Tabela 7 – Trajetória de instituições de ensino entre os jovens do Assentamento Maceió

MODALIDADE	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MUNICÍPIO	FREQ.	%
Fundamental	Anexo Irmã Beth	Itapipoca	8	40%
	EEB Juvenal Cosmo do Monte	Itapipoca	4	20%
	EEB Dom Paulo Ponte	Itapipoca	9	45%
	EEB Vera Lúcia	Itapipoca	7	35%
	EEB Irani Alves	Itapipoca	2	10%
	EEB João Irineu da Silva	Itapipoca	1	5%
	EEB Maria Madalena da Rocha	Itapipoca	1	5%
	EEB Maria Elisbânia Santos	Amontada	1	5%
	EEB Francisco Estevão	Amontada	1	5%
Médio	EEM Nazaré Flor	Itapipoca	19	95%
Técnico e/ou superior	IFCE Itapipoca	Itapipoca	1	5%
	IFCE Umirim	Umirim	3	15%
Superior	Universidade Aberta do Brasil	Itapipoca	2	10%
	Universidade Estadual do Ceará	Itapipoca	1	5%
	UNIASSELVI	Itapipoca	1	5%
	Anhanguera	Itapipoca	1	5%
	UFSCAR	São Paulo	1	5%
	Instituto Educando	Itapipoca	2	10%
	IESP	São Paulo	1	5%
	FAVENI	Itapipoca	1	5%
	APRIMUS	Itapipoca	1	5%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Acesso e permanência na escola é uma pauta importante para a juventude rural (SNJ, 2018). No Assentamento Maceió, as instituições de ensino fundamental têm forte presença, e entre as listadas pelos jovens estão o Anexo Irmã Beth (8), EEB Juvenal Cosmo do Monte (4), EEB Dom Paulo Ponte (9), EEB Vera Lúcia (7) e EEB Irani Alves (2). Esse é um importante avanço para o Assentamento, que consegue ter nas suas proximidades as modalidades de educação básica (infantil e fundamental) sem a necessidade de se deslocar para a sede do município.

Outro importante avanço foi a Escola de Ensino Médio Nazaré Flor, destino de 19 dos 20 jovens entrevistados. A instituição, além de garantir o acesso ao ensino médio dentro do próprio Assentamento, também se configura como uma importante experiência no Ceará (ALENCAR, 2018). A instituição é mantida pelo Governo do Ceará em parceria com o MST, sendo reconhecida a nível estadual como uma escola do campo e possuindo um currículo interdisciplinar que abrange, além das disciplinas básicas, conteúdos sobre a realidade do campo voltada para a agroecologia e a agricultura familiar.

Percebe-se, portanto, que o Assentamento Maceió dispõe em sua área territorial, de opções para ensino fundamental e médio, e estas são o destino da maioria dos jovens que vivem no local. Desta forma, evidenciando a relação deste contexto com o alcance em grau ‘Satisfeito’ nos indicadores ‘Presença de escolas na comunidade’ e ‘Acesso ao ensino médio’.

De forma diferente acontece nos indicadores ‘Acesso ao ensino técnico’ e ‘Acesso a ensino superior’ que obtiveram uma escala de ‘Mais ou menos quanto a satisfação’. Entre os números relacionados a estas variáveis, somente três jovens relataram acessar o ensino técnico, sendo dois em outro município. Além disso, do total de 20 jovens entrevistados, 8 acessaram ou estão acessando o ensino superior.

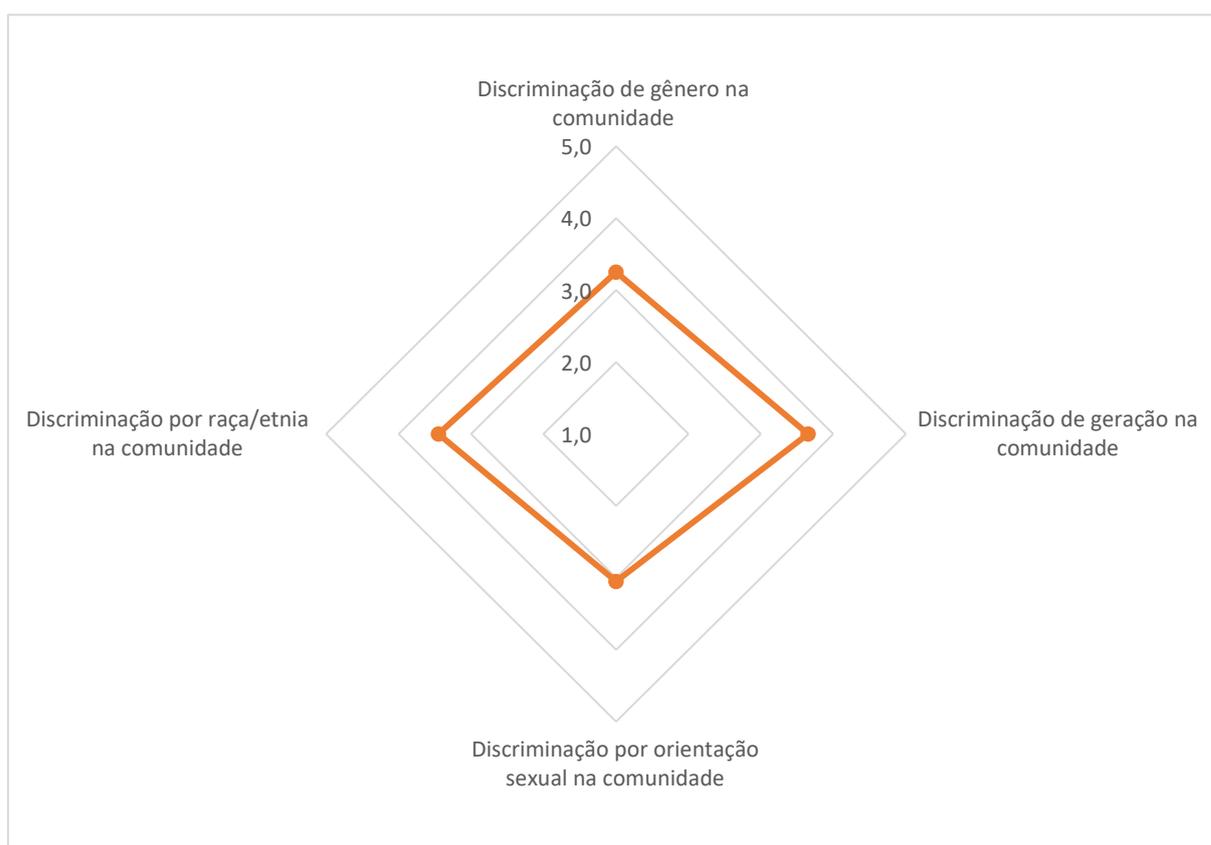
A Universidade Estadual do Ceará (UECE) – que possui campus na sede de Itapipoca – só foi citada uma vez. O principal destino tem sido universidades particulares, algumas inclusive que levam as aulas para espaços coletivos dentro do próprio Assentamento, mas que se constituem na modalidade ensino à distância (EAD).

A distância das comunidades com os campi de ensino técnico e superior públicos, que estão na sede do município, pode ser um fator determinante para a baixa frequência verificada. Como já relatado na metodologia, o assentamento fica a cerca de 60 km da sede urbana, e estes são fatores que também podem ter influenciado no grau de satisfação dos jovens.

Quando o acesso ao ensino superior não é alcançado, outras contradições podem se mostrar. Castro (2009) ao citar Castro (2005), menciona que a maioria dos jovens em seu estudo afirmaram querer estudar em uma universidade. A autora relembra, porém, que a tendência para os jovens rurais é de se envolver em ‘condições precárias’ de trabalho, uma realidade que perpassa não somente a juventude rural, mas a urbana – independente de gênero ou do contexto atual de moradia.

A segunda subdivisão na dimensão social está relacionada com os fatores de identidade e diversidade dos jovens e a síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento Maceió está no Gráfico 26.

Gráfico 26 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento Maceió a partir da instância relacionada a identidade e diversidade dos jovens



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Nesta dimensão, os graus de satisfação nos indicadores ‘Discriminação de geração na comunidade’ (3,7) e ‘Discriminação por raça/etnia na comunidade’ (3,5) atingiram a escala de ‘Satisfeito’. Ao passo que, os indicadores ‘Discriminação de gênero na comunidade’ (3,3), e ‘Discriminação por orientação sexual na comunidade’ (3,1), tiveram escala ‘Mais ou menos

quanto à satisfação'. Os resultados mostram que os jovens percebem que ocorre um maior respeito quanto à geração e raça/etnia em suas comunidades, ao passo que consideram necessário avançarem relação ao respeito ao gênero e orientação sexual no Assentamento Maceió.

Novamente, trazemos para consideração as informações já relatadas na metodologia deste estudo, onde foram entrevistados jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, sendo uma quantidade de 20 jovens distribuída igualmente entre homens e mulheres.

Na Tabela 8 estão as informações autodeclaradas sobre raça e etnia entre os entrevistados do Assentamento Maceió. As opções foram baseadas em IBGE (2010).

Tabela 8 – Raça e etnia autodeclarada dos jovens entrevistados no Assentamento Maceió

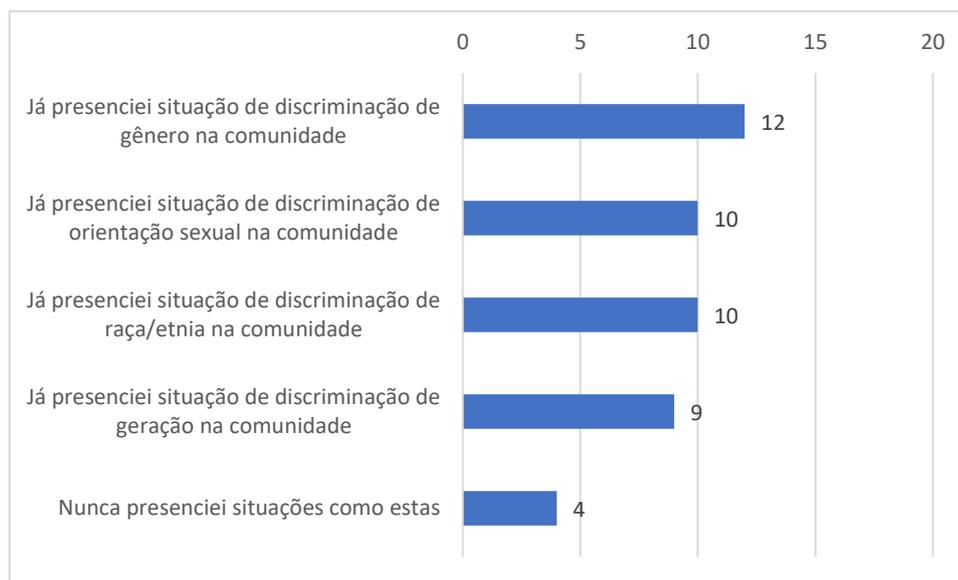
Raça e etnia (<i>Assentamento Maceió</i>)	Frequência (%)	
Branco	1	5
Preto	5	25
Pardo	14	70

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Entre os jovens entrevistados no Assentamento Maceió, a maioria se autodeclarou pardo (70%), seguido de pretos (25%) e brancos (5%). Nenhum se autodeclarou amarelo ou indígena, mas destaca-se a predominância de pretos e pardos, que representam 95% dos entrevistados.

Outra pergunta relacionada, está no fato dos entrevistadores terem presenciado em algum momento situações de discriminação (de gênero, geração, orientação sexual, raça e etnia) na comunidade. Os resultados estão no Gráfico 27.

Gráfico 27 – Jovens que presenciaram situações de discriminação no Assentamento Maceió

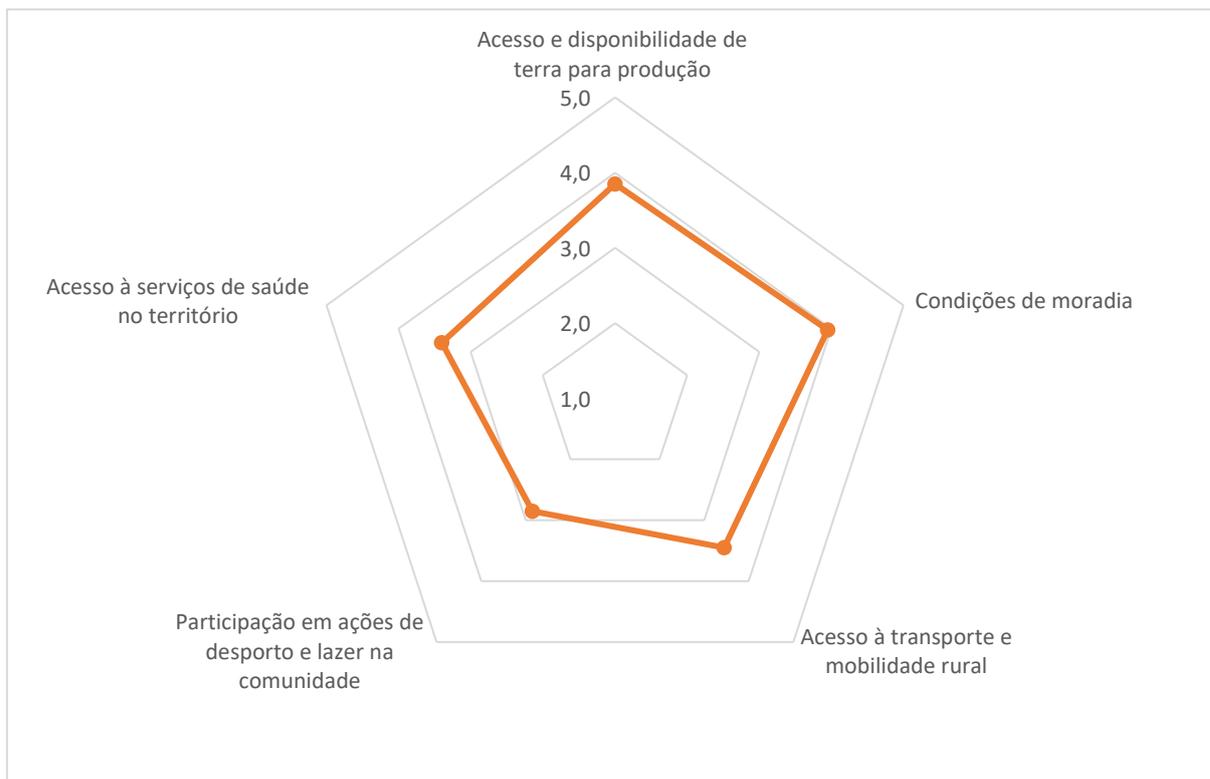


Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Entre os entrevistados, 16 jovens relataram já terem presenciado algum tipo de situação de discriminação listada, apenas 4 jovens afirmaram nunca ter presenciado. A maior frequência foi na discriminação de gênero (12), seguido de raça/etnia e orientação sexual empatadas (10), enquanto a menor frequência está em discriminação de geração na comunidade. Os resultados da pergunta, somados aos graus de satisfação, dialogam entre si. As melhores escalas de satisfação estão nas relacionadas a geração e raça/etnia, enquanto as piores escalas de satisfação estão em gênero e orientação sexual.

Por fim, a última instância analisada está relacionada aos fatores de acesso à terra, moradia, mobilidade, saúde, desporto e lazer. A síntese do grau de satisfação dos jovens do Assentamento Maceió está presente no Gráfico 28.

Gráfico 28 – Grau de satisfação em indicadores da dimensão social entre jovens que vivem no Assentamento Maceió a partir da instância relacionada ao acesso à terra, moradia, mobilidade, saúde, desporto e lazer

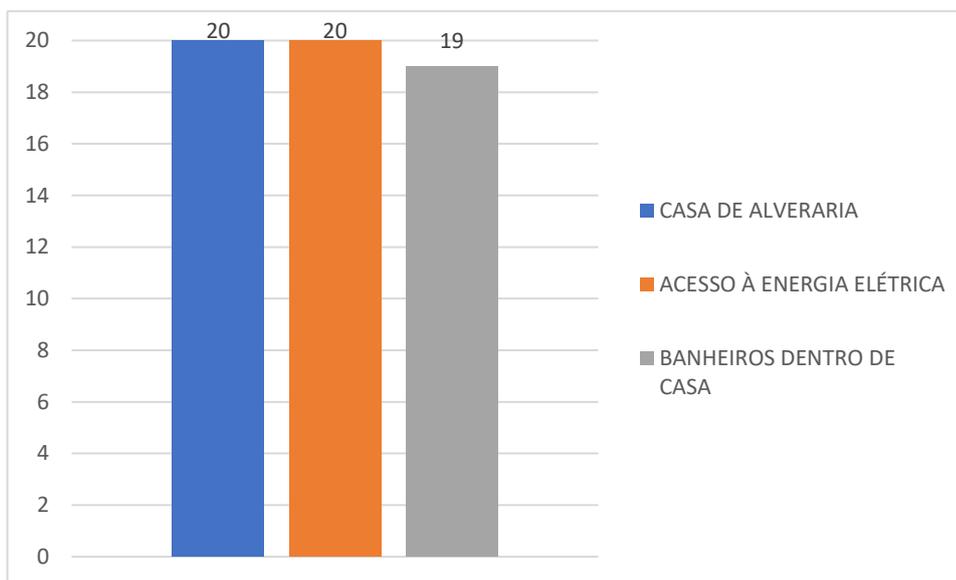


Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Nessa dimensão, os maiores graus de satisfação estão nos indicadores ‘Condições de moradia’ (4) e ‘Acesso e disponibilidade de terra para produção’ (3,9) e ‘Acesso à transporte e mobilidade rural’ (3,5), com índices de ‘Satisfeito’. Em consequente, está o indicador ‘Acesso à serviços de saúde no assentamento’ (3,4), e com o pior resultado entre os indicadores, a ‘Participação em ações de desporto e lazer na comunidade’ (2,9), ambos com grau ‘Mais ou menos quanto a satisfação’.

Para entendermos a realidade dos jovens, os entrevistados foram perguntados sobre as condições da sua moradia e quais dos bens listados eles possuem. Os dados estão presentes nos Gráficos 29 e 30.

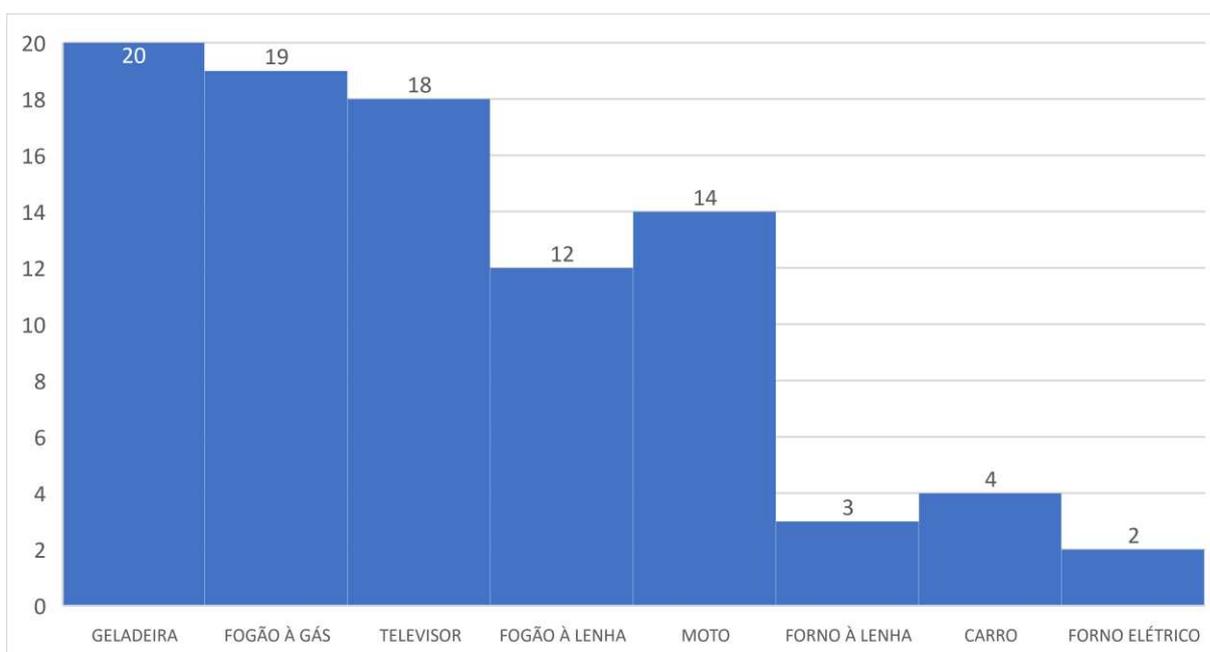
Gráfico 29 – Condições relacionadas à moradia para os jovens do Assentamento Maceió



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Todos os 20 jovens entrevistados nessa parcela vivem em casas de alvenaria com energia elétrica disponível, não foram citadas moradias mistas (com parte da construção em alvenaria e outra em madeira) ou de madeira. Os banheiros estão dentro da casa de 19 entrevistados.

Gráfico 30 – Acesso aos bens de moradia dos jovens do Assentamento Maceió



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em relação aos bens essenciais, a geladeira está presente em todas as residências (20), seguidos do fogão a gás (19), e televisor (18). O fogão a lenha e o forno a lenha foram relatados por 12 e 3 entrevistados, respectivamente. Em seguida, a presença do forno elétrico (2). A utilização de estruturas a lenha ainda é comum na região e muitas propriedades a possuem mesmo já possuindo fogão a gás, conforme identificado em discussões anteriores neste capítulo.

O meio de transporte mais comum é a moto, relatado por 14 entrevistados, e o carro aparece em apenas 4 entrevistas. A moto é o principal meio de transporte pelo seu menor custo com combustíveis, ponto importante para as famílias da região que possuem renda média de até dois salários mínimos.

Ademais, os jovens no Assentamento Maceió relatam dispor de boas condições de moradia e acesso aos principais bens listados, desta forma favorecendo a percepção de ‘Satisfeito’ obtida neste indicador.

Em ‘Acesso e disponibilidade de terra para produção’, observou-se a partir da resposta dos entrevistados²⁴ que o tamanho médio de terra disponível para produção em suas propriedades é de 3,1ha. A variação é de 0,5 ha até 8 ha, e, apesar dos jovens relatarem satisfação com o tamanho da área que dispõem e influenciando positivamente no indicador²⁵, foi perceptível que parte dos jovens não tinham conhecimento de sua área, que por se apresentarem pequenas²⁶, pode ser considerado um fator limitante para a reprodução social dessa categoria na região.

Não é possível apontar boas perspectivas no melhor acesso à terra para a categoria. Relatos presentes no Diagnóstico da Juventude Rural (2018) confirmam que os critérios estabelecidos por políticas públicas federais desfavorecem essa parcela da população ao priorizarem para a distribuição de terras, tais como

“(…) características da família (tamanho e força de trabalho) do candidato, em geral, sempre menor para os mais jovens; tempo de residência no imóvel, em geral, menor para os jovens; e faixas etárias maiores com maior pontuação do que as faixas etárias de jovens (15 a 29 anos), sendo essa inadequação uma das principais críticas feitas pelos movimentos de jovens rurais.” (SNJ, 2018, p. 37-38).

²⁴ Entre aqueles que responderam à pergunta sobre tamanho da terra disponível para produção.

²⁵ É importante ressaltar que este resultado pode estar sendo influenciado pelo baixo envolvimento dos jovens no trabalho na propriedade, impactando assim no seu conhecimento sobre a terra disponível.

²⁶ Segundo dados do INCRA, o módulo fiscal no município de Itapipoca é de 50 ha.

Outro fator relevante, segundo relatos de alguns entrevistados, é que durante o processo de assentamento das famílias já existiam outras vivendo na região e que continuaram no local, além disso, o número de famílias agregadas cresceu com o passar do tempo e passaram a ocupar cada vez mais as parcelas de terras disponíveis. Atualmente, o Assentamento Maceió²⁷ é o maior em termos de população no município de Itapipoca.

O indicador ‘Acesso à transporte e mobilidade rural’ (3,5) também apresentou grau ‘Satisfeito’ na percepção dos jovens entrevistados. Quando perguntados sobre por quais meios de transporte utilizam para se deslocar até o centro urbano, o ‘*carro de feira*’ é o mais citado, utilizado por 15 jovens entrevistados. A moto é utilizada por 14 jovens, seguido de carro (4) e transporte de terceiros (1).

A satisfação dos jovens neste indicador pode estar relacionada a disponibilidade dos carros de feiras, como são comumente conhecidos os transportes que levam as pessoas com rotas e horários pré-definidos. Apesar de problemas relacionados com a segurança, o meio de transporte é visto como um serviço e é muito utilizado para o deslocamento do Assentamento para a cidade. A moto também é muito utilizada pelas jovens pesquisados na região.

Em relação ao indicador ‘Acesso à serviços de saúde no assentamento’ (3,4), o mesmo obteve grau ‘Mais ou menos quanto a satisfação’, mas está no limite para alcançar o grau de ‘Satisfeito’. A localidade dispõe de duas Unidades Básicas de Saúde, os postos do Jacaré e do Maceió, responsáveis por atender toda a população do assentamento. Este último, no entanto, foi aberto recentemente pela Prefeitura Municipal.

A presença dessas unidades, dentro do Assentamento, foi importante no fortalecimento da atenção primária em saúde, garantindo um melhor acompanhamento, vacinação e outros serviços que impactam positivamente no futuro da população do Assentamento Maceió. Contudo, para urgências ou serviços de saúde mais complexos, foi relatada a necessidade de se deslocar para a sede de Itapipoca, sendo a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Hospital São Camilo, os principais equipamentos buscados.

A relação positiva com a atenção básica em saúde somada as dificuldades impostas para o acesso a atenção secundária podem ter sido fatores que influenciaram no resultado da

²⁷ Existem 12 assentamentos no município de Itapipoca, sendo eles: Maceió, Tabocas/Laginhas, Fazenda Macaco, Mulungu, Croatá/Ramada, Rajada, Escalvado, Córrego dos Cajueiros, Lagoa da Cruz, Croatá/Ramada II, Lagoa de Dentro e Córrego dos Tanques.

percepção de satisfação dos jovens entrevistados. Ao discutir a dimensão social da sustentabilidade, Freitas (2011) reforça que a universalização dos serviços de saúde em áreas rurais é fator preponderante para a discussão do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Por fim, o indicador ‘Participação em ações de desporto e lazer na comunidade’ (2,9), obteve grau ‘Mais ou menos quanto a satisfação’. As praias e lagoas, e os campinhos de várzea para a prática de futebol, foram os meios de esporte e lazer mais citados pelos jovens, mas também foram citadas as quadras das escolas do assentamento, praças e bares. Grande parte destas respostas também foram encontradas no estudo de Monteiro (2018).

Ainda assim, a percepção dos jovens quanto a esse indicador não alcança a escala de ‘Satisfeito’, atribuindo-se a vontade dos jovens em ter mais diversificação e opções para esportes e diversão em suas comunidades.

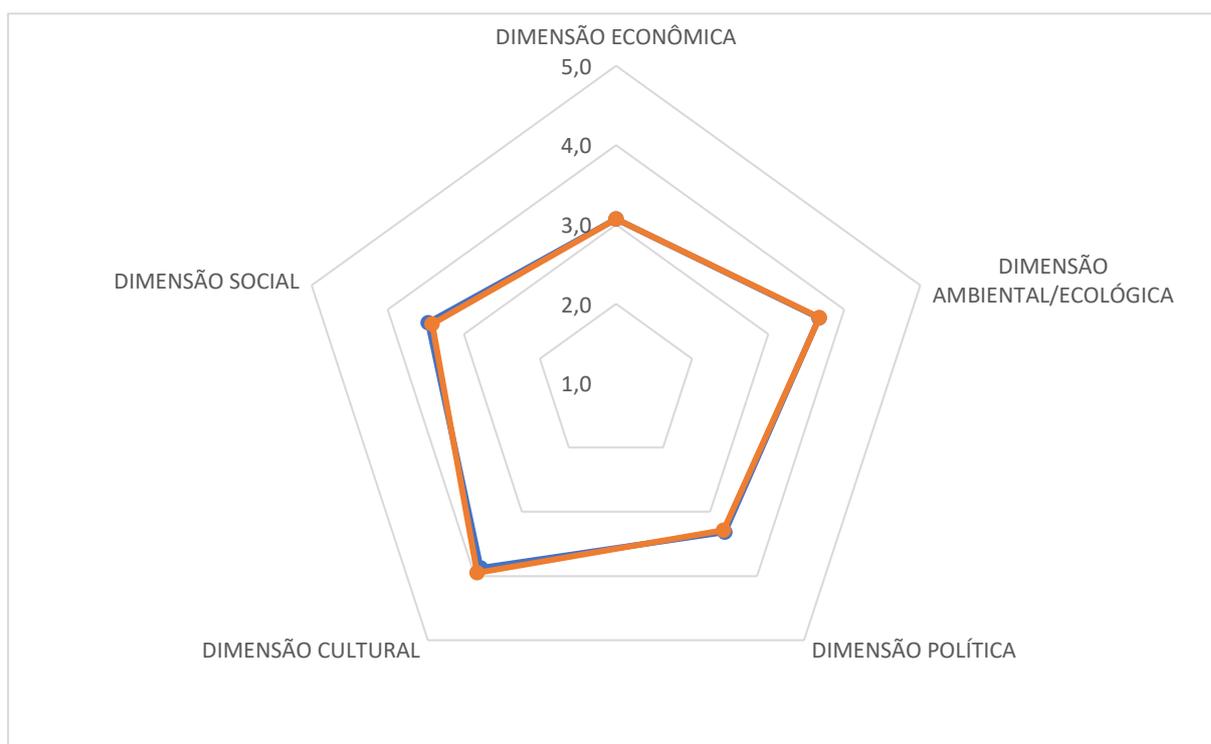
Para Bellen (2006), o bem-estar é parte integrante do alcance da sustentabilidade social. Neste estudo, o desporto e lazer se colocam dentro da visão da autora como atividades que promovem a melhoria das condições de vida dos jovens rurais, devendo ser observada com atenção na busca de estratégias que garantam um melhor acesso destas práticas nos assentamentos analisados.

6 LIMITES E POTENCIALIDADES NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS JOVENS DOS ASSENTAMENTOS MACEIÓ/CE E 8 DE JUNHO/PR

Neste capítulo abordaremos as limitações e potencialidades dos Assentamentos 8 de Junho e Maceió, analisando como estas afetam nas condições de vida e reprodução social dos jovens assentados. As discussões buscam o alcance do terceiro objetivo específico proposto na pesquisa.

Com base nos dados obtidos quanto os graus de satisfação dos jovens em ambos os assentamentos (considerando a sua percepção), foram aglutinados as instâncias e os indicadores em suas respectivas dimensões e calculadas suas médias, conforme Gráfico 32.

Gráfico 31 – Síntese das Dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da percepção dos jovens dos Assentamentos 8 de Junho/PR e Maceió/CE



Fonte: Dados da pesquisa

O resultado mostrou que foram identificados resultados semelhantes quanto a satisfação em relação a todas as dimensões do DRS entre as duas parcelas analisadas, sendo iguais nas dimensões econômica (3,1), ambiental/ecológica (3,7) e política (3,3). As demais dimensões apresentam pequenas variações, em que na dimensão cultural os assentamentos 8 de Junho e

Maceió alcançam grau ‘Satisfeito’ com 3,9 e 4,0, respectivamente, e na dimensão social o Assentamento 8 de Junho alcança grau de ‘Satisfeito’ (3,5) enquanto o Assentamento Maceió atinge ‘Mais ou menos quanto à satisfação’ (3,4).

Entende-se, portanto, que apesar de estarem localizados em regiões e unidades da federação distintas, considerando as dimensões do DRS, a satisfação com as condições de vida é semelhante. De outro modo, a observância das potencialidades e limitações em ambos os espaços foi identificada a partir da discussão dos resultados isolados de cada um dos indicadores, através da comparação das condições de vida dos jovens em ambos os assentamentos, também obtidos a partir das suas percepções, conforme pode ser observado no Quadro 6.

Quadro 6 – Síntese dos resultados quanto a percepção dos jovens nos Assentamentos 8 de Junho/PR e Maceió/CE, considerando as dimensões, instâncias e indicadores propostos para a análise das condições de vida

DIMENSÕES	INSTÂNCIAS	INDICADORES	ASS. 8 DE JUNHO	ASS. MACEIÓ
<i>Econômica</i>	Trabalho e renda	1. Nível de renda familiar	3,7	3,5
		2. Nível de renda individual	2,7	3,0
		3. Acesso à emprego dentro da comunidade	2,5	2,2
		4. Acesso à emprego fora da comunidade	3,0	2,8
		5. Presença de pluriatividade no núcleo familiar	3,6	4,0
<i>Ambiental/ Ecológica</i>	Preservação e manutenção do meio ambiente local	6. Desmatamento na propriedade	4,2	3,5
		7. Utilização de práticas conservacionistas na propriedade	3,7	3,8
		8. Acesso à alimentos sem agrotóxicos ou orgânicos	3,9	3,9
		9. Uso de agrotóxicos pela família na propriedade	3,6	3,8
		10. Acesso às tecnologias sociais	2,9	3,0
		11. Acesso à saneamento básico	3,0	3,5

		12. Disponibilidade de água para consumo na propriedade	4,5	4,2
		13. Disponibilidade de água para produção na propriedade	4,2	4,2
		14. Diversificação da produção na unidade familiar	3,8	3,7
		15. Envolvimento do jovem no trabalho agrícola familiar	3,1	3,4
<i>Política</i>	Acesso, participação e representação política	16. Engajamento dos jovens em associações comunitárias	3,1	3,3
		17. Participação em sindicatos, movimentos sociais e políticos em geral	3,5	3,2
		18. Envolvimento em cooperativas de produção ou similares	3,1	3,3
		19. Participação em grupos religiosos locais	3,5	3,5
		20. Acesso às políticas públicas no núcleo familiar	3,5	3,0
		21. Acesso às políticas públicas por parte do jovem	3,0	3,0
		22. Participação nas decisões da gestão do agroecossistema	3,7	3,9
<i>Cultural</i>	Acesso à cultura, comunicação e informação	23. Participação em atividades ou grupos culturais locais	3,0	3,6
		24. Acesso à informação	4,3	4,1
		25. Uso e acesso à internet no assentamento	4,2	4,1
		26. Acesso aos equipamentos tecnológicos	4,1	4,1
<i>Social</i>	Acesso à educação no campo ou para o campo	27. Presença de escolas na comunidade	2,0	4,1
		28. Acesso ao ensino médio	3,8	4,1
		29. Acesso ao ensino técnico	3,6	2,7
		30. Acesso ao ensino superior	4,3	2,7

	Identidade e diversidades dos jovens	31. Discriminação de gênero na comunidade	3,8	3,3
		32. Discriminação de geração na comunidade	3,8	3,7
		33. Discriminação por orientação sexual na comunidade	3,5	3,1
		34. Discriminação por raça/etnia na comunidade	3,6	3,5
	Acesso à terra, moradia, mobilidade, saúde, desporto e lazer	35. Acesso e disponibilidade de terra para produção	3,8	3,9
		36. Condições de moradia	3,9	4,0
		37. Acesso à transporte e mobilidade rural	2,8	3,5
		38. Participação em ações de desporto e lazer na comunidade	3,2	2,9
		39. Acesso à serviços de saúde no assentamento	3,1	3,4

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Considerando a dimensão econômica, a presença de pluriatividade nos núcleos familiares, relatada pelos jovens entrevistados, foi bem superior no Assentamento Maceió (70%) em relação ao Assentamento 8 de Junho (55%). O resultado pode configurar uma potencialidade para o Assentamento Maceió, uma vez que os dados apontam que os núcleos familiares têm recorrido a esta estratégia visando incremento da renda familiar e/ou individual.

Em relação ao nível de renda familiar, foi observada uma maior média mensal entre as famílias do Assentamento 8 de Junho (cinco salários mínimos), enquanto no Assentamento Maceió se alcançou uma média bruta de aproximadamente dois salários mínimos. O mesmo ocorreu em relação ao nível de renda individual dos jovens, onde a média no Assentamento 8 de Junho foi de R\$ 1.766,00 reais, ao passo que no Assentamento Maceió os jovens obtêm uma renda média de R\$ 1.074,00 reais.

Os resultados apontam para uma limitação no que tange ao aumento da renda nas famílias do assentamento cearense, mesmo em uma condição em que a pluriatividade está mais presente e é vista como fator importante para a reprodução social da agricultura familiar (COSTA, 2001; SILVA, 2015; PEREIRA, 2019). Um dos fatores que podem justificar essa situação pode estar relacionado aos limites de obtenção de renda através do trabalho agrícola,

condicionada às pequenas parcelas de terra e maiores dificuldades no acesso e diversificação de canais de comercialização.

Considerando os indicadores de acesso ao emprego dentro e fora da comunidade, o primeiro aparenta ser uma potencialidade para o Assentamento Maceió, onde foram observadas uma maior frequência de jovens trabalhando em atividades não-agrícolas assalariadas dentro do território. Os resultados para emprego fora da comunidade apresentaram resultados semelhantes em ambos os assentamentos.

O acesso ao trabalho para a juventude rural representa um desafio, ao passo que se coloca como elemento central para se garantir os processos de reprodução social no território, e, conseqüentemente, na construção do Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo elemento de discussão em diversos estudos relacionados (PLOEG, 2008; SNJ, 2018; MARTINS, 2021). Apesar da importância, foi identificada neste estudo uma baixa quantidade de horas dedicadas ao trabalho agrícola familiar, relatados por jovens de ambos os assentamentos.

Quanto a dimensão ambiental/ecológica, identificou-se como uma potencialidade do Assentamento Maceió o baixo índice de uso de agrotóxicos relatados pelos entrevistados. A efetivação desta prática reverbera em uma melhor qualidade de vida, impactando positivamente na saúde, nas condições dos solos do agroecossistema e na autonomia dos núcleos familiares onde os jovens estão inseridos.

A diversificação da produção na unidade familiar, com ênfase no beneficiamento de produtos, pode ser outra potencialidade no Assentamento Maceió. Em uma das comunidades analisadas já existe uma fábrica de beneficiamento do coco, e o beneficiamento da mandioca foi visto em um número considerável de residências visitadas. No Assentamento 8 de Junho não foram observadas estruturas semelhantes, com exceção da indústria de beneficiamento do leite, que se encontra com as obras paralisadas.

Em relação ao acesso ao saneamento básico, também desponta como uma potencialidade a presença de coleta de lixo no Assentamento Maceió, que interfere positivamente na questão ambiental, com a redução da queima dos resíduos sólidos. Aspectos relacionados ao acesso à água e esgoto são semelhantes em ambas as parcelas.

O desmatamento na propriedade se apresenta como uma limitação em ambos os assentamentos, reforçando a perspectiva de risco para a sustentabilidade de ambos os locais

(TOLETO e ZANIN, 2020). No Assentamento Maceió, o uso indiscriminado de madeira oriunda das reservas de espécies nativas nas propriedades, sem preocupação com reflorestamento, pode estar acelerando a degradação ambiental nas propriedades dos jovens entrevistados. Por outro lado, no Assentamento 8 de Junho, a predominância do plantio de eucalipto pode vir a reduzir a disponibilidade de água para a população no futuro.

Na dimensão política, os jovens do Assentamento Maceió se destacam quanto a participação nas decisões de gestão do agroecossistema, em que 18 dos 20 entrevistados apontaram interesse. O resultado é semelhante no Assentamento 8 de Junho, onde 17 dos 20 jovens entrevistados afirmaram possuir interesse em participar das tomadas de decisão da propriedade. Essa perspectiva mostra uma potencialidade nos dois assentamentos, onde os jovens predominantemente tem interesse em participar das dinâmicas do seu agroecossistema.

Quanto a participação dos jovens em organizações sociais, 18 dos 20 entrevistados no Assentamento 8 de Junho e todos os 20 entrevistados do Assentamento Maceió consideram importante que jovens participem de organizações sociais. Contudo, quando questionados sobre se participam de organizações sociais os resultados se distanciam, onde, entre os jovens do Assentamento 8 de Junho apenas 10 participam enquanto no Assentamento Maceió, 18 dos 20 entrevistados relatam participar de alguma organização/grupo/coletivo. Desta forma, ao passo que a organização social representa uma potencialidade para os jovens do Assentamento Maceió, se coloca como uma limitação no contexto do Assentamento 8 de Junho.

A participação e envolvimento político da juventude rural em atividades e grupos culturais já tem sido identificada como um processo importante para os debates sobre a categoria no Brasil (SNJ, 2018). Neste sentido, os dois contextos se caracterizam como uma potencialidade que pode ser determinante para a continuidade dos processos de reprodução social e permanência no campo neste assentamento.

Em relação a dimensão cultural, a universalização do acesso à internet entre as parcelas analisadas em ambos os assentamentos configura uma importante potencialidade que impacta diretamente no cotidiano dos núcleos familiares e na sua relação com o acesso à informação.

A participação em grupos ou atividades culturais se apresenta como uma potencialidade no Assentamento Maceió, onde 12 dos 20 entrevistados afirmaram participar de alguma dessas iniciativas. Para além disso, a discussão dos resultados demonstra que a cultura tem sido um aspecto determinante para o fortalecimento da identidade dos jovens rurais na região. No caso

dos jovens do Assentamento 8 de Junho, 9 dos 20 entrevistados (menos que a metade) relataram que participam. Esse contexto, somado a uma perspectiva de ausência de grupos culturais organizados na região, pode representar uma limitação para os jovens.

Quanto a dimensão social, quando se trata da temática educação, as potencialidades e limitações são inversamente diferentes se compararmos o Assentamento Maceió e o Assentamento 8 de Junho. Enquanto a presença de escolas de ensino fundamental e ensino médio (Escola do Campo Nazaré Flor) dentro do Assentamento Maceió representam uma potencialidade para os jovens da região, no Assentamento 8 de Junho essa relação positiva é observada em relação ao acesso ao ensino superior dentro do assentamento com a presença da UFFS, reforçando a importância da modalidade de ensino para a juventude rural (Melo *et al.* 2019)

No Assentamento 8 de Junho é observada a limitação em relação a ausência de escolas de ensino básico/fundamental, levando as crianças e jovens para um contexto urbano, longe da sua realidade e especificidades do campo, fatores importantes para a reprodução social dessa categoria. Troian e Breitenbach (2020) já relataram em seus estudos que a busca por escolarização e maior integração do campo com a cidade estão entre os fatores condicionantes para a saída do jovem do campo, e, portanto, representa um alerta no contexto deste assentamento.

O acesso aos serviços de saúde no território do Assentamento Maceió se caracteriza como uma potencialidade, com a presença de duas Unidades Básicas de Saúde dentro da sua delimitação territorial. Por outro lado, a ausência de infraestruturas de saúde, em especial a atenção primária, pode ser apontada como uma limitação para os jovens do Assentamento 8 de Junho.

Diante do contexto apresentado, em que ambos os Assentamentos obtiveram semelhanças quanto ao resultado de satisfação a partir da percepção dos jovens entrevistados, percebeu-se que o Assentamento Maceió apresentou um maior número de potencialidades frente a realidade do Assentamento 8 de Junho. Com isso, a continuidade da reprodução social dos jovens, considerando os indicadores propostos que favorecem o Desenvolvimento Rural Sustentável, tem mais perspectiva de avanço no primeiro assentamento, superando assim as limitações e contextos adversos para a juventude rural na região.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo buscou-se analisar as condições de vida de jovens que vivem em assentamentos de reforma agrária nos estados do Paraná e do Ceará, considerando dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável. A ideia foi responder a pergunta-problema da pesquisa: Como se caracterizam as condições de vida da juventude rural, considerando fatores relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável, com base na realidade daqueles que vivem em assentamentos de Reforma Agrária localizados nos Estados do Ceará e do Paraná?

Visando responder a pergunta-problema, foram escolhidos dois assentamentos – um em cada estado –, sendo selecionados os Assentamentos 8 de Junho e Maceió, situados nos municípios de Laranjeiras do Sul/PR e Itapipoca/CE, respectivamente. Nestes, 40 jovens com idade entre 18 e 29 anos e distribuídos igualmente quanto ao gênero foram mobilizados e entrevistados, respondendo dois instrumentais com perguntas objetivas e afirmações quanto a percepção pessoal dos indivíduos em aspectos das dimensões econômica, ambiental/ecológica, política, cultural e social.

O objetivo principal do estudo foi identificar e analisar indicadores que caracterizam as condições de vida da juventude rural que vive em assentamentos de reforma agrária nos estados do Paraná e do Ceará, observando aspectos econômicos, ambientais, culturais, políticas e sociais do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para tanto, foram elencados três objetivos específicos, que buscaram: a) Identificar, teoricamente, aspectos econômicos, ambientais, culturais, políticos e sociais, que influenciam nas condições de vida da juventude rural, sob a perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável; b) Verificar e comparar sob os mesmos aspectos, as condições de vida da juventude rural nos dois assentamentos analisados, considerando os diferentes Estados e Regiões em que estão inseridos; e c) Analisar as potencialidades e limitações das condições de vida da juventude pesquisada, no contexto das dimensões do Desenvolvimento Rural Sustentável, com vistas à reprodução social deste grupo no meio rural.

Considerando o alcance do primeiro objetivo específico, a construção da revisão bibliográfica nos ajudou a compreender o surgimento do conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável e entendendo o jovem rural como um dos atores sociais dos processos de desenvolvimento na sociedade. Buscou-se debater as dinâmicas que ocorrem nos assentamentos

em interface com as questões que envolvem a juventude rural no Brasil, em que o debate da sucessão rural e da reprodução social seguem como assuntos emergentes. Definimos o conceito de juventude rural, resgatando elementos históricos fundantes para o surgimento dessa categoria social, sem esquecer de suas diferentes abordagens. Por fim, apontamos para a construção de indicadores de Desenvolvimento Rural Sustentável que pudessem sintetizar os principais aspectos relacionados às condições de vida dos jovens rurais.

Em relação ao segundo e terceiro objetivos específicos, foram sistematizados os dados obtidos a partir das respostas às entrevistas realizadas com 40 jovens, a partir de dois instrumentais aplicados. Os resultados mostraram, em geral, graus satisfatórios de percepção dos jovens entrevistados na maioria dos indicadores nas dimensões analisadas. O Assentamento Maceió apresentou mais potencialidades em relação ao Assentamento 8 de Junho, enquanto este último mostrou mais limitações nos aspectos analisados.

Também foi possível observar no decorrer das entrevistas, que a maioria dos jovens deseja participar da dinâmica das suas propriedades/agroecossistemas/assentamentos, mas estão atentos às suas necessidades, tendo preocupação no acesso aos direitos básicos como educação, saúde, trabalho e renda, fatores que, neste estudo, consideramos determinantes para a promoção do DRS.

Na totalidade das 5 dimensões, 7 instâncias e 39 indicadores analisados, existiram assuntos desafiadores a serem discutidos e outros que precisam ser explorados em estudos futuros. Por exemplo, foram identificadas dificuldades na discussão sobre os indicadores relacionados a discriminação de gênero, orientação sexual, geração e raça/etnia, devido à ausência de dados. Outras limitações estão no debate sobre questões de gênero, muito presentes nos estudos sobre juventude rural, que não puderam ser estratificados nesta pesquisa, além dos limites da escala Likert, onde o grau ‘Mais ou menos quanto a satisfação’ muitas vezes expressou uma indecisão por parte do jovem quanto a resposta a ser dada.

A execução desta pesquisa em diferentes estados e assentamentos, especialmente distantes e com características próprias, se colocou como um elemento complexo para o pesquisador. Da mesma forma, o processo de convencimento e sensibilização junto aos jovens assentados para que pudessem falar de tantos aspectos das suas vidas e de seus núcleos familiares, igualmente colocou-se como um desafio.

De todo modo, os indicadores propostos neste estudo tiveram como base um amplo aprofundamento nas questões que mais afetam as condições de vida da juventude rural no Brasil, podendo compor um painel de indicadores de condições de vida para esta categoria, não apenas no contexto dos assentamentos, mas nos mais diversos contextos em que vive essa parcela da população. O poder público dos municípios de Laranjeiras do Sul/PR e Itapipoca/CE também pode utilizar os resultados desta pesquisa para subsidiar políticas públicas voltadas para os jovens de ambos os assentamentos, visando a mitigação de diversas problemáticas locais evidenciadas na discussão dos resultados apresentados.

Ademais, o estudo não pretendeu sanar todos os aspectos que se relacionam com as condições de vida dos jovens assentados. A intenção é subsidiar, a partir dos elementos trazidos, novos estudos que possam relacionar o papel da juventude assentada dentro do contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo um assunto ainda pouco explorado nos estudos rurais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude rural: ampliando as oportunidades.** Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Brasília, v.1, n. 1, p. 45-52, 2005.
- ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Tadeu; DILVAN, Ferrari; VILSON, Marcos Testa. **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios.** Unesco: Brasília. p. 104, 1998.
- AIRES, Kelia da Silva. **Avaliação da política de previdência social na perspectiva do acesso das trabalhadoras rurais:** estudo de caso da comunidade bom Jesus, assentamento Maceió Itapipoca – CE. 27/12/2013 190 f. Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: Centro de Humanidades.
- ALENCAR, Benedito Montenegro. **Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e organização social:** o caso do assentamento Maceió, Itapipoca (CE). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- ALENDE, Carlos Roberto Maciel. **Estudo dos sistemas de produção dos agricultores familiares da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.** 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Curso de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- ALVES, H. *et al.* **Uma abordagem sobre práticas agrícolas resilientes para maximização sustentável dos sistemas de produção no Semiárido brasileiro.** Rev. Bras. Geo. Fís. v. 15, n. 1, p. 373-392, 2022.
- ALVES, Regilane *et al.* **Grupo agroecológico e cultural Balanço do Coqueiro: Por uma identidade da juventude rural.** Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018.
- ANTONELI, V.; BRANDALIZE, F. F. **Perdas de água e solo no cultivo de milho com diferentes formas de cultivo em agricultura familiar na Região Centro-sul do Paraná.** Caminhos de Geografia, v. 14, n. 47, p. 85-94, 2013.
- AQUINO, Joacir Rufino; ALVES, Maria Odete; DE FÁTIMA VIDAL, Maria. **Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.** Revista Econômica do Nordeste, v. 51, p. 31-54, 2020.
- ASSIS, Renato Linhares de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia.** Economia Aplicada, v. 10, p. 75-89, 2006.
- BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social.** Mundo agrário, v. 16, n. 32, 2015.

BARRETO, Ricardo Sá; KHAN, Ahmad Saeed. **Capital social e qualidade de vida dos assentamentos do município de Caucaia - CE**. XLIV CONGRESSO DA SOBER, 2006. Disponível em: < [http://: http: //www.sober.org.br/palestra/5/121.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/5/121.pdf) f > Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

BARROS, Gabriel Campelo *et al.* **Biogás e agricultura familiar no nordeste brasileiro: a experiência da ONG CETRA apoiada pela cooperação internacional no semiárido cearense**. Revista RedBioLAC, v. 4, p. 39-43, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Stratégies de reproduction et modes de domination**. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 105, n. 1, p. 3-12, 1994.

BRANDALISE, L. T. **A percepção do consumidor na análise do ciclo de vida do produto: um modelo de apoio à gestão empresarial**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008.

BRASIL DE FATO. **Como a redução de recursos destinados a segurança alimentar afeta a população brasileira**. Site Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/19/como-a-reducao-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Governo anuncia salário mínimo de R\$ 678 em 2013**. Site oficial do Governo Federal, 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2012/12/governo-anuncia-salario-minimo-de-r-678-em-2013>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

BREITENBACH, Raquel; TROIAN, Alessandra. **Permanence and succession in the rural environment: the case of young people of Santana do Livramento/RS**. Ciências Sociais Unisinos, v. 56, n. 1, p. 26, 2020.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José Teixeira; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 1, p. 205, 2000.

BRUMER, Anita; DOS ANJOS, Gabriele. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Revista Nera, n. 12, p. 6-17, 2008.

CAJADO, Diana Mendes. **Da Pesca Artesanal à Agricultura Familiar: a Multifuncionalidade a Partir da Unidade de Produção Familiar**. Estudo de Caso. 20/02/2013 126 f. Mestrado em Economia Rural Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca de Economia Agrícola-UFC.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). (2000). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: EMBRAPA.

CAMPOS, Francieli do Rocio de. **Organização e Estratégias de Desenvolvimento Rural a Partir das Relações de Gênero: estudo de caso do Assentamento 8 de Junho–Laranjeiras do Sul/PR**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

(UNIOESTE), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Toledo.

CAMURCA, Andrea Machado. **Mulheres e agroecologia:** possibilidades para sustentabilidade local da comunidade bom Jesus, assentamento Maceió, Itapipoca – CE. 30/07/2013 136 f. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: CENTRAL - http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=17283.

CÂNDIDO, Bernardo Moreira *et al.* **Erosão hídrica pós-plantio em florestas de eucalipto na bacia do rio Paraná, no leste do Mato Grosso do Sul.** Revista Brasileira de Ciência do Solo, v. 38, p. 1565-1575, 2014.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Análise multidimensional da sustentabilidade.** Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002.

CARNEIRO, Maria José Teixeira. **O ideal rurbano:** campo e cidade no imaginário de jovens rurais. *In:* COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.). Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural:** projetos e valores. *In:* ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-62.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio. **Multifuncionalidade da agricultura familiar.** *In:* BOTELHO FILHO, Flávio. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial contribuições ao debate. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 5, n. 17, 2005. p. 168.

CARVALHO, Amanda Loiola. **Sucessão:** dilemas encontrados pela juventude para permanência no campo. Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas - Politi(k)con. UNEMAT, v. 11, n. 1, 2021.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural no Brasil:** processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista latinoamericana de ciências Sociales, Niñez y juventud, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. **Dilema dos jovens nos assentamentos rurais e sua inserção no mundo do trabalho.** Revista Universidade Rural, série Ciências Humanas, Seropédica, v. 25, p. 29-34, 2003.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **PNRA e juventude rural:** 30 anos depois—balanço e apontamentos em um contexto de ruptura institucional. Retratos de Assentamentos, v. 19, n. 2, p. 98-124, 2016.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Young Fellow e Old Fellow:** a construção da categoria “jovem” a partir de um estudo de Arensberg e Kimball sobre família e comunidade na Irlanda. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 12, n. 2, p. 321-372, 2004.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural, do campo, das águas e das florestas:** a

primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. *Revista De Ciências Sociais-Política & Trabalho*, 2016.

CEZIMBRA, Elemar do Nascimento. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

CNTE. **Com veto no reajuste nos recursos do PNAE, governo piora quantidade e qualidade da merenda escolar em todo o país**. Site oficial da CNTE, 2022. Disponível em: <<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75299-com-veto-no-reajuste-nos-recursos-do-pnae-governo-piora-quantidade-e-qualidade-da-merenda-escolar-em-todo-pais>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

COLETTI, Vinícius Deotan; PERONDI, Miguel Angelo. **Produção de leite e resistência da agricultura familiar: comparando duas estratégias de comercialização local na região Sudoeste do Paraná–Brasil**. *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 20, n. 2, p. 236-260, 2015.

COMPARIN, Aline. **Sucessão rural: motivos que influenciam o jovem a permanecer ou não nas propriedades rurais**. 2015. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Agronomia com ênfase em agroecologia) – Universidade Federal da Fronteira Sul.

CONTAG. **Juventude e sucessão rural**. Disponível em: <www.contag.org.br/imagens/f2067juventudeesuccessaorural.doc>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Desenvolvimento rural em escala microrregional: uma análise entre microrregiões fumicultoras e não fumicultoras no Rio Grande do Sul na primeira década do século 21**. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 19, n. 3, p. 11-30, 2014.

CONTERATO, Marcelo Antônio. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. **Jovens na reforma agrária: perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no assentamento Novo Horizonte Campos dos Goytacazes RJ**. *In: IDeAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009. p. 1-20.

CORREA, Leandro *et al.* **Caracterização da agricultura familiar no Paraná: aspectos agrários, tecnológicos e sociais-2006 e 2017**. *Revista Grifos*, v. 31, n. 57, p. 01-19, 2022.

COSTA, Cinthia Cabral da; GUILHOTO, Joaquim José Martins. **Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora**. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 19, p. 51-60, 2014.

CUPSINSKI, Tauana Chimello. **Agricultura familiar: uma perspectiva de crescimento e de desenvolvimento em Santana do Livramento/RS**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2015.

DELGADO, Guilherme. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. In: JACCOUD, Luciana (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005;2009. p. 51-90.

DE PAULA, Larissa Araújo Coutinho. **As margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 3, n. 41, p. 100-121, 2019.

DIMENSTEIN, Magda *et al.* **Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural**. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 12, n. 1, p. 205-229, 2020.

DOULA, Sheila Maria *et al.* **"Estuda, porque na vida de agricultor não aparecem oportunidades"** – Educação e mobilidade socioespacial de jovens rurais em Minas Gerais. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2019.

DREBES, Laila Mayara; SPANEVELLO, Rosani Marisa. **Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar**. *Holos*, v. 2, p. 360-374, 2017.

DUARTE, Bruno Monteiro. **(Sobre) Vivências: projetos de vida, sexualidades e emoções entre LGBT Sem Terra de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Curso de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal da Viçosa. 2021.

DUARTE, Bruno Monteiro; DOULA, Sheila Maria; DA SILVA, Douglas Mansur. **Do vermelho ao arco-íris: as representações sobre o movimento LGBT nas mídias do MST**. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 49, 2020.

FABRÍCIO, Rosineide *et al.* **A questão agrária e soberania alimentar: o caso do assentamento 8 de junho em Laranjeiras do Sul-PR**. 2016.

SENADO FEDERAL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas** [Internet]. Brasília (DF): Senado Federal, v. 20, p. 13, 2013.

FETAG. **Congresso Nacional aprova orçamento para 2022 e recursos para agricultura familiar ainda são insuficientes**. Site oficial da FETAG-PB, 2022. Disponível em: <<https://www.fetagpb.org.br/2022/01/04/congresso-nacional-aprova-orcamento-para-2022-e-recursos-para-agricultura-familiar-ainda-sao-insuficientes/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

FOLLMANN, Jessica Aparecida de Avila. **As contradições do processo de reprodução socioterritorial da juventude camponesa nos espaços de luta pela reforma agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguazu/PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

FREITAS, Isaurora Cláudia Martins. **Do campo à universidade: trajetórias e projetos de vida dos jovens universitários do meio rural brasileiro**. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, v. 27, 2009. p. 1-11.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: Direito ao futuro**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável**. Revista Katálysis, v. 15, p. 41-51, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FROEHLICH, José Marcos; RAUBER, Cassiane da Costa; CARPES, Ricardo Howes; TOEBE, Marcos. **Selective exodus, masculinization and rural aging in the central Region of the RS**. Ciência Rural, v.41, n.9, p.1674-1680, 2011.

FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**, 6. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 22 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 89-122, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, Carlos Almeida. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

GOMES DA COSTA, Mary Delane; DUQUÉ, Ghislaine; SABOURIN, Eric. **Produção familiar e pluriatividade no semiárido brasileiro**. In: X Congresso Brasileiro de Sociologia, 2001, Fortaleza. X Congresso Brasileiro de Sociologia (Sociedade e Cidadania: Novas Utopias). Fortaleza, p. 126-127. 2001.

GOMES, Debir Soares. **Tecendo sonhos com fios de resistência: o caso das mulheres rendeiras do assentamento Maceió - Itapipoca/CE**. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará. 2014. Disponível em: http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=14424

GOSCH, Marcelo Scolari. **A criação dos assentamentos rurais no Brasil e seus desafios: algumas considerações sobre o Cerrado Goiano**. RP3 – Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, 2020.

GOSCH, Marcelo Scolari; Ferreira, M. E., Medina, G. S. **A Espacialização dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária nos Biomas e Regiões do Brasil**. In: 11º Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão - XI Seminário de pós-graduação. Goiânia. Anais do XI CONPEEX Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014. v. XI. p. 2383- 2387.

GREGOLIN, Graciela Caroline; GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; TRICHES, Rozane Márcia; ZONIN, Wilson João. **Desenvolvimento**: do unicamente econômico ao sustentável multidimensional. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 12, n. 3, p. 51-64, 2020.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires et al. **Programa de Aquisição de Alimentos–PAA (CONAB)**. Operacionalização no Território da Cantuquiriguaçu-PR. Revista de Extensão e Estudos Rurais, v. 7, n. 1, p. 207-230, 2018.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires et al. **Potencialidades e fragilidades do programa nacional de alimentação escolar** – PNAE no território Cantuquiriguaçu (PR). Revista Conexão UEPG, v. 13, n. 3, p. 548-567, 2017.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 125-146, 2014.

HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine; JUNG, Hildegard Susana. **Reflexões acerca do uso das tecnologias digitais e as juventudes do campo**. Cadernos CIMEAC, v. 8, n. 1, p. 156-183, 2018.

HENIG, Edir Vilmar. **Reflexões sobre trabalho e pluriatividade na agricultura familiar**. Revista Direitos, Trabalho e Política Social, v. 5, n. 9, p. 129-148, 2019.

HOLANDA, Lígia Rodrigues. **Dos fios da memória à teia das palavras**: papéis femininos a partir da luta pela terra no assentamento Maceió em Itapipoca, CE. (1972-1985). Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras), Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 12 mai. 2021.

IBGE. **IBGE Cidades - Mapas**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 23 jan. 2023.

JANATA, Natacha Eugênia. **Juventude que ousa lutar**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

JARDIM, Silvia Regina Marques; FERNANDES, Zizelda Lima; BERTONI, Luci Mara. **Sociabilidade e juventude rural**: a festa junina como elemento fortalecedor da cultura juvenil do campo. *Revista GeoNordeste*, n. 2, p. 204-217, 2019.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceito e medida. Área de Informação da Sede-Artigo em periódico indexado (ALICE), 2006.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

KAWANO, Tsugie *et al.* **Pluriatividade na agricultura familiar no compartimento arenítico da bacia hidrográfica do rio Pirapó–Paraná/Brasil**. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 15, n. 37, p. 269-298, 2020.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros; JUNIOR, Antonio Thomaz. **Juventude rural e mobilidade territorial do trabalho no século XXI**. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 17, n. 2, 2017.

LOPES, Leandro Gomes Reis; CARVALHO, Denis Barros de. **Dinâmica temporal do assentamento e os projetos de vida da Juventude Rural**. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 53.4 (2015): 571-88. Web.

LOPES, Paulo Rogério; LOPES, Keila Cássia Santos Araújo. **Sistemas de produção de base ecológica—a busca por um desenvolvimento rural sustentável**. *REDD—Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 4, n. 1, 2011.

MALUF, Renato Sergio. **Programas de desenvolvimento rural sustentável e a agricultura familiar no Brasil**. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 28, n. 1 e 2, p. 19-26, 2009.

MARCON, Fernanda. **A juventude como experiência liminoide**: uma reflexão a partir das performances políticas de estudantes Sem Terra no Paraná. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, 2023.

MARQUES, Ana Beatriz Goes Maia; TRICHES, Rozane Márcia. **A Experiência da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Ceará como fortalecimento da autonomia dos/as agricultores/as familiares**. *Cadernos de Agroecologia*, v. 14, n. 1, 2019.

MARTINS, Leonardo Rauta. **Juventude rural no Brasil: referências para debate**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 1, p. 94-112, 2020.

MARTINS, Rodrigo Constante. **A construção social do valor econômico da água**: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-04042016-102956/pt-br.php>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MATTEI, Lauro. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo.** Revista Econômica do Nordeste, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MANNHEIM, Karl. **O problema da juventude na sociedade moderna.** Sociologia da Juventude I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, Monique; ALMEIDA, Jalcione. **Insustentável sustentabilidade do desenvolvimento?** Revista Brasileira Multidisciplinar, v. 13, n. 1, p. 107-114, 2010.

MELO, Cármem Ozana de; PARRÉ, José Luiz. **Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 45, n. 2, p. 329-365, 2007.

MELO, Samuel Pires; BRAGA, Osmar Rufino; SANTANA, Jullyane Frazão. **Juventude rural e ensino superior público: trajetórias de estudantes de um campus universitário público do nordeste do Brasil.** Revista Internacional de Educação Superior, v. 6, p. e020022-e020022, 2019.

MONTEIRO, Alexandra Pedrosa. **Sustentabilidade em comunidades rurais: um estudo do Assentamento Maceió, Itapipoca-CE.** 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MENEGAS, Cassiê Kaczuk Refosco. **Mulheres camponesas, agroecologia e cotidiano: um estudo de caso do Assentamento Oito de Junho de Laranjeiras do Sul/PR sob o aspecto do desenvolvimento rural sustentável.** 2021.

MORAIS, Tiala Cristine de Albuquerque de. **Análise da percepção ambiental na comunidade Apiques (Itapipoca/CE): um enfoque de gênero.** 01/03/2012 140 f. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará.

NASCIMENTO, Breno Verissimo *et al.* **O protagonismo das juventudes rurais na pesquisa sobre agroecologia, cultura alimentar e gastronomia social: relato da experiência do projeto “Ararutando, valorizando saberes ancestrais”.** Cadernos de Agroecologia, v. 17, n. 1, 2022.

NASCIMENTO, Daniel Teotonio; JOHANN, Jerry Adriani; BASSO, Dirceu. **O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos.** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 11, n. 2, p. 82-107, 2017.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Juventudes, Estado e Povos Indígenas No Brasil do Século XXI.** Revista Latinoamericana De Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud 18, no. 1 (2019): 1-25.

OLIVEIRA, Isla Maiara Ribeiro. **Os desafios da lesbianidade no meio rural.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Licenciatura em Educação do Campo, Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró. 2021.

OLIVEIRA, Sergio Batista *et al.* **Práticas ambientais sob a perspectiva da tecnologia social.** Revista Tecnologia e Sociedade, v. 15, n. 38, 2019.

PEREIRA, Ana Vitória de Araújo. **Pluriatividade na agricultura familiar:** o caso do Assentamento Vida Nova/Aragão-Miraíma/Ceará. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2019.

PEREIRA, Jaqueline Sopschuk; SILVA, Alessandra De Cassia Solano; DE FREITAS, Luiz Carlos. **Sucessão familiar rural:** os condicionantes econômicos, sociais e culturais para a permanência ou o abandono do campo pela juventude na região da cantuquiriguaçu. Jornada de iniciação científica e tecnológica, v. 1, n. 12, 2022.

PEREIRA, Viviane Camejo. **Elementos para pensar a contribuição do Desenvolvimento Rural para conservação do bioma Pampa.** Mundo agrário, v. 15, n. 28, p. 1-26, abr. 2014.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. **Comunicação para o desenvolvimento:** aspectos teóricos desde a modernização ao "buen vivir". Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 15, n. 4, jul, 2019.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. UFRGS Editora, 2008.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego:** a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. 2 ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

QUEIROZ, Daniela Bastos de *et al.* **Tecnologias Sociais na Redução da Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas nos Municípios do Ceará, Brasil.** Revista Brasileira de Meteorologia, v. 37, p. 261-268, 2022.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sergio. **Pesquisa em desenvolvimento rural:** técnicas, bases de dados e estatística aplicadas aos estudos rurais: volume 2. 2015.

RAMBO, Anelise Graciele *et al.* **O Índice de Condições De Vida (ICV):** construindo metodologias de análise e avaliação de dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade [recurso eletrônico]. Brasília, DF. Vol. 1, n. 1 (dez. 2015), p. 68-94, 2015.

RAMOS, Pedro. **Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural).** Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 141-156, 2001.

REDIN, Ezequiel. **O futuro incerto do jovem rural.** INTESA, Pombal, PB, v. 8, n. 1, p. 37-43, jan./dez. 2014.

RODRIGUES, Maria de Fatima Ferreira. **Terra camponesa como (re)criação genealógica do lugar e da paisagem**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

RODRIGUES, Maria Telma de Aquino; ARAÚJO, Cleyton de Almeida; LIMA, Deneson Oliveira; LIMA, Conceição Maria Dias. **Êxodo Rural: perspectivas dos jovens sobre a vivência em meio rural**. *Diversitas Journal*, v. 5, n. 2, p. 729-738, 2020.

SACHS, Ignacy. **Brasil rural: da redescoberta à invenção**. *Estudos avançados*, v. 15, p. 75-82, 2001.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 95p, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy; LAGES, Vinicius Nobre. **Capital social e desenvolvimento: novidade para quem**. *In: Conferencia Regional sobre Capital Social y Pobreza*. 2001.

SANTOS, Bárbara Maria Alves dos. **O beneficiamento do coco e as juventudes da comunidade de Sítio Coqueiro, Assentamento Maceió em Itapipoca/CE**. *Cadernos de Agroecologia*, v. 17, n. 1, 2022.

SAVIAN, Moisés. **Juventude rural e sucessão geracional na agricultura familiar em Ponte Alta, Santa Catarina**. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 30410-30426, 2021.

SAVIAN, Moisés. **Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar?** *Revista Espaço Acadêmico*, v. 14, n. 159, p. 97-106, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. *In: FROEHLICH, José Marcos.; DIESEL, Vivien (Org.)*. *Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **Reflexões sobre diversidade e diversificação**. *Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural*. *Ruris*. Vol. 4, n. 1, mar. 2010.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Diagnóstico situacional e diretrizes para políticas públicas para as juventudes rurais brasileiras**. Secretaria de Governo: Brasília, p. 145, 2018.

SENADO FEDERAL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas** [Internet]. Brasília (DF): Senado Federal, v. 20, p. 13, 2013.

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento sustentável microrregional: métodos para planejamento local**. IICA, 2005.

SILVA, Anselmo Gonçalves; SILVA, Fátima Cristina da; YAMADA, Thiago. **Reprodução Social de Populações Tradicionais e Pecuária na Reserva Extrativista Chico Mendes:**

Reflexões a Partir Dos Projetos De Vida De Jovens Extrativistas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. v. 52, 2019.

SILVA, Cassiano Jivago Lemos *et al.* **Análise multidimensional da sustentabilidade em sistemas produtivos de leite em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul.** *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 14, n. 4, p. 531-539, 2019.

SILVA, Eliane Regina Francisco; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): origem, características e recursos.** *Geosul*, v. 37, n. 82, p. 126-148, 2022.

SILVA, Letícia Costa; DE ARAÚJO, José Anchieta. **Estado e políticas públicas para a juventude rural.** *Educação, Ciência e Cultura*, v. 25, n. 2, p. 45-57, 2020.

SILVA, Roseane Amorim da; MENEZES, Jaileila de Araújo. **As fronteiras (in)visíveis entre as Juventudes Quilombola e Urbana.** *Barbaroi*, p. 131-49, 2018.

SILVA, Valcilene Rodrigues da. **Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino.** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUSA, Sinara Barboza. **Sustentabilidade em agroecossistemas: Análise sistêmica em propriedades com gestão familiar no assentamento 24 de Abril, Acarape-CE.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Acarape, 2020.

SOUTO, Antônio Lacerda. **Trabalho formativo nas unidades produtivas de base familiar: a percepção dos/as adolescentes do assentamento Maceió – CE.** 2020. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SOUZA, Adelma Ferreira; BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira; LIMA, Eonilson Antonio. **Estratégias de reprodução social camponesa: o poder de resistência da juventude rural, Vale do Jarui, Tocantins.** *Retratos de Assentamentos*, v. 20, n. 1, p. 307-326, 2017.

SOUZA, Ligiana Lourenço de; *et al.* **O debate em torno da sustentabilidade: desenvolvimento rural sustentável–Revisão de literatura.** *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 12, p. 96305-96322, 2020.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

STOFFEL, Janete. **A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na região Sul do Brasil.** 2013. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis. Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

TOLEDO, Eliziário Noé Boeira; ZONIN, Valdecir José. **A sucessão geracional no meio rural em cinco estados brasileiros:** possibilidades e limites. *Emancipação*, v. 21, p. 1-16, 2021.

TRINDADE, Domingos Rodrigues da. **Perspectiva de futuro dos/das jovens de assentamentos rurais na microrregião Guanambi, Bahia.** *Retratos de Assentamentos*, v. 19, n. 1, p. 271-301, 2016.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. **Estratégias e formas de reprodução social na agricultura familiar da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.** *Novos Cadernos NAEA*, v. 21, n. 1, 2018.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. **Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil.** *Interações (Campo Grande)*, vol. 19, n. 4, p. 789-802, 2018.

VAN DE VELDE, Cécile. **Sociologie des âges de lavie.** Paris: Armand Colin, 2015.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** *Temáticas*, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WAMMES, Leoni T.; PASTÓRIO, Inês T.; ROESLER, MR von B. **O meio rural e as novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável.** *Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento*, v. 2, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Juventude rural:** vida no campo e projetos para o futuro. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

WAQUIL, Paulo Dabdab *et al.* **Para medir o desenvolvimento territorial rural:** validação de uma proposta metodológica, *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XLV, 2007, Londrina. Anais (...)* Londrina: SOBER, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais:** mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

ZAIAC, Alessandra Maria Stepka; ATAMANCZUK, Mauricio João; HOCAYEN-DA-SILVA, Antônio João. **Práticas de investimento e geração de renda no contexto da agricultura familiar.** *Revista Gestão em Análise*, v. 10, n. 3, p. 171-190, 2021.

**APÊNDICE A – ROTEIRO PARA APLICAÇÃO EM ENTREVISTAS
ESTRUTURADAS COM OS JOVENS ASSENTADOS**

Nome do entrevistado (a) (*opcional*): _____

Nome do Assentamento: _____ Comunidade: _____

Entrevista Nº: _____ Data: ____/____/____ Horário de Início: _____

INFORMAÇÕES GERAIS

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Gênero: () Masculino () Feminino () Outro

Raça e etnia: () Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena

Estuda? () Sim () Não

Nível de escolaridade: () Analfabeto / () Fundamental incompleto / () Fundamental completo / () Médio incompleto () Médio completo / () Superior incompleto / () Superior completo / () Mestrado / () Doutorado

Atualmente, onde você vive (estabeleceu residência)?

() No meio rural (comunidade)

() No meio urbano (cidade)

() Ambos, possui residência na comunidade e na cidade

Ocupação principal: _____

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

Nº	Parentesco	Sexo	Idade	Local de trabalho principal	Anos completos de estudo com aprovação (corresponder com números)	Está estudando?

Quem é o chefe de família? _____

DIMENSÃO ECONÔMICA

Fatores relacionados ao trabalho e a renda

INDICADOR [1]: NÍVEL DE RENDA FAMILIAR

Qual a renda média mensal da sua família? _____

Você considera a renda média mensal da sua família suficiente para todas as necessidades básicas dos membros? () Sim () Não

INDICADOR [2]: NÍVEL DE RENDA INDIVIDUAL

Você possui renda individual? Sim () Não () Já tive antes ()

Se sim, qual a sua renda média mensal individual? _____

Se sim, você considera sua renda individual suficiente para suas necessidades básicas?
() Sim () Não

INDICADOR [3]: ACESSO À EMPREGO DENTRO DA COMUNIDADE

Você desempenha alguma atividade remunerada dentro da sua comunidade (em associação/cooperativa/escola/outros dentro do assentamento por exemplo)?

Sim () Não () Já realizei ()

Se sim ou se já realizou, qual? _____

INDICADOR [4]: ACESSO À EMPREGO FORA DA COMUNIDADE

Você desempenha alguma atividade remunerada fora da sua comunidade (em atividades fora do assentamento)? Sim () Não () Já realizei ()

Se sim ou se já realizou, qual? _____

INDICADOR [5]: PRESENÇA DE PLURIATIVIDADE NO NÚCLEO FAMILIAR

Você já trabalhou em atividades remuneradas não relacionadas com a prática agropecuária?

Sim () Não, mas tenho interesse () Não, prefiro trabalhar somente com agropecuária ()

Se sim, qual atividade você desempenhou não relacionada com a prática agropecuária?

Algum membro do seu núcleo familiar realiza atividades remuneradas não relacionadas com a prática agropecuária? Sim () Não () Já realizaram ()

Se sim, qual atividade eles desempenharam ou desempenham não relacionadas com a prática agropecuária?

DIMENSÃO AMBIENTAL/ECOLÓGICA

Fatores relacionados a preservação e manutenção do meio ambiente local

INDICADOR [6]: USO DE AGROTÓXICOS PELA FAMÍLIA NA PROPRIEDADE

Você e/ou sua família utilizam agrotóxicos e/ou outros insumos químicos (herbicidas, pesticidas, medicamentos, hormônios, etc)?

Sim () Não () Se sim, em quais atividades? _____

INDICADOR [7]: DESMATAMENTO NA COMUNIDADE

Você e/ou sua família costumam utilizar madeira das árvores?

Sim () Não () Se sim, consumo ou venda? _____

Se sim, qual tipo de árvores utilizadas para o consumo? _____

Qual a fonte de lenha e madeira da família? () Compra () Propriedade () Outro: _____

Em caso da fonte ser a propriedade ou outro () Nativa () Plantada

INDICADOR [8]: ACESSO À ALIMENTOS SEM AGROTÓXICOS OU ORGÂNICOS

Você e/ou sua família, produzem e/ou consomem alimentos sem agrotóxicos ou orgânicos?

Sim () Não ()

Se sim, quais _____

INDICADOR [9]: ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO

Entre diferentes meios de acesso ao saneamento básico, quais destes a sua família tem acesso? (múltipla escolha)

() Não possui nenhum

() Coleta de lixo

() Rede de esgoto

() Fossa séptica

() Água encanada

() Água de cisternas ou outros armazenamentos de água

() Água em fontes naturais

() Outros: _____

INDICADOR [10]: ACESSO À TECNOLOGIAS SOCIAIS

Entre diferentes tecnologias sociais, quais destas a sua família tem acesso? (múltipla escolha)

- () Cisterna (1ª água)
 () Cisterna (2ª água)
 () Barragens ou barraginhas
 () Reúso de águas cinzas ou bioágua
 () Biodigestores
 () Minhocários
 () Casa de mel
 () Casa de sementes
 () Nenhuma
 () Outros: _____

INDICADOR [11]: DISPONIBILIDADE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NA PROPRIEDADE

A água disponível para o consumo supre a necessidade de todos da sua família?

Sim () Não ()

INDICADOR [12]: DISPONIBILIDADE DE ÁGUA PARA PRODUÇÃO NA PROPRIEDADE

A água disponível para o consumo supre a necessidade de produção agrícola e pecuária na sua propriedade? Sim () Não ()

INDICADOR [13]: UTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS NA PROPRIEDADE

Entre diferentes práticas conservacionistas, quais destas você ou sua família fazem uso? (múltipla escolha)

- () Pousio
 () Rotação de culturas
 () Adubação verde
 () Plantio direto
 () Consórcio de culturas
 () Preservação de fontes/nascentes
 () Compostagem
 () Nenhuma

() Outros: _____

INDICADOR [14]: DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO NA UNIDADE FAMILIAR

Quais as principais atividades produtivas presentes na sua propriedade? (culturas agrícolas, criações de animais, beneficiamento, artesanato, entre outros)

Agricultura (culturas agrícolas):

Pecuária (animais):

Outros (beneficiamento de produtos, artesanato e/ou outros):

Em relação ao que é consumido, trocado/doado e comercializado, qual o percentual de cada?
Consumido (%) _____ Trocado/doado (%) _____ Comercializado _____
(Totalizar 100% / pode ser 0%)

Se ocorre comercialização da produção, onde é vendido? (atravessador, feiras, supermercados, venda direta nas casas etc)

Você participa diretamente dos processos de comercialização da produção familiar?

Sim () Não ()

INDICADOR [15]: ENVOLVIMENTO DO JOVEM NO TRABALHO AGRÍCOLA FAMILIAR

Quantas horas diárias, em média, você dedica ao trabalho na propriedade? _____

DIMENSÃO POLÍTICA

Fatores relacionados ao acesso, participação e representação social/política

INDICADOR [16]: ENGAJAMENTO DOS JOVENS EM ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS
INDICADOR [17]: PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS, MOV. SOCIAIS E POLÍT. EM GERAL
INDICADOR [18]: ENVOLVIMENTO EM COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO OU SIMILARES
INDICADOR [19]: PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS RELIGIOSOS LOCAIS

Existe organização social na sua comunidade? (associações, sindicatos, movimentos sociais, cooperativas, grupos de jovens e grupos religiosos) Sim () Não ()

Se sim, quais são?

Você participa de algum tipo de organização social? Sim () Não ()

Se sim, quais são?

Você considera importante que jovens rurais participem de org. sociais? Sim () Não ()

INDICADOR [20]: ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO NÚCLEO FAMILIAR

INDICADOR [21]: ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS POR PARTE DO JOVEM

Sua família acessa alguma política pública? (múltipla escolha)

- () PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
 () PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 () PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
 () Bolsa Família/Auxílio Brasil
 () Outros: _____
 () Nenhuma

Política Pública	Ano (início)	Ano (final)	Quem acessa? (Jovem e/ou membros da família)

INDICADOR [22]: PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES DA GESTÃO DA PROPRIEDADE

Você é o(a) responsável pelas decisões na sua propriedade? () Sim () Não

Você tem interesse em participar das tomadas de decisão da sua família sobre o futuro da propriedade, produção, etc? Sim () Não ()

Se não, porque?

Existe espaço para que você participe das decisões da sua família? Sim () Não ()

Se não, porque?

DIMENSÃO CULTURAL

Fatores relacionados ao acesso à cultura, comunicação e informação

INDICADOR [23]: USO E ACESSO DE INTERNET NA COMUNIDADE

De que forma você acessa internet?

- () Não acesso/Não possuo
 () Banda larga ou similares em casa
 () Banda larga ou similares nos vizinhos ou proximidades
 () Apenas internet móvel
 () Outros: _____

INDICADOR [24]: ACESSO AOS EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS

Quais equipamentos tecnológicos você utiliza?

- () Nenhum
 () Celular
 () Tablet
 () Computadores ou notebooks
 () Outros: _____

INDICADOR [25]: PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS CULTURAIS LOCAIS

Existem atividades culturais realizadas na sua comunidade (Ex: São João, Coral, Teatro, etc)?

- () Não () Sim

Se sim, quais? _____

Você participa de alguma iniciativa ou grupo cultural local?

- () Não () Sim

Se sim, quais? _____

INDICADOR [26]: ACESSO À INFORMAÇÃO

De que forma você ou sua família tem acesso à informação (múltipla escolha)?

- () Rádio
 () Televisão
 () Jornal
 () Vizinhos/parentes/amigos
 () Internet
 () Nenhuma
 () Outra: _____

DIMENSÃO SOCIAL

Fatores relacionados a educação no campo ou para o campo

INDICADOR [27]: ACESSO AO ENSINO MÉDIO

INDICADOR [28]: ACESSO AO ENSINO TÉCNICO

INDICADOR [29]: ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

INDICADOR [30]: PRESENÇA DE ESCOLAS NA COMUNIDADE

Considerando a presença de instituições de ensino e seu acesso a esses equipamentos, responda:

Instituição de Ensino	Modalidade (Creche, Fundamental, Médio, Técnico, Superior)	Local (Na comunidade, no município, outros municípios, etc)	Estuda/estudou nesta instituição?

Fatores relacionados a identidade e diversidades dos jovens

INDICADOR [31]: DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA COMUNIDADE

INDICADOR [32]: DISCRIMINAÇÃO DE GERAÇÃO NA COMUNIDADE

INDICADOR [33]: DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL NA COMUNIDADE

INDICADOR [34]: DISCRIMINAÇÃO POR RAÇA/ETNIA NA COMUNIDADE

INDICADOR [35]: OUTROS PROCESSOS DE DISCRIMIN. OU VIOLÊNCIA PRESENCIADOS

Você conhece ou já vivenciou alguma situação de discriminação (gênero, geração, orientação sexual, raça/etnia e outros) ou violência na sua comunidade? (múltipla escolha)

- Já presenciei situação de discriminação de gênero na comunidade
- Já presenciei situação de discriminação de geração na comunidade
- Já presenciei situação de discriminação de orientação sexual na comunidade
- Já presenciei situação de discriminação de raça/etnia na comunidade
- Já presenciei situação outros tipos de violência na comunidade
- Nunca presenciei situações como estas

Em caso de sim para outros tipos de violência, quais foram?

Fatores relacionados ao acesso à terra, moradia e mobilidade

INDICADOR [36]: ACESSO E DISPONIBILIDADE DE TERRA PARA A PRODUÇÃO

Quantos hectares sua família tem disponível para a produção na propriedade? _____

INDICADOR [37]: CONDIÇÕES DE MORADIA

Em sua casa, você dispõe de quais destes itens (múltipla escolha)?

- Casa de alvenaria
- Casa de taipa
- Casa de madeira
- Acesso à energia elétrica
- Geladeira
- Televisor
- Fogão: Se sim, que tipo a gás a lenha
- Forno: Se sim, que tipo de lenha elétrico microondas
- Carro
- Moto
- Banheiros dentro de casa

Existe algum bem não listado que você considera essencial para sua moradia e ainda não possui? Se sim, qual(is)?

INDICADOR [38]: ACESSO À TRANSPORTE E MOBILIDADE RURAL

Quando você precisa sair da comunidade, como você se desloca de sua casa/propriedade até o meio urbano ou outros locais?

Fatores relacionados ao acesso à saúde, esporte e lazer

INDICADOR [39]: ACESSO À SERVIÇOS DE SAÚDE NO TERRITÓRIO

Considerando a presença de unidades de saúde e seu acesso a esses equipamentos, responda:

Unidade de Saúde	Tipo (UBS/ Hospital, UPA, etc)	Local (Na comunidade, no município, outros municípios, etc)	Precisa/precisou desse equipamento?

Você possui acesso à serviços de saúde na sua comunidade?

() Sim () Não

Entre os diversos serviços de saúde, quais você ou sua família tem utilizado recentemente?
(Vacinação, consulta médica, informações em geral, cirurgias, etc)

INDICADOR [40]: PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE ESPORTE E LAZER NA COMUNIDADE

Existem opções de esporte e lazer na sua comunidade? () Sim () Não

Quais opções de esporte e lazer existem sua comunidade? (Praça, quadra, outros)

**APÊNDICE B – ROTEIRO PARA APLICAÇÃO EM ENTREVISTAS
ESTRUTURADAS COM JOVENS ASSENTADOS (PERCEPÇÃO)**

Nome do entrevistado (a) (*opcional*): _____

Nome do Assentamento: _____ Comunidade: _____

Entrevista Nº: _____ Data: ____/____/____ Horário de Início: _____

INFORMAÇÕES GERAIS

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Gênero: () Masculino () Feminino () Outro

Raça e etnia: () Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena

Estuda? () Sim () Não

Nível de escolaridade: () Analfabeto / () Fundamental incompleto / () Fundamental completo / () Médio incompleto () Médio completo / () Superior incompleto / () Superior completo / () Mestrado / () Doutorado

Atualmente, onde você vive (estabeleceu residência)?

() No meio rural (comunidade)

() No meio urbano (cidade)

() Ambos, possuo residência na comunidade e na cidade

Ocupação principal: _____

	DIMENSÃO ECONÔMICA <i>Fatores relacionados ao trabalho e a renda</i>	Completamente insatisfeito (0)	Insatisfeito (1)	Neutro/Mais ou menos insatisfeito (2)	Satisfeito (3)	Completamente satisfeito (4)
1	Em relação à renda média da sua família					
2	Em relação à sua renda média individual					
3	Em relação às oportunidades de geração de renda para a juventude dentro da sua comunidade/assentamento					
4	Em relação às oportunidades de geração de renda para a juventude fora da comunidade (considerando a delimitação territorial do seu município)					

5	Em relação à importância do conjunto de atividades produtivas realizadas pela família (incluindo atividades não ligadas à prática agrícola), você considera					
---	---	--	--	--	--	--

	DIMENSÃO AMBIENTAL/ECOLÓGICA <i>Fatores relacionados a preservação e manutenção do meio ambiente local</i>	Completamente insatisfeito (0)	Insatisfeito (1)	Neutro/Mais ou menos insatisfeito (2)	Satisfeito (3)	Completamente satisfeito (4)
6	Em relação as práticas de preservação adotadas em sua propriedade (considerando florestamento/reflorestamento), você se considera					
7	Em relação ao uso de práticas conservacionistas (pousio, rotação de culturas, adubação verde, etc) na sua propriedade (ou de sua família), você considera					
8	Em relação a alimentação sem agrotóxicos ou consumo de orgânicos por você e sua família, você considera					
9	Em relação a adoção de práticas que reduzam o uso de agrotóxicos pela sua família ou por você na propriedade, você considera					
10	Em relação a posse/uso de tecnologias sociais (cisternas, barraginhas, biodigestores, bioágua, etc) na sua propriedade, você considera					
11	Em relação ao acesso à água e esgoto na sua casa/propriedade					
12	Em relação ao acesso à água para consumo na sua casa/propriedade					
13	Em relação ao acesso à água para produzir na sua casa/propriedade					
14	Em relação ao grau de diversificação (de plantios e criação de animais) na sua casa/propriedade					
15	Em relação a sua participação na prática agrícola familiar, você se considera					

	DIMENSÃO POLÍTICA <i>Fatores relacionados ao acesso, participação e representação social/política</i>	Completamente insatisfeito (0)	Insatisfeito (1)	Neutro/Mais ou menos insatisfeito (2)	Satisfeito (3)	Completamente satisfeito (4)
16	Em relação a sua participação nas atividades desenvolvidas pela associação comunitária do seu assentamento, você se considera					
17	Em relação a sua participação em atividades de sindicatos, movimentos sociais e políticos em geral, você se considera					
18	Em relação ao seu envolvimento em cooperativas de produção ou similares, você se considera					
19	Em relação a sua participação em grupos religiosos locais, você considera					
20	Em relação ao acesso às políticas públicas (PRONAF, PAA, Bolsa Família, etc) pela sua família, você considera					
21	Em relação ao seu acesso às políticas públicas (PRONAF, PAA, Bolsa Família, etc), você considera					
22	Em relação a sua participação nas tomadas de decisão da sua família (ex: definição de plantios e criações, como será usado o dinheiro obtido com a produção etc), você considera					

	DIMENSÃO CULTURAL <i>Fatores relacionados ao acesso à cultura, comunicação e informação</i>	Completamente insatisfeito (0)	Insatisfeito (1)	Neutro/Mais ou menos insatisfeito (2)	Satisfeito (3)	Completamente satisfeito (4)
23	Em relação a sua participação em grupos culturais locais (ex: São João, Teatro, e outras iniciativas tradicionais), você está					
24	Em relação ao seu grau de acesso à informação através de meios como televisão, jornais, internet e rádio, você considera					

25	Em relação ao seu acesso à internet em sua casa/propriedade ou na comunidade, você considera					
26	Em relação ao seu acesso à equipamentos tecnológicos (celular, computador, tablets ou similares), você considera					

	DIMENSÃO SOCIAL <i>Fatores relacionados a educação no campo ou para o campo</i>	Completamente insatisfeito (0)	Insatisfeito (1)	Neutro/Mais ou menos insatisfeito (2)	Satisfeito (3)	Completamente satisfeito (4)
27	Em relação ao acesso à escolas de ensino básico/fundamental na sua comunidade/assentamento, você considera					
28	Em relação ao acesso à ensino médio para você e os demais jovens da sua comunidade/assentamento, você considera					
29	Em relação ao acesso à ensino técnico (institutos federais e outros) para você e os demais jovens da sua comunidade/assentamento, você considera					
30	Em relação ao acesso à ensino superior (faculdade) para você e os demais jovens da sua comunidade/assentamento, você considera					

	DIMENSÃO SOCIAL <i>Fatores relacionados a identidade e diversidades dos jovens</i>	Completamente insatisfeito (0)	Insatisfeito (1)	Neutro/Mais ou menos insatisfeito (2)	Satisfeito (3)	Completamente satisfeito (4)
31	Em relação a igualdade de gênero na sua comunidade, você se considera					
32	Em relação ao respeito à geração (de idade) na sua comunidade, você se considera					
33	Em relação ao respeito à orientação sexual ou identidade de gênero (LGBTfobia) na sua comunidade, você se considera					

34	Em relação ao respeito às diferenças de raça/etnia (racismo) na sua comunidade, você se considera					
----	---	--	--	--	--	--

	DIMENSÃO SOCIAL <i>Fatores relacionados ao acesso à terra, moradia e mobilidade</i>	Completamente insatisfeito (0)	Insatisfeito (1)	Neutro/Mais ou menos insatisfeito (2)	Satisfeito (3)	Completamente satisfeito (4)
35	Em relação a terra disponível para produção familiar, você se considera					
36	Em relação às condições da sua moradia (casa) no assentamento, você se considera					
37	Em relação à disponibilidade de transporte público ou outros meios de mobilidade coletiva (vans, pau de arara, carro de feira, etc) na sua comunidade, você se considera					

	DIMENSÃO SOCIAL <i>Fatores relacionados ao acesso à saúde, esporte e lazer</i>	Completamente insatisfeito (0)	Insatisfeito (1)	Neutro/Mais ou menos insatisfeito (2)	Satisfeito (3)	Completamente satisfeito (4)
38	Em relação às oportunidades desportivas ou equipamentos disponíveis para a prática de esportes ou de lazer (quadras, praças, etc) na comunidade, você se considera					
39	Em relação ao acesso aos serviços de saúde na sua comunidade (vacinação, exames, endemias, entre outros), você se considera					